

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL (1953-1975): UMA
HISTÓRIA NO ENSINO MARINGAENSE**

VIVIANE DE OLIVEIRA BERLOFFA CARAÇATO

**MARINGÁ
2014**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL (1953-1975): UMA HISTÓRIA
NO ENSINO MARINGAENSE**

Dissertação apresentada por VIVIANE DE OLIVEIRA BERLOFFA CARAÇATO, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a.: MARIA ANGÉLICA OLIVO
FRANCISCO LUCAS

Co-orientadora:

Prof^a. Dr^a.: MARIA CRISTINA GOMES
MACHADO

MARINGÁ
2014

VIVIANE DE OLIVEIRA BERLOFFA CARAÇATO

**COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL (1953-1975): UMA HISTÓRIA
NO ENSINO MARINGAENSE**

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Angélica Olivo Francisco Lucas
(Orientadora) – UEM

Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Gomes Machado (Co-orientadora)
– UEM

Prof^ª. Dr^ª. Maria Isabel Moura Nascimento – UEPG – Ponta
Grossa

Prof^ª. Dr^ª. Ednéia Regina Rossi – UEM

12 de março de 2014

Dedico este trabalho a Deus, presença fundamental em minha vida, a meus pais, pelo amor e dedicação e a meu esposo, Hemerson Caraçato, pela paciência e incentivo durante a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por mais um sonho realizado.

Aos meus pais, Nilza e Valentin e a meu esposo, Hemerson, pela força e apoio nos momentos difíceis da realização desta pesquisa.

Às professoras Dra. Maria Angélica Olivo Francisco Lucas e Dra. Maria Cristina Gomes Machado, por me orientarem neste estudo. Vocês são exemplos de seriedade e dedicação. Obrigada por fazerem parte deste momento de minha vida.

Aos colegas de turma, pelas trocas de experiências e auxílio durante a realização das disciplinas do mestrado e, em especial, à Adriana Paula Cheron e Priscila Viviane Souza, pela atenção durante esses dois anos de caminhada.

Às professoras Dra. Ednéia Regina Rossi, Dra. Jani Alves da Silva Moreira e Dra. Maria Isabel Moura Nascimento, pelas contribuições no exame de qualificação.

À Fátima Cristina Lucas, pelo carinho e ajuda durante a realização desta pesquisa.

À direção do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, por permitir o desenvolvimento desta investigação, e à professora Neuci Facci, responsável pelo Centro Histórico da instituição, a qual não mediu esforços para contribuir à realização deste trabalho.

Aos ex-professores e ex-alunos do colégio que participaram das entrevistas. Os seus relatos contribuíram para o enriquecimento desta dissertação.

Aos funcionários, Márcia e Hugo, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) – UEM, pelo atendimento e atenção nesses dois anos de estudo.

CARAÇATO, Viviane de Oliveira Berloff. **COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL (1953-1975): UMA HISTÓRIA NO ENSINO MARINGAENSE**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Angélica Olivo Francisco Lucas. Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2014.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo reconstruir a história do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, primeira instituição ginásial da rede pública de ensino do município de Maringá, no estado do Paraná. Para tanto, estabelece-se, como delimitação temporal, o período de 1953, ano de sua fundação, a 1975, quando recebeu legalmente a autorização para ofertar o ensino de 1º e 2º graus, mediante a Lei nº 5692/71. O referido colégio fora nomeado inicialmente como Ginásio Municipal de Maringá. Em 1954, devido a problemas financeiros por parte da administração municipal, a instituição foi estadualizada, sendo designada Ginásio Estadual de Maringá. Nos anos subsequentes, recebeu outras denominações até configurar-se com a nomenclatura atual. Para o desenvolvimento do trabalho, foi utilizado o referencial teórico-metodológico do Materialismo Histórico-Dialético, o qual possibilitou a apresentação e a análise dos elementos propostos pela pesquisa. Desse modo, a investigação apresenta o processo de colonização do Paraná e, em especial, de sua região Norte, local onde está situado o município de Maringá, bem como a fundação e o desenvolvimento da referida cidade, no intuito de verificar os fatores que propiciaram a implantação do colégio estudado. Além disso, foram abordados, nesta pesquisa, o processo histórico da instituição e algumas práticas escolares nela desenvolvidas, bem como o tipo de educação destinada à classe estudantil. Priorizou-se o estudo dos exames de admissão, exames de segunda época, exames de adaptação, da constituição das turmas, da formação do corpo docente, das feiras de ciências, da disciplina escolar, da fanfarra e do currículo escolar. Para isso, foi utilizada a pesquisa documental e bibliográfica, de modo que as informações coletadas foram analisadas, de acordo com o contexto em que foram produzidas. Assim, verificou-se que o Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal fora instituído para atender a classe de menor poder aquisitivo da cidade, porém os exames de admissão ao ginásio, obrigatórios em nível nacional, coibiram o acesso de um elevado número de estudantes a esta etapa da educação, impedindo o avanço de seus estudos para além da educação primária. Ademais, constatou-se que as práticas realizadas nesse estabelecimento de ensino estavam sincronizadas aos princípios nacionalistas e desenvolvimentistas do país, que necessitava de um maior nível de escolarização.

Palavras-chave: História da Educação; Instituições Escolares; Ensino Maringaense; Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal.

CARAÇATO, Viviane de Oliveira Berloff. **STATE HIGH SCHOOL DR. GASTÃO VIDIGAL (1953-1975): THE HISTORY OF EDUCATION IN MARINGÁ.** 145 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Advisor: Prof. Dr. Maria Angélica Olivo Francisco Lucas. Co-advisor: Prof. Dr. Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2014.

ABSTRACT

The objective of this study was to reconstruct the history of State High School Dr. Gastão Vidigal, the first public secondary education institution in the municipality of Maringá-PR. The study comprehended the period from the school's foundation in 1953 until 1975, when it received the legal authorization to offer primary and secondary education according to the law nº 5692/71. The school was initially named as Municipal Elementary School of Maringá. In 1954, due to financial problems in the municipal government, the school's administration was transferred to the State of Paraná and its name was changed to State Elementary School of Maringá. In subsequent years, the school had its name changed several times until receiving its present name. This work was conducted based on the theoretical-methodological construct of Historical Dialectical Materialism, which enabled the presentation and the analysis of the elements proposed by the study. Thus, this investigation initially presents the colonization process of the State of Parana with special emphasis on the North Region, where the municipality of Maringá is located, as well as the foundation and development of the municipality in question, aiming at verifying the factors that fostered the implantation of the school under study. Additionally, this study also addresses the school's historical process, some of the practices developed by the school, and also the type of education offered to the pupils. Priority was placed on admission exams, end-of-the-year exams, adaptation exams, class formation, teaching staff formation, science fairs, school subjects, fanfare, and school curriculum. To that aim, a documental, and bibliographical research was performed so that the information collected was analyzed according to the context in which they were produced. It was observed that State High School Dr. Gastão Vidigal was established to meet the needs of the less privileged part of the city's population. However, the nationally compulsory admission exams at the time prevented the access of a large number of students to that educational level, and the advancement of their study beyond primary education. Moreover, it was also observed that the practices conducted in the school were synchronized with the country's current nationalist and developmental principles, which demanded higher levels of education.

KEYWORDS: Educational Institutions; Education in Maringá; State High School Dr. Gastão Vidigal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Unidades do Relevo do Paraná.....	27
Figura 2:	Colheita da erva-mate em São Mateus do Sul-PR.....	27
Figura 3:	Festa dos poloneses, em frente à Igreja Colônia de Orleans (hoje região de Curitiba), em 1905.....	29
Figura 4:	Divisão da Região Norte do Paraná.....	31
Figura 5:	Número de propriedades e área média (em ha) com cafeeiros no Norte Velho de Venceslau Braz.....	34
Figura 6:	Família de pioneiros vivendo em seu lote, em 1932.....	37
Figura 7:	Área do Maringá Velho delimitado por suas seis quadras.....	41
Figura 8:	Maringá Velho na década de 1940.....	42
Figura 9:	Primeiro hotel construído pela Companhia em 1942.....	43
Figura 10:	Vias de entrada de Maringá, após uma chuva torrencial, em 1947...	44
Figura 11:	Capela Santa Cruz – 1946.....	45
Figura 12:	Escola Isolada do Maringá Velho.....	45
Figura 13:	Maringá Velho e Maringá Novo ao fundo, em 1948.....	46
Figura 14:	Arrecadação do Distrito de Maringá (1948-1951).....	50
Figura 15:	Primeiro trem de passageiros a passar por Maringá, em 1954.....	51
Figura 16:	Mapa original da cidade de Maringá, finalizado em 1945.....	53
Figura 17:	Maringá e os seus dois bosques na área central da cidade.....	54

Figura 18:	Professoras do Grupo Escolar Dr. Osvaldo Cruz, ano de 1952.....	58
Figura 19:	Lei nº 28/53.....	64
Figura 20:	Lei da Estadualização do Ginásio Municipal.....	68
Figura 21:	Solenidade da Estadualização do Ginásio Municipal.....	69
Figura 22:	Lei nº 11/55.....	72
Figura 23:	Salas de madeira ao fundo.....	73
Figura 24:	Diário Oficial nº 153 de 05/09/1958.....	74
Figura 25:	Cópia do telegrama nº 4.323.....	75
Figura 26:	Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal – final da década de 1950.....	75
Figura 27:	Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, bairro Zona 07 (1967).....	78
Figura 28:	Certificado de Aprovação em Exame de Admissão (1953).....	85
Figura 29:	Quarta Série A (1963).....	94
Figura 30:	Fanfarra do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal.....	104
Figura 31:	Exposição de trabalhos, ano de 1966.....	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Mudanças na denominação da instituição.....	61
Quadro 2:	Turmas do Ginásio Municipal (1954).....	66
Quadro 3:	Turmas do Ginásio Estadual (1955).....	70
Quadro 4:	Turmas do período noturno (1958).....	74
Quadro 5:	Orientações para as provas dos exames de admissão.....	86
Quadro 6:	Reprovas e eliminações nos exames de admissão, década de 1950.....	87
Quadro 7:	Reprovados e eliminados nos exames de admissão – década de 1960.....	88
Quadro 8:	Exames de segunda época realizados pelos alunos da primeira série do ginásio 1955).....	90
Quadro 9:	Exame de adaptação, em primeira época, das provas de Latim e História do Brasil (1955).....	91
Quadro 10:	Exame de adaptação, em época especial, das provas de Latim e História do Brasil (1955).....	92
Quadro 11:	Registro dos professores (1955).....	99
Quadro 12:	Formação do quadro docente no período de 1956 a 1959.....	100
Quadro 13:	Formação do quadro docente no período de 1960 a 1964.....	100
Quadro 14:	Disciplinas ofertadas no ano de 1954.....	110

Quadro 15: Disciplinas ofertadas no ginásio, ano de 1962..... 113

Quadro 16: Disciplinas ofertadas de 5^a a 7^a séries no ano de 1972..... 116

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

COCAMAR – Cooperativa Agroindustrial de Maringá

CODEMAR – Companhia de Desenvolvimento de Maringá

COPEP – Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná

E.M.C – Educação Moral e Cívica

FECEM – Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá

FENACI – Feira Nacional de Ciências

HEDUCULTES – Grupo de Pesquisa em História da Educação Brasileira, Instituições e Cultura Escolar

IBBC – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

O.S.P.B – Organização Social e Política do Brasil

PDS – Partido Social Democrático

PPE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PR – Partido Republicano

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

UEM – Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	A COLONIZAÇÃO DO PARANÁ E A FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-PR.....	24
2.1	A COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO PARANÁ.....	24
2.2	O NORTE DO PARANÁ: DESBRAVAMENTO E POVOAMENTO DA REGIÃO.....	30
2.3	A FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ.....	40
3	DO GINÁSIO MUNICIPAL DE MARINGÁ AO COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL – ENSINO DE 1º E 2º GRAUS.....	56
3.1	ANTECEDENTES ESCOLARES DO GINÁSIO MUNICIPAL DE MARINGÁ.....	56
3.2	DO GINÁSIO MUNICIPAL DE MARINGÁ AO GINÁSIO ESTADUAL DE MARINGÁ.....	61
3.3	DO GINÁSIO ESTADUAL DE MARINGÁ AO COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL – ENSINO DE 1º E 2º GRAUS.....	69
4	ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL NO PERÍODO DE 1953 A 1975.....	80
4.1	EXAMES DE ADMISSÃO.....	82
4.2	AVALIAÇÃO ANUAL: EXAMES DE SEGUNDA ÉPOCA.....	89
4.3	EXAMES DE ADAPTAÇÃO.....	91
4.4	CONSTITUIÇÃO DAS TURMAS.....	93
4.5	DISCIPLINA ESCOLAR.....	95
4.6	FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	98
4.7	FANFARRA.....	101
4.8	FEIRA DE CIÊNCIAS.....	105

4.9	CURRÍCULO ESCOLAR.....	109
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
	REFERÊNCIAS.....	122
	APÊNDICES.....	132
	ANEXOS.....	135

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está situada no campo da História das Instituições Escolares e tem a finalidade de reconstruir a história do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, localizado no município de Maringá - PR. A delimitação temporal inicia-se em 1953, ano da sua inauguração, e se estende ao ano de 1975, momento em que o colégio recebeu legalmente a autorização de funcionamento do curso de 1º e 2º graus, conforme as determinações regulamentadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971.

Vale salientar que este estudo originou-se, mediante convite da professora Neuci Facci, responsável pelo Centro Histórico da mencionada instituição, que, no início do ano de 2012, passou a desenvolver um projeto com vistas à comemoração, em dezembro de 2013, dos 60 anos desse estabelecimento de ensino.

Cabe dizer que o Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal foi instituído por meio da Lei Municipal nº 28 de 02 de dezembro de 1953 e inicialmente denominado Ginásio Municipal de Maringá. No ano de 1954, passou a pertencer à rede estadual de ensino, mediante Lei nº 2.168 e renomeado Ginásio Estadual de Maringá. No decorrer de suas atividades, recebeu diversas denominações até configurar-se com a nomenclatura atual.

Assim, este trabalho dissertativo tem, como objetivo geral, reconstruir a história do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, situado na cidade de Maringá-Pr, no período compreendido entre 1953 e 1975. Para tanto, foi necessário conhecer o processo de colonização do Estado do Paraná e do município de Maringá; reconstruir a história da referida instituição de ensino com base no contexto político, econômico e social que a gestou; e analisar a organização pedagógica desse estabelecimento de ensino no período mencionado.

É necessário ressaltar que, para dar início à pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico com o propósito de identificar a existência de estudos sobre o tema em questão. Para isso, foi feita uma investigação por meio do portal de periódicos da CAPES, Google Acadêmico, banco de teses e dissertações de diferentes instituições de ensino superior, dentre outras fontes. Em seguida, houve um contato com o professor João Laércio Lopes Leal, responsável pelo setor de Gerência do Patrimônio Histórico do Arquivo Municipal de Maringá. Após esse processo, foi possível constatar que, até o momento, não

foram realizados trabalhos em nível de pós-graduação relacionados à história do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal.

Assim, compartilhamos com o pensamento de Nascimento (2006), quando afirma que o estado do conhecimento trata-se de uma etapa importante no desenvolvimento da investigação científica, visto que, por meio desse processo, o pesquisador tem acesso ao estágio do conhecimento sobre o tema ou o objeto a ser investigado. A autora pontua que

A elaboração do estado do conhecimento é, também, um dos passos importantes para diminuir as distâncias de uma pesquisa para outra e que pode ser trabalhado de diversas formas: com os dados obtidos dos registros das dissertações, teses e outras formas de publicações (NASCIMENTO, 2006, p. 130).

Vale salientar ainda que as pesquisas sobre a história das instituições escolares estão em franca expansão e, a cada dia, alcançam novos adeptos, mas apesar da crescente produção de trabalhos nesse campo, verificam-se lacunas, no que tange à história da educação maringense. Diante disso, surgiu a motivação para o estudo da trajetória do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, o qual iniciou as suas atividades dois anos após Maringá ter sido elevada à categoria de sede de município.

Em relação à produção historiográfica sobre a educação maringense, há de se destacar que as poucas pesquisas nesse campo se devem ao fato de o município ter uma colonização recente, bem como o movimento atual de valorização de sua história local. Nesse sentido, devemos destacar os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares e pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação Brasileira, Instituições e Cultura Escolar (HEDUCULTES), os quais fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Assim, o estudo proposto se torna relevante para a esfera social e acadêmica, devido à reduzida produção sobre a sua história educacional, vindo ele a servir de esteio para futuras análises e pesquisas, bem como pela importância de reconstruir os fatores implícitos no processo de implantação do referido colégio. Sobre esse aspecto, Miguel (2004, p. 118) assinala que a relação entre o pesquisador e a comunidade científica da qual faz parte é essencial, pois

[...] podem surgir contribuições bastante válidas para novas buscas de fontes que auxiliem a historiografia. O debate acadêmico procedente da leitura do que é produzido pode auxiliar o processo de busca de novas fontes e da construção historiográfica, mesmo porque não é possível definir quando tal processo acaba.

Nesse contexto, salientamos que, durante as buscas sobre o objeto da pesquisa, foram encontradas produções sobre a história de Maringá e do Norte e Noroeste do Paraná, dentre elas, configuraram-se os trabalhos de Luz (1997), Reis (2004; 2007), Sanches (2002) e Cabral (1977), os quais serviram de fontes para este estudo cujas contribuições estão expostas na segunda seção desta dissertação.

No que tange aos estudos sobre as instituições escolares do Norte e Noroeste do Paraná, destacamos, na literatura produzida, os trabalhos de Ritt (2009), Bertonha (2010), Faria (2010) e Huss (2011).

A pesquisa de Ritt (2009) abordou a reconstrução do Grupo Escolar Marechal Cândido Rondon, na cidade de Campo Mourão, localizada a 90 km de Maringá. O referido trabalho expressa o que a referida escola representou para esse local durante o processo de consolidação do município, e tem como recorte temporal o período de 1947, ano que marca o funcionamento dessa instituição como escola isolada, a 1971, momento em que os grupos escolares foram extintos.

Bertonha (2010) reconstituiu a história da primeira escola primária isolada do município de Sarandi, situado a 5 km de Maringá. O estudo tem como início o ano de 1953, quando a referida escola foi fundada e o Patrimônio de Sarandi criado, e segue ao ano de 1981, com a emancipação política do Patrimônio do município de Marialva e a municipalização dessa escola.

Faria (2010) reconstituiu a história e a memória do Grupo Escolar Hugo Simas, do município de Londrina, localizado a 90 km de Maringá, no período compreendido entre 1937 e 1972. A autora apresenta em seu texto a apropriação, por parte desse grupo escolar, de alguns dos princípios escolanovistas, embora convivendo com práticas pedagógicas oriundas do fim do século XIX.

Huss (2011) desenvolveu um estudo sobre o processo de escolarização no município de Mandaguari, localizado a 31 km de Maringá, abrangendo o período de 1949, ano em que o Ginásio Estadual de Mandaguari foi autorizado a funcionar, a 1988, quando o Complexo Escolar Professora Hilda de Oliveira cessou seu funcionamento.

Em relação às pesquisas desenvolvidas sobre as instituições de ensino do município de Maringá, ressaltamos os estudos de Rodrigues (2009), Lima (2011), Santos (2012) e Piola (2013).

O estudo de Rodrigues (2009) recuperou a memória e a história da educação de jovens e adultos do Grupo Escolar Noturno Visconde de Nácar, localizado em Maringá, no período de 1947 a 1958. O texto apresenta as práticas escolares da época, o valor que a sociedade maringaense atribuía a esse grupo escolar e os escassos recursos financeiros destinados à educação elementar dos jovens e adultos.

A obra de Lima (2011) abordou a história do Ginásio Maringá, entre os anos de 1952 a 1963, sendo esta a primeira instituição ginásial privada da cidade. A pesquisa demonstra o momento em que esse colégio é assumido pelos Irmãos Marista, constituindo-se como principal local de formação da elite pioneira do município, bem como a contribuição “marista” na consolidação da educação maringaense.

Santos (2012) realizou um estudo sobre a construção da identidade do Colégio Regina Mundi no período de 1967 a 1970, anos iniciais de sua fundação, em que atendia meninas do Curso Ginásial. O referido trabalho analisa o ideal de formação disseminado nessa instituição por meio de suas práticas pedagógicas, bem como as ações dos sujeitos na construção de sua história educacional.

A pesquisa de Piola (2013) resgatou as práticas festivas e as comemorações cívicas e religiosas do Colégio Paroquial Santo Inácio no período de 1957 a 1965. Em seu estudo, apresenta uma análise das fotos de desfiles e festas da escola, cartas, convites e informativos sobre a instituição, condizente com seu projeto de educação católica.

Desse modo, os mencionados trabalhos contribuíram para o entendimento dos fatores implícitos ao processo de colonização do Norte e Noroeste do Paraná, e do município de Maringá, bem como dos motivos que levaram à implantação das supracitadas instituições e seus projetos educacionais. Acerca disso, é necessário destacar a necessidade da realização de outros estudos sobre a história educacional maringaense, devido à falta de pesquisas, principalmente, no que concerne à gênese das escolas que foram importantes para o desenvolvimento de seus principais bairros, para a escolarização de seus primeiros habitantes e para a formação de sua população.

Após essa etapa, foi iniciado o levantamento das fontes existentes no arquivo inativo do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal com a devida autorização do professor Sérgio Martinhago, atual diretor desse estabelecimento de ensino. É fundamental revelar

que esse momento foi árduo, pois a maioria dos documentos não estava catalogada, o que exigiu empenho e dedicação para a identificação dos mesmos. No início, houve uma preocupação, devido ao escasso material encontrado durante as primeiras buscas, mas no decorrer desse processo, acumulou-se uma quantidade razoável de documentos, o que permitiu o desenvolvimento da pesquisa. Dentre esses documentos, estão: livro de cadastro de professores, livro de termos de posse, pasta de coletânea de leis, livro ata de exames de admissão, livro ata de exames de segunda época, livro ata de relatórios finais, livro ata do histórico do estabelecimento de ensino.

Cabe dizer que também foi necessário buscar informações junto ao Núcleo Regional de Educação de Maringá, no que tange à parte funcional do colégio. Conhecemos o documento “Vida Legal do Estabelecimento de Ensino”, cedido por seu departamento de documentação. De posse deste, foi possível reconstruir parte da história dessa instituição, pois ele indica as datas das autorizações de funcionamento e reconhecimento dos cursos ofertados, das renovações de reconhecimento dos mesmos e as reorganizações feitas no colégio em função de mudanças na legislação estadual e federal, sendo todas identificadas por meio de resoluções, pareceres e decretos contidos no Diário Oficial do Estado.

Outro recurso utilizado foi a análise das atas das sessões da Câmara Municipal de Maringá correspondentes à década de 1950. Ressaltamos que este foi um trabalho minucioso, pois todos os registros eram manuscritos e alguns deles de difícil entendimento. Por meio desses documentos, foi possível identificar elementos relacionados ao processo de criação e estadualização do estabelecimento de ensino em estudo.

Para a realização deste trabalho, recorremos a fontes orais, as quais auxiliaram no esclarecimento de informações não registradas pela instituição que contribuiriam para o entendimento de sua história e de sua organização pedagógica no período analisado. Segundo Faria (2010, p. 23), “[...] resgatar a memória de ex-professores e ex-alunos possibilita entender a visão dos sujeitos envolvidos naquele evento histórico, é um instrumento que proporciona a compreensão do contexto investigado por ser capaz de dar voz aos sujeitos históricos”.

Assim sendo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco ex-professores que atuaram nesse colégio e com três ex-alunos que nele realizaram os seus estudos no período analisado. Durante as entrevistas, alguns sujeitos também nos disponibilizaram recortes de jornais e documentos pessoais, os quais contribuiriam para o enriquecimento deste estudo.

É fundamental relatar que as entrevistas apresentadas no corpo do trabalho foram retextualizadas, conforme aceção de Marcushi (2001, p. 21):

[...] em hipótese alguma se trata de propor a passagem de um texto supostamente “descontrolado e caótico” (o texto falado) para outro “controlado e bem-formado” (o texto escrito). Fique claro, desde já, que o texto oral está em ordem na sua formulação e no geral não apresenta problemas para a compreensão. Sua passagem para a escrita vai receber interferências mais ou menos acentuadas a depender do que se tem em vista, mas não por ser fala insuficientemente organizada. Portanto, a passagem da fala para a escrita não é a passagem do caos para a ordem: é a passagem de uma ordem para outra ordem.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, para estudar a história de uma instituição escolar, é imprescindível o uso de fontes, sejam elas relatos orais, documentos, fotos, atas da escola, enfim, documentos que nos permitem reconstruir a sua trajetória. Assim, a fonte é a matéria-prima do historiador, e somente por meio dela é que poderemos compreender a história de qualquer processo. No entanto, um dos maiores problemas encontrados pelos pesquisadores refere-se a não preservação das mesmas. Isto, muitas vezes, é decorrência da falta de reconhecimento da importância que elas possuem e da mentalidade atual em descartar papéis considerados “velhos”. Acerca disso, Bosi (1994) complementa que a função social do velho está conectada ao ato de lembrar e aconselhar, porém a sociedade capitalista impede essa lembrança, oprimindo a velhice e substituindo-a pela história oficial celebrativa.

Nesse sentido, é necessário reconhecer a importância da preservação das fontes, pois somente por meio delas torna-se possível a produção do conhecimento de qualquer fenômeno historiográfico. Conforme Saviani (2004, p. 5), “[...] as fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado”. O autor complementa que somente por meio do trabalho do pesquisador é que as fontes ganham sentido e a pesquisa poderá ser desenvolvida.

Sobre esse aspecto, Costa (2010, p. 193) nos explica que “as fontes não ‘falam’ por si só, não adquirem sentido por elas mesmas, daí a necessidade do diálogo científico com os documentos, diálogo que passa, muitas vezes, por uma relação saudável de desconfiança”. Portanto, a interpretação de um documento é fator indispensável à

realização de uma pesquisa, pois permite ao historiador compreender o seu conteúdo que, muitas vezes, encontra-se implícito em suas entrelinhas.

Rodríguez (2010) alerta que os documentos, por serem elaborados por sujeitos de épocas e grupos sociais diferentes, estão permeados de elementos determinantes, seja pelo cargo que ocuparam ou pela própria inserção social, por isso o pesquisador não pode esquecer o contexto em que esses textos foram produzidos. Acerca disso, é possível entender que, ao estudar a história de uma instituição, se faz necessário relacionar o objeto de pesquisa com a sociedade em que ele fora produzido, pois a sua história está intrinsecamente relacionada ao movimento político, social e econômico desse período.

Vale salientar que a educação, tomada de forma mais ampla, está presente em todos os momentos do desenvolvimento humano, perpassando o seu processo de vida. Logo, a escola é concebida como *locus* de formação humana, devido à sistematização do saber e por ser espaço que contempla aprendizagem e desenvolvimento. No entanto, é importante ter claro que essa instituição não é neutra, pois sofre influências da sociedade na qual está inserida, produzindo, dessa maneira, homens que são frutos do seu período. Marx (1986, p. 35) defendeu essa afirmação, ao alegar que “[...] os homens são indivíduos determinados, que como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas”.

Sobre essa questão, Lima (2011, p. 25) ratifica:

[...] a educação deverá ser analisada em seu contexto histórico no qual os indivíduos estabelecem entre si relações de sua própria existência. Não há como separar, desta maneira, educação e poder, porque a educação não é processo neutro, mas comprometida com a economia e política de seu tempo.

Portanto, se educação e sociedade não estão dissociadas, é fundamental enfatizar que a utilização do método dialético em pesquisas sobre as instituições escolares permite “[...] relacionar o particular (o singular, o dado empírico) com o geral, isto é, com a totalidade social, de modo a compreender a história e a filosofia de uma determinada instituição” (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 62). Desse modo, este trabalho dissertativo está pautado no referencial teórico-metodológico do Materialismo Histórico.

A partir dos princípios expostos, desenvolvemos a investigação, organizando-a em quatro seções, as quais permitem reconstruir a história do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal do município de Maringá, entre 1953 e 1975.

Na primeira seção, **INTRODUÇÃO**, são apresentados os objetivos da investigação e sua justificativa, uma breve revisão bibliográfica, a opção metodológica e o percurso de construção da pesquisa.

Na segunda seção, intitulada **A COLONIZAÇÃO DO PARANÁ E A FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-PR**, é explicitado o processo de colonização do Paraná e de sua região Norte, esta última povoada, devido à expansão da cafeicultura e por meio da colonização dirigida. Dentre as empresas colonizadoras, destaca-se a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), responsável pela fundação de Maringá, cidade planejada para ser um centro regional, em virtude de sua privilegiada topografia.

Na terceira seção, denominada **DO GINÁSIO MUNICIPAL DE MARINGÁ AO COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL – ENSINO DE 1º E 2º GRAUS**, primeiramente, retomamos alguns antecedentes da instituição estudada, no intuito de apresentar os motivos que gestaram a sua criação. Após essa retomada, são abordados a fase de sua implantação como Ginásio Municipal de Maringá e o processo histórico até ser designado Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal – Ensino de 1º e 2º Graus.

Na quarta seção, intitulada **ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL NO PERÍODO DE 1953 A 1975**, são analisados alguns aspectos que envolvem a realização de exames para ingresso na referida instituição, o currículo escolar, a constituição das turmas e do corpo docente, e práticas educativas relacionadas à disciplina escolar, à avaliação de segunda época, à realização de feiras de ciências, à criação e manutenção de uma fanfarra e exames de adaptação.

Desse modo, este estudo permite a compreensão da história do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal em conformidade com o processo de colonização paranaense e de sua região Norte, bem como os fatores relacionados à criação e ao desenvolvimento do município de Maringá. Sobre a referida instituição, é possível verificar as mudanças de sua nomenclatura e algumas práticas escolares desenvolvidas, entre os anos de 1953 e 1975, de acordo com a formação exigida pela sociedade em pleno processo de transformação industrial.

2 A COLONIZAÇÃO DO PARANÁ E A FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-PR

Nesta seção, delinearemos o contexto histórico paranaense e, em especial, o do Norte do Paraná, foco de grande relevância para a compreensão da fundação do município de Maringá-PR, cidade planejada para ser um centro regional e local onde se situa a instituição de ensino a ser investigada. Tal conhecimento é imprescindível para a análise do nosso objeto de pesquisa, pois este se configura dentro dessa totalidade, a qual nos permite compreender os fatores políticos, econômicos, culturais e sociais que estiveram ligados à sua implantação.

2.1 A COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO PARANÁ

No final do século XVI, os europeus, ao adentrarem a região paranaense, depararam com um espaço ocupado por povos indígenas pré-ceramistas, os quais sobreviviam por meio da exploração dos recursos naturais (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001). Em relação às tribos existentes nesse espaço, as autoras esclarecem que “[...] os indígenas que habitavam no Paraná pertenciam às famílias linguísticas Jê e Tupi-Guarani” (2001, p. 14). Sobre esses povos, Lazier (2003, p. 47) complementa:

O nomadismo era prática comum entre eles. Eles usavam e abusavam de banho em rio. Suas principais atividades eram a coleta, a caça, pesca e a agricultura. Utilizavam muito o pinhão, o mel, a carne e ovos na alimentação. Suas principais armas para pesca, caça e guerra eram o arco, a flecha e a lança. A medicina tradicional tinha como base o uso de ervas. Eles conheciam os segredos curativos de centenas de plantas. A erva-mate eles tomavam para consultar os espíritos.

A relação entre os índios e os colonos portugueses e espanhóis não se configurou de forma amistosa, sendo marcada por maus tratos, devido à intenção dos colonos de escravizá-los como mão de obra, bem como vendê-los no mercado de escravos. Outro aspecto que contribuiu para dificultar tal relação refere-se à construção familiar, pois entre os índios, não existia a monogamia; além disso, a família não possuía ligação com a

propriedade privada do modo de produção (LAZIER, 2003). Nesse embate, houve revoltas e lutas por parte dos índios, os quais acabaram sendo massacrados. Nesse sentido, Lazier (2003, p. 49) conclui que “[...] a grande verdade é que os europeus, através da superioridade bélica, brutalidade, escravidão e até o erotismo destruíram a cultura e a civilização indígena”.

Os negros também se estabeleceram no Paraná. Sua presença é identificada desde o início dos primeiros agrupamentos humanos estabelecidos nessa região e registrados nas diversas atividades econômicas desenvolvidas no Estado, entre elas, a mineração. Eles foram identificados “[...] não apenas no litoral, mas igualmente no planalto [...], operando nos diferentes setores de produção [...]” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 122). Os referidos autores complementam:

A utilização do trabalho escravo estendeu-se a todos os setores produtivos da comunidade paranaense, desde a mineração à agricultura de subsistência, pecuária, aos afazeres domésticos e diferentes artesanatos e ofícios rurais e urbanos, e mesmo às funções de administração, conforme numerosas fontes documentais existentes (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 122).

Assim, os negros contribuíram, sobremaneira, com sua força de trabalho, para o desenvolvimento da economia paranaense, economia esta que se desenvolveu por meio de ciclos. O primeiro deles, o do ouro, teve início em Paranaguá na metade do século XVII. Dessa atividade resultou “[...] o povoamento do litoral e do Primeiro Planalto, a criação de Paranaguá, Antonina, Morretes, Curitiba (Arraial Grande) e outras pequenas povoações, e a abertura de picadas que ligaram o planalto curitibano ao litoral” (PROSSER, 2004, p. 27). A vida dos mineradores procedeu-se de forma difícil, mas enfrentaram corajosamente o sertão bravio em busca de enriquecimento. O acampamento formava um arraial, onde residiam em cabanas cobertas com folhas de palmeira ou capim. Possuíam uma alimentação deficiente, pois somente uma pequena parte se dedicava à agricultura e à pecuária, e as mercadorias vinham de longe, gerando um alto custo de vida. Nesse panorama, houve a descoberta do ouro em Minas Gerais, ocasionando o êxodo dos mineradores paranaenses para essa região em busca de melhores condições de vida (WACHOWICZ, 1995).

Nesse cenário, no ano de 1668, Curitiba foi elevada à Vila e sua população vivia em sítios próximos ao núcleo central. O clima era favorável e propiciava a pecuária e a

agricultura. Entretanto, Wachowicz (1995, p. 66) nos relata que “[...] a benignidade de seu clima não conseguiu anular os fatores negativos: a Serra do Mar, de difícil transposição, encoberta pela mata atlântica, muito intrincada, dificultava a venda de sua produção agrícola e pastoril [...]”. Diante disso, a população produzia somente o necessário para a sua sobrevivência.

Acostumaram-se a plantar e criar quase somente aquilo de que necessitavam para seu próprio consumo. O pouco que sobrava de arroz, feijão, milho, congonha (mate) ou carne seca, era transportado com grande dificuldade ao litoral e ali trocado por sal, farinha, algodão, ferragens etc. Por muito tempo, este transporte era feito pelo homem à pé, sobretudo escravos. Só bem mais tarde, o transporte passou a ser feito no lombo de animais. A ligação de Curitiba com o litoral, através de veículos, somente foi possível no século XIX, com a abertura da estrada da Graciosa (WACHOWICZ, 1995, p. 66).

O tropeirismo foi outra atividade desenvolvida nessa região. Dela e da pecuária resultaram a ocupação do Segundo Planalto, onde se situam os Campos Gerais, local propício ao pastoreio (PROSSER, 2004).

No Paraná, as tropas tinham como finalidade conduzir o gado – muar, equinos e bovinos – para Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Existiam ainda as tropas de carga para transportar mercadorias entre Paranaguá e Curitiba. Foi a partir de Curitiba que o tropeirismo se espalhou para o Terceiro Planalto, para os campos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Essa atividade desempenhou um papel decisivo para a consolidação da unidade nacional ao conquistar o Rio Grande do Sul¹ para o Brasil, bem como propiciar a ocupação de Minas Gerais (LAZIER, 2003).

A figura a seguir apresenta o relevo paranaense, local onde foram desenvolvidas várias atividades econômicas, dentre elas, o tropeirismo.

¹ Foram os tropeiros que conseguiram aproximar os gaúchos do resto do Brasil, pois conforme Wachowicz (1995, p. 105), “o território gaúcho, situado numa região onde as fronteiras entre a colônia lusa e as terras castelhanas eram indecisas, sofria grande influência espanhola”.



Figura 1: Unidades do Relevo do Paraná

Fonte: Bettes Junior, Ordoñez e Sales (1996, p. 10)

Além do ciclo do ouro e da pecuária, existiu, no Paraná, o ciclo da erva-mate, o qual foi “[...] responsável pelo enriquecimento de várias famílias e pelo impulso em direção à urbanização, especialmente de Curitiba. Com isso, foram estimuladas em especial, tanto a vida econômica quanto a intelectual da região” (PROSSER, 2004, p. 30). Na sequência, podemos visualizar uma foto da colheita dessa erva.



Figura 2: Colheita da erva-mate em São Mateus do Sul-Pr

Fonte: Trindade e Andreazza (2001, p.40)

Na primeira metade do século XIX, a região começou a almejar por sua emancipação política da Província de São Paulo. Tal intento foi alcançado por meio da Lei 704, de 29 de agosto de 1853, a qual criou a Província do Paraná (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001). Em 19 de dezembro de 1853, essa província foi instalada em Curitiba, tendo, como primeiro presidente, Zacharias Góes de Vasconcelos, que governou de 1853 a 1889, ano em foi instituído o regime republicano no Brasil.

Prosser (2004) nos explicita que o período provincial dividiu-se em duas fases: de 1853 até a Guerra do Paraguai (1864-1870) e do término dessa guerra até o ano de 1889. A primeira, caracterizada pela nomeação de políticos de outras províncias ao cargo de presidente, e a segunda, marcada pelo aumento de sua autonomia.

A recém-criada Província do Paraná possuía uma baixa densidade demográfica, motivo este que desencadeou as ideias imigracionistas. A elite provincial compartilhava a certeza de que “[...] a imigração europeia era o único caminho para a regeneração do povo brasileiro” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 51). Nesse sentido, a política imigracionista visava à substituição da mão de obra escrava pela europeia, assim como o preenchimento dos vazios demográficos das regiões de fronteira.

No Paraná, a maioria da população concentrava-se na área rural, mas os “[...] italianos, alemães, poloneses, franceses e pessoas de outras etnias vieram dar uma nova feição para essas cidades” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 55). Portanto, afirmam as autoras, os imigrantes proporcionaram, no decorrer do século XIX e início do XX, o desenvolvimento do comércio, da atividade artesanal e das pequenas e médias indústrias, ou seja, de uma economia tipicamente urbana, além de aumentarem a população residente. Além disso, imprimiram o seu estilo nas fachadas arquitetônicas e no ambiente urbano, sendo o mesmo identificado em casas comerciais, particulares, igrejas, como podemos observar por meio da figura 3. Desse modo, tornaram-se figuras típicas da população paranaense.



Figura 3: Festa dos poloneses em frente à Igreja da Colônia de Orleans (hoje região de Curitiba), em 1905
 Fonte: Prosser (2004, p.42)

Nesse sentido, Lazier (2003) nos relata que o Paraná foi considerado “a terra de todas as gentes”. Acerca disso, pode-se constatar, entre os séculos XVIII e XIX, em relação aos negros dessa região, que “[...] sua percentagem em relação ao total da população foi gradualmente diminuindo, à medida que se aumentava a entrada do imigrante europeu” (PROSSER, 2004, p.36).

Nesse cenário, percebe-se a transformação da província, após sua emancipação política em 1853, por meio do seu crescimento intelectual e cultural. Sobre esse aspecto, Prosser (2004, p.57) relata:

Era intensa a vida cultural da cidade. Por parte da elite curitibana de origem luso-brasileira, pode-se perceber uma constante busca da imitação dos padrões de gosto da corte. Crescia a atividade dos imigrantes nos seus clubes, nas suas igrejas e nas suas escolas. Além da manutenção de hábitos, de costumes, da língua, de características alimentares e de moradia, de técnicas de trabalho, do artesanato e da religião, havia, também e de forma bastante acentuada, o cultivo da música, do teatro e da dança.

A inauguração da Estrada da Graciosa e da Estrada de Ferro entre o litoral e o Primeiro Planalto foi outro elemento que propiciou o desenvolvimento dessa região. Após a construção da linha férrea Curitiba-Paranaguá, os trilhos logo atingiram o Sul e o Norte

do Paraná. Desse modo, a distribuição dos produtos se tornou algo mais fácil, bem como a sua comercialização. Diante desses benefícios proporcionados ao estado, concluímos, com Trindade e Andrezza (2001, p. 66), que “o trem foi um arauto do progresso”. Nessa época, nas terras do norte, surgiram “as cidades de Cambará, Bandeirantes, Cornélio Procópio e Andirá, conformando o que seria posteriormente chamado Norte Velho” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 67).

No início da Primeira República, era inegável os sinais de modernização na cidade de Curitiba, a capital do estado. As ruas encontravam-se pavimentadas, com edificações mais elegantes, fábricas se expandiam e outras se instalavam, encontravam-se meios de comunicação como telégrafo e telefone. Os carros e bondes também faziam parte desse desenvolvimento. Sobre essa conjuntura da capital paranaense, Trindade e Andrezza (2001, p. 65) expressam que

[...] a capital do Paraná mostrava aos visitantes sinais de modernização configurando as transformações pretendidas pelas elites ao longo do século XIX. As ruas se abriam e se pavimentavam; surgiam novas edificações, todo o traçado da cidade se tornava mais compacto [...]. A cidade deixava seu ar provinciano e adornava-se com sobrados mais leves e elegantes.

Todas essas transformações estavam sob a influência de uma elite econômica vinculada à exploração do mate e da madeira, e que se empenhava ainda na criação de pequenas indústrias e no fornecimento de serviços. Esses grupos, formados por indivíduos nacionais ou estrangeiros, conseguiram substituir os fazendeiros tradicionais e deter a força política no Paraná (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001).

Diante de toda a modernização em que se processava a capital do estado, outras terras da região foram ocupadas, em virtude de maiores possibilidades de ganhos com a produção agrícola, como é o caso da ocupação do norte paranaense, que veremos a seguir.

2.2 O NORTE DO PARANÁ: DESBRAVAMENTO E POVOAMENTO DA REGIÃO

Segundo os dados da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) (1975, p. 35), o Norte do Paraná é caracterizado como

[...] a soma territorial dos vales muito férteis formados pelos afluentes da margem esquerda dos rios Paraná e Paranapanema, no arco em que esses dois cursos d'água traçam entre as cidades de Cambará e Guaíra. [...] Essa região – definida pelos rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquiri – abrange uma superfície de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, dividida em três áreas, segundo a época e a origem da respectiva colonização: o *Norte Velho*, que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi; o *Norte Novo*, que vai até as barrancas do rio Ivaí e tem como, a Oeste, a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa; e o *Norte Novíssimo*, que se desdobra dessa linha até o rio Paraná, ultrapassa o rio Ivaí e abarca toda a margem direita do rio Piquiri.

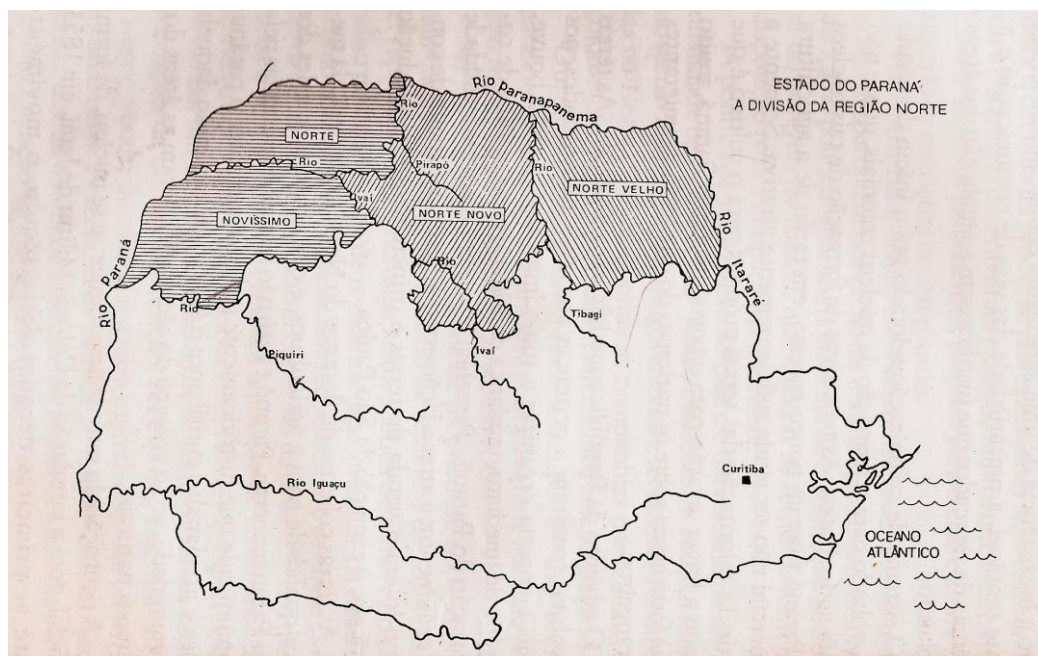


Figura 4: Divisão da Região Norte do Paraná

Fonte: Luz (1997, p.16)

A ocupação dessa região ocorreu de forma muito rápida até a década de 1960 e vários foram os fatores que contribuíram para o seu rápido povoamento, especialmente a partir da década de 1920, dentre eles, destacam-se a expansão da cafeicultura paulista, a terra roxa muito fértil e o quadro econômico do país decorrente da crise de 1929² (LUZ, 1997).

² Crise iniciada com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 29 de outubro de 1929, a qual promoveu a recessão da economia industrial norte-americana e, conseqüentemente, uma crise mundial (HOBSBAWM, 1995).

Lima (2011), baseada em análises sobre a crise de 1929, nos expressa que esta afetou diretamente os Estados Unidos, que até então desfrutavam de prosperidade e desenvolvimento. Enfatiza que, a partir de 1925, a economia americana começou a passar por dificuldades, alterando o seu cenário econômico, uma vez que houve um aumento da produção e o não acompanhamento dos salários, assim como um incremento da mecanização, que gerou uma “onda” de desemprego. Após a Primeira Guerra Mundial, vários países europeus, que estavam em processo de recuperação de suas economias, deixaram de ser grandes compradores dos Estados Unidos, o que acarretou uma crise de superprodução³. Diante disso, as indústrias foram forçadas a diminuir a produção e reduzir o número de funcionários. Vários bancos, indústrias e empresas rurais foram à falência, elevando a taxa de desempregados.

Essa problemática fez com que os Estados Unidos reduzissem as importações e os empréstimos a outros países, desencadeando a crise mundial que afetou o Brasil, pois eram os principais compradores de café do país. Logo, o preço do café despencou e a superprodução ocasionou desemprego em massa (LIMA, 2011).

Diante dessa realidade, a cafeicultura passou por uma conjuntura recessiva, pois

[...] a política cafeeira dominante foi exercida no sentido de regular a oferta, de estabelecer o “equilíbrio estatístico”, por vários mecanismos – incineração, proibição de novos plantios, instituição de taxas de exportação e quotas retidas, numa clara intervenção do Estado na economia. Diante da recessão, muitos cafeicultores abandonaram seus cafezais, especialmente os menos produtivos. Outros se dirigiram para as terras novas paranaenses, alguns diversificaram suas lavouras e outros ainda, fracionaram as suas propriedades. Contudo, em função da proibição de plantios novos, mas sobretudo pelo desestímulo dos preços, não houve grande interesse em se plantar extensos cafezais como havia ocorrido na década de 1920. A itinerância continuava como sempre, em busca de terras novas, porém sem a euforia dos anos de preços altos (CANCIAN, 1981, p. 29).

Após a crise de 1929, houve o aumento da produção cafeeira. Em função disso, a cultura do café, entre outros motivos, impulsionou a ocupação do norte paranaense, devido à predileção desse produto agrícola pelo solo de terra roxa. Conforme Lazier (2003, p. 142-143), “[...] o que influenciou na rápida ocupação do norte foi a cultura do café que em 1947 representava 11,4% da produção nacional e em 1962 passou para 62,8%”.

³ Resultante do excesso de produção e da falta de consumidores, pois de acordo com Hobsbawm (1995, p. 96), “[...] os preços não mais mantidos pela formação de estoques como antes, entraram em queda livre [...]” ocasionando tal situação.

A proibição do plantio de café em São Paulo e em outros estados e o declínio da produção das antigas lavouras cafeeiras contribuíram para que muitos fazendeiros buscassem as terras do Paraná, pois estas eram próprias para o café e não possuíam restrições ao seu plantio (LUZ, 1997). Nesse sentido, a cafeicultura paranaense foi resultado da vinda de agricultores paulistas em busca de terras novas e baratas, uma vez que elas se tornaram escassas e supervalorizadas em seu estado.

Wachowicz (1995) enfatiza que, apesar de o café ter sido o principal produto agrícola do norte do estado, outros produtos foram produzidos com grande intensidade, como o milho, o feijão, o arroz, a mamona, a cana de açúcar e a soja. Tais produtos foram cultivados entre os corredores livres dos cafezais, propiciando ao Estado do Paraná posicionar-se entre os primeiros lugares do rol de produtores de cereais.

O café pode ser encontrado, desde 1801, na lista dos produtos exportados pelo Paraná. No entanto, era produzido no litoral paranaense sem grande expressão econômica. Foi plantado, em meados do século XIX, na Colônia Militar do Jataí, nas aldeias indígenas de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo, e na Colônia Tereza. A partir de 1860, a frente pioneira, composta, sobretudo, por fazendeiros, foi se estabelecendo em locais próximos à nascente do rio Itararé e ali cultivaram e produziram o café. Surgiram, assim, os núcleos de Colônia Mineira, Tomazina, Santo Antônio da Platina, Venceslau Braz e São José da Boa Vista. Desse modo, foram se formando as fazendas pioneiras do Norte Velho, seguindo o estilo paulista⁴ (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969).

O quadro a seguir registra o levantamento do número de propriedades e a área média de plantação do café no Norte Velho de Venceslau Braz, nos anos de 1920, 1935 e 1942.

⁴ Conforme Luz (1997), o estilo paulista caracterizava-se pela formação de grandes fazendas monocultoras.

Municípios	1920 (1)		1935 (2)		1942 (3)	
	n.º de propriedades	área média	n.º de propriedades	área média	n.º de propriedades	área média
Carlópolis	5	45,2	110	11,7	105	12,9
Joaquim Távora	—	—	100	20,0	215	12,7
São José da Boa Vista	114	14,6	423	15,2	—	—
Siqueira Campos	—	—	216	5,9	446	5,9
Tomazina	85	81,4	252	15,9	291	11,2
Venceslau Braz	—	—	—	—	118	5,2
TOTAL	204	43,2	1.101	9,7	1.175	9,4

FONTES:
(1) *Censo Agrícola do Paraná – 1920*
(2) *Levantamento do Departamento Nacional do Café. 1935*
(3) *Levantamento do Departamento Nacional do Café. 1942*

Figura 5: Número de propriedades e área média (em ha) com cafeeiros no Norte Velho de Venceslau Braz

Fonte: Cancian (1981, p. 70)

Ao se confrontar esses dados, percebe-se que, em 1920, a área média das propriedades da maioria desses municípios era maior em relação aos dos anos de 1935 e 1942, caracterizando, assim, o modelo paulista de produção. Os anos de 1935 e 1942 revelam o inverso do ocorrido na década de 1920, períodos estes nos quais há o desenvolvimento mais intenso do café nas pequenas e médias propriedades. Cancian (1981) nos relata que a crise de 1929 minimizou os lucros e dificultou a exportação do produto, gerando o desinteresse dos fazendeiros na expansão cafeeira. Por outro lado, nesse período, desenvolveram-se as pequenas propriedades marcadas pelo trabalho familiar, pois a cultura cafeeira interessava os pequenos produtores, por menores que fossem os lucros dela advindos.

Conforme Cancian (1981, p. 50-51), a produção do café em terras paranaenses processou-se em três fases:

1. A primeira no Norte Velho, desde a divisa com São Paulo até o Rio Tibagi, a partir do final do século XIX e início do século XX, culminando com a crise de 1929.
2. No Norte Novo, do Rio Tibagi, passando por Londrina, até as margens do Rio Ivaí, a partir de 1930, de forma lenta até o final da Segunda Guerra Mundial, acelerando posteriormente. Nessa fase, a cafeicultura no Norte Pioneiro sofreu alterações profundas.
3. Do Rio Ivaí ao Piquiri, no Norte Novíssimo e deste último até o Rio Iguaçu, no Extremo Oeste Paranaense, entre as décadas de 1940 a 1960, quando encerrou o expansionismo da cafeicultura paranaense.

No início da década de 1940, o eixo produtor de café desloca-se com maior intensidade do Norte Pioneiro para a região de Londrina, o chamado Norte Novo. O escoamento da produção realizava-se pela Estrada de Ferro São Paulo-Paraná e Sorocabana. Com a construção da Estrada do Cerne, no governo de Manoel Ribas (1935-1937), que fazia a ligação Paranaguá-Piraí do Sul-Jataizinho, ampliou-se a capacidade de escoar a produção do norte para o sul e para o porto de Paranaguá. Contudo, nos anos posteriores, alguns fatores contribuíram para a decadência da cafeicultura paranaense, dentre eles, as geadas de 1963, 1964 e 1966, a política de erradicação de cafeeiros – a fim de diminuir a produção nacional – e a produção da soja. Segundo Wachowicz (1995), nesse momento, houve uma maior ênfase destinada à produção da soja, do trigo e da pecuária.

Balhana, Machado e Westphalen (1969, p. 222-223) explicitam que a ação colonizadora da terra e os esforços para a produção cafeeira no Norte do Paraná permitiram que

A área plantada com café, que, em 1944, era cerca de 107 mil hectares, alcançasse, em 1949, a 242 mil hectares e a 350.000 hectares em 1952. Na década de 1950 a 1960, por incentivo direto da cafeicultura, triplicou o número de propriedades agrícolas no Paraná, que se elevou de 90 mil a 270 mil. Da mesma maneira, quase triplicou, nessa mesma época, a área cultivada de todo o solo paranaense que ascendeu de 1.350.000 ha., a 3.471.000 ha. A exploração capitalista do café realizara uma revolução agrária no Paraná.

Desse modo, a ocupação do norte novo e novíssimo se deve, em especial, ao empreendimento realizado pela CMNP, empresa de origem inglesa que adquiriu do Governo Paranaense aproximadamente 500.000 alqueires de terras roxas e nestas executou um plano de colonização. De acordo com Cancian (1981), as terras foram divididas em zonas e, logo após os trabalhos de medição, demarcação e abertura de estradas e de “picadas”, eram colocadas à venda.

A CMNP é resultado de uma missão inglesa formada por técnicos que vieram ao Brasil, no ano de 1924, a convite do Presidente Arthur Bernardes⁵, para estudar a situação financeira, econômica e comercial do país com vistas à consolidação da dívida brasileira com a Inglaterra, bem como reformular o nosso sistema tributário. Para tanto, “[...] pretendia o governo federal abolir os impostos diretos e instituir uma nova e eficiente

⁵ Governou o país no período de 1922 a 1926.

systemática de arrecadação” (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 42). A referida missão era chefiada por Lord Montagu, nome com o qual foi batizada, tendo como assessor para assuntos de agricultura e florestamento, Lord Lovat, diretor da *Sudan Cotton Plantations Syndicate*. Além de viajar como assessor da Missão Montagu, fora incumbido por essa companhia inglesa de estudar a possibilidade de aqui aplicar seus capitais para obter o algodão, que era importado em larga escala pela indústria têxtil inglesa (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975).

Essa missão delineou uma convergência de interesses que contribuiu decisivamente para a colonização do Norte do Paraná, pois de um lado, encontrava-se Lord Lovat, buscando informações sobre a nossa agricultura e sobre terras apropriadas para o plantio do algodão, e de outro lado, os fazendeiros do Norte Velho, liderados pelo Major Barbosa Ferraz e por Antônio Ribeiro dos Santos, que procuravam investidores estrangeiros para continuar as obras da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, paralisadas por dificuldades financeiras (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975).

Em sua viagem pelo Norte do Paraná, Lord Lovat ficou surpreendido com a fertilidade das terras roxas e dos resultados adquiridos nas lavouras de algodão. Após várias negociações, os acionistas da companhia inglesa decidiram investir no desenvolvimento agrícola dessa região. Fundaram em Londres, no ano de 1925, a *Brazil Plantations Syndicate* e, no Brasil, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que teve Arthur Thomas como gerente administrativo desse empreendimento e o advogado Antônio Moraes Barros como primeiro presidente. Lazier (2003, p.142) nos declara que

Razões políticas e econômicas levaram a empresa a abandonar o plantio de algodão e se dedicar à colonização. Para isso, compraram terras entre os Rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí. Em 1925 adquiriam diretamente do governo do Estado 450.000 alqueires por apenas 8.712 contos de réis. Pagaram por alqueire o equivalente a 5kg de feijão ou o salário de um carpinteiro. Foi um negócio ilícito. Em 1927 já possuíam 515.000 alqueires coberto de matas.

É importante enfatizar que “[...] em 1944 a Companhia de Terras Norte do Paraná passou para o controle de acionistas brasileiros e em 1951 mudou o nome para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná” (LAZIER, 2003, p. 142).

Em relação ao processo de colonização, ressaltamos que esta se iniciou com o Patrimônio Três Bocas. Nessas terras, iniciaram a derrubada da mata e, em seguida, realizaram a construção do primeiro hotel e o escritório da CTNP. De acordo com Luz (1997, p. 36), “nesse local teve início a cidade de Londrina, logo ligada à Jataí – já alcançada pela estrada de ferro – por uma estrada de rodagem [...]”. O primeiro grupo de compradores de terras chegou a Londrina no ano de 1930, e a primeira venda foi realizada ao Sr. Mitsuji Chara, que compunha o referido grupo. Londrina, com poucos anos de existência, já era o município mais populoso da região e “[...] tornara-se sede, em 1934, de um vasto município que tinha 22.683 Km² de superfície e atingia as margens esquerdas dos rios Paranapanema e Paraná, a norte e a oeste” (LUZ, 1997, p. 23).



Figura 6: Família de pioneiros vivendo em seu lote, em 1932
Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975, p. 67)

A companhia instituiu a colonização-dirigida, caracterizada por conter um planejamento que “[...] atende a vinda de colonos e onde as terras são divididas, e organizados eficientes meios de comunicação e transporte, pois seu objetivo é a venda das terras e o povoamento” (STECA; FLORES, 2002, p. 138).

Assim, a empresa colonizadora tinha como interesse “[...] os lucros que adviriam da venda das terras, muitas vezes habitadas por colonos e indígenas. Diante da situação, tal negociata esteve repleta de conflitos pelo direito da posse e uso da terra” (FARIA, 2010, p. 51). Sobre esse aspecto, Tomazi (1999, p. 53) relata sobre o Norte do Paraná que ele “[...] já era conhecido e esquadrinhado por engenheiros, agrimensores, viajantes, e que ademais

viviam índios e caboclos que conheciam e habitavam esse espaço”. No entanto, ressalta em seus estudos que muitos pesquisadores omitem ou desqualificam a presença do índio na região, propagando a ideia de um lugar praticamente desconhecido e desabitado, um vazio demográfico.

No que tange à venda das terras, a supracitada empresa estipulou condições de pagamento, conforme o tipo de aquisição pretendida. Em relação aos lotes agrícolas, o pagamento processar-se-ia com 30% de entrada e 4 anos de prazo para a sua liquidação; para as chácaras, 40% de entrada e 2 anos para o pagamento; para as datas, 50% de entrada e o restante no prazo de um ano. As prestações anuais teriam um acréscimo de 8% de juros. Aos imigrantes era concedido um desconto de 20 a 30% devido aos gastos com a viagem, já aos funcionários da empresa era proporcionado um desconto especial de 20% (LUZ, 1997).

A ocupação da região caracterizou-se pelo estabelecimento de uma estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades, favorecendo

[...] a existência de uma população rural bastante numerosa; de outro, as atividades de beneficiamento dos produtos agrícolas, como também as complementares ligadas ao comércio e à prestação de serviços, se concentraram nas cidades, estabelecidas ao longo da estrada de ferro e da rodovia construída sobre o principal espigão que corta a região (LUZ, 1997, p. 23).

Nesse contexto, concentraram-se as propagandas disseminadas por essa empresa para a venda das terras. Por meio da distribuição de folhetos e de anúncios em jornais, no Estado do Paraná e, especialmente, no Estado de São Paulo, divulgavam a fertilidade dos solos, as vantagens para o pequeno agricultor, bem como a garantia de posse do lote a ser adquirido. Tal ato atraiu, sobretudo, mineiros e paulistas para a região. Acerca disso, Lima (2011) complementa que o governo brasileiro também executou propagandas no exterior, a qual contribuiu para a vinda de imigrantes esperançosos em fazer fortuna no Brasil, pois nesse período, a Europa vivia um período de guerras e de crises econômicas.

Segundo Balhana, Machado e Westphalen (1969, p. 222), esse sistema de colonização “[...] estimulou fortemente a concentração da produção, a explosão demográfica, e o aparecimento no Paraná, de classes médias rurais”. O crescente número populacional expressa a revolução na estrutura demográfica paranaense, pois “[...] em

1920, contava apenas 685 mil habitantes, ascende, em 1940, a 1.236.000, a 2.115.000 em 1950, e a 4.200.000 em 1960” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 223).

O plano de colonização da CTNP adotava diretrizes bem definidas. A sua ação concentrou-se em três atividades principais:

1) Colonização, incluindo o planejamento, o loteamento e a venda de terras; 2) Construção de estradas, essenciais ao escoamento da produção e à ligação dos vários núcleos de povoados entre si e com os principais centros do país; 3) Implantação de núcleos urbanos (cidades e patrimônios), destinados a concentrar as atividades econômico-sociais e servir de pólos irradiadores de toda a obra colonizadora. Além dessas atividades, a Companhia desenvolveu outras, como a produção de energia elétrica e a montagem de fábricas de cimento e de Açúcar, contribuindo para o progresso da região (LUZ, 1997, p. 37).

O plano desenvolveu-se com grande êxito. Porém, a Segunda Guerra Mundial trouxe dificuldades para a Inglaterra, que se viu obrigada a se dispor da CTNP. Dessa forma, investidores brasileiros, dentre os quais se incluíam Gastão Vidigal (Presidente do Banco Mercantil de São Paulo), Gastão de Mesquita Filho, Arthur Bernardes Filho e os irmãos Soares Sampaio, formaram uma sociedade para adquirir a empresa e administrá-la. Eles continuaram desenvolvendo o processo de colonização sem alterar as diretrizes fixadas pelos seus antecessores.

As diretrizes da CTNP expressavam que “[...] as cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente”. Entre essas cidades, perfazendo a distância de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados “os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais [...]” (COMPANHIA MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 76). Além disso, salienta Luz (1997) que as cidades deveriam obedecer às mais avançadas normas de planejamento, de modo que as ruas e praças contemplassem ao máximo as características do relevo.

Os núcleos econômicos mais importantes foram implantados progressivamente, seguindo a demarcação fixada, como Londrina, Maringá⁶, Cianorte e Umuarama. Dentre os centros intermediários, alguns se tornaram cidades prósperas, como Apucarana, Jandaia do Sul e Nova Esperança, que praticamente desenvolveram-se por si mesmas, pois “[...] a

⁶ Fundada no ano de 1947 e destinada a ser a capital da porção mais ocidental das terras da companhia, enquanto outras já se desenvolviam, como Apucarana, Jandaia do Sul e Mandaguari (LUZ, 1997).

Companhia se limitou a planejá-las e a construir um escritório, uma estação de ‘jardineiras’ e uma escola” (LUZ, 1997, p. 47).

A região do Norte Paranaense foi beneficiada pela ação ordenada da CMNP e apresentou um progresso rápido, devido às condições de segurança do direito de propriedade dos lavradores, ainda que pequenos proprietários. Segundo Balhana, Machado e Westphalen (1969), o lavrador, ao adquirir o seu lote, tornava-se dono de sua pequena área, sendo ele amparado pelo poderio econômico-financeiro e político da companhia.

Nesses termos, a atuação dessa empresa colonizadora até o ano de 1960 totalizava “48 municípios [...], além de numerosos povoados. Dos 111 núcleos urbanos existentes, 63 foram fundados pela própria empresa e 48 por particulares. Havia 48 cidades (16 das quais eram sedes de comarca), 27 vilas (sedes de distrito) e 36 patrimônios” (LUZ, 1997, p. 48). Contudo, conforme a referida autora, diante da dificuldade para a compra de novas áreas de terras devolutas⁷, os dirigentes da empresa decidiram aplicar seus capitais, especialmente, em empreendimentos industriais no próprio estado.

A CMNP desenvolveu um trabalho expressivo nas regiões do Norte Novo e Novíssimo, contribuindo, sobremaneira, para o desenvolvimento dessa região. A cidade de Maringá, planejada em moldes urbanísticos modernos, é um exemplo da atuação dessa empresa colonizadora. É sobre esse município que versaremos a seguir.

2.3 A FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

A cidade de Maringá foi planejada para ser um centro regional. Configuraram-se como premissas as suas terras férteis, a sua privilegiada topografia e a perspectiva por parte da CMNP de seguir o seu plano de avanço para o oeste. A definição do seu local esteve atrelada ao traçado da estrada de ferro, vinda de São Paulo, a qual ligaria a região até Guaíra. Durante o processo de demarcação da região central da cidade, foi constituído, em um lugar mais acidentado, o núcleo onde se instalaram os primeiros habitantes, o qual se tornou mais tarde um bairro da urbe⁸ denominado Maringá Velho.

⁷ Conforme Faria (2010), com a Lei de Terras de 1850, os que não possuísem o título de posse de suas terras teriam que devolvê-las ao poder público.

⁸ Sinônimo de cidade.

Sanches (2002) nos revela que a companhia não possuía a intenção de que o Maringá Velho fosse um núcleo definitivo. Assim, esclarecia aos futuros compradores que a cidade seria localizada em um terreno mais plano e envolta por um projeto urbanístico arrojado, de forma a permitir a sua expansão e cuja parte central coincidiria com a localização da estação da estrada de ferro. Portanto, a empresa colonizadora não permitiu que o referido núcleo crescesse muito, delimitando apenas seis quadras em meio à mata fechada para a instalação de comércios e residências, como podemos observar por meio de sua foto aérea.

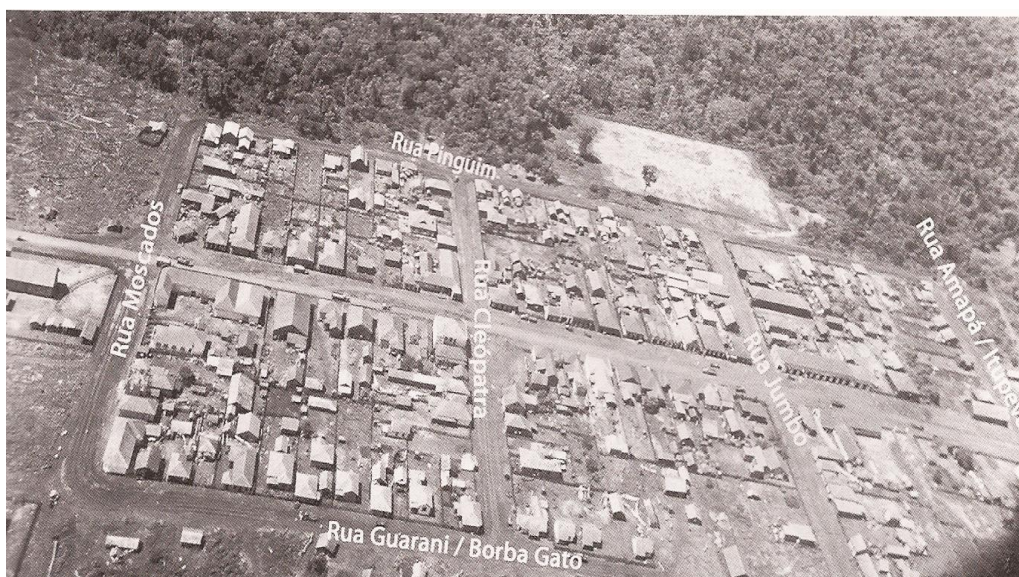


Figura 7: Área do Maringá Velho delimitado por suas seis quadras
Fonte: Revista Maringá (2011, p. 11)

Desse modo, o povoado ficou sem se expandir por cinco anos até a fundação oficial da cidade. Sobre o início dessa localidade, Sanches (2002, p. 6) nos revela que

[...] as casas eram construídas de palmitos, a luz era de lampiões e a água era de poços profundos. A poeira vermelha nos dias de seca e a lama nos dias de chuvas, ficavam como um símbolo de fertilidade e das dificuldades enfrentadas pelos pioneiros, com a influência de recursos materiais e a ausência de saneamento básico. Entretanto eles superaram essas deficiências com várias alternativas, utilizando sua capacidade de improvisação e criatividade.

No entanto, quando o Maringá Velho começou a ser povoado, muitas famílias já viviam na zona rural circunvizinha. Esses pioneiros derrubaram a mata, construíram os seus ranchos e formaram as primeiras lavouras de café e cereais (LUZ, 1997).

Os primeiros anos eram muito difíceis para as famílias que ali se fixavam, principalmente para aquelas de menores recursos. Viviam do que conseguiam tirar da terra (arroz, milho, feijão e legumes), comprando os demais produtos que necessitam no povoado mais próximo, que no caso era Mandaguari ou Marialva. [...] Alguns sitiantes tinham criações de bovinos, suínos e galinhas que os ajudavam a se manter. Muitos plantavam também mandioca e até cana-de-açúcar, com a qual fabricavam o melado (LUZ, 1997, p. 65).

Nesse panorama, importante foi o papel desempenhado pelas mulheres, as quais, parafraseando Sanches (2002), adubaram com suor e lágrimas o novo chão. Enfrentaram corajosamente as dificuldades ali presentes, desde o corte da lenha até os animais peçonhentos, preparando o local onde criariam os seus filhos.

As vendas dos lotes procederam-se, especialmente, durante a década de 1940 – mediante o escritório da CMNP em Londrina – com a predominância de brasileiros entre os seus adquirentes. No que diz respeito aos estrangeiros, podemos elencar os espanhóis, italianos, portugueses, japoneses, alemães e russos, que chegaram em busca de prosperidade. Por meio da análise do livro de registro de vendas dos lotes rurais da CMNP, Luz (1997, p. 52) explicita que “foram constatados ao todo 31 nacionalidades [...]” a compor esse grupo. Por meio da figura 8, podemos visualizar o Maringá Velho na década de 1940.



Figura 8: Maringá Velho na década de 1940
Fonte: Acervo Maringá Histórica

Dentre os migrantes brasileiros que se deslocaram para o pequeno povoado, a maioria era composta por colonos paulistas, mineiros e nordestinos. Estes últimos foram os que “[...] mais contribuíram na derrubada da mata. A cidade deve muito àqueles anônimos peões que começaram a escrever nossa história com suas foices, machados e enxadas” (REIS, 2004, p. 38).

No ano de 1940, foi construída a primeira Igreja Católica, denominada São Bonifácio, na fazenda de propriedade do Padre Emílio Clemente Sherer, existente até hoje e tombada como Patrimônio Histórico de Maringá. Em relação à referida igreja, Sanches (2002, p.40) explicita que ela “[...] foi edificada com madeira da própria fazenda. Lá foram realizados as primeiras missas, casamentos, e batizados da cidade”.

A primeira casa construída pela companhia foi o Hotel Maringá, localizado no Maringá Velho, inaugurado no dia 10 de novembro de 1942, tendo como arrendatário o Sr. José Inácio da Silva, com o intuito de atender as pessoas que estavam de passagem pelo local e os recém-chegados que não tinham onde se alojar (LUZ, 1997). Nesse momento, o núcleo do Maringá Velho possuía apenas uma rua principal e algumas transversais. A seguir, podemos visualizar o referido hotel.



Figura 9: Primeiro hotel construído pela companhia em 1942
Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975, p. 153)

Em relação ao mencionado povoado que se iniciava em meio à mata virgem, Luz (1997, p. 62) aclara que este era “[...] uma nova ‘boca do sertão’ que se abria [...]”⁹. Contudo, iniciava-se, nesse período, a instalação dos primeiros estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.

As primeiras famílias a se radicarem na região de Maringá sofreram com a carência de transportes, pois nos dias de chuva, as estradas ficavam intransitáveis e a comunicação com as outras localidades se tornava mais difícil. Em relação a esse problema, Luz (1997, p. 103) nos relata que

Os carros ficavam “encalhados” durante dias. Alguns produtos de que necessitavam eram comprados diretamente em Apucarana, nos primeiros anos, e depois em Mandaguari. Iam às vezes a pé ou de bicicleta a Marialva. Quando podiam, adquiriam uma carroça, o que facilitava o contato daqueles que habitavam na zona rural com os povoados próximos. Veículos automotores eram, a princípio, raros. A partir de 1945 e 1946 os habitantes das redondezas já podiam contar com armazéns de secos e molhados no “Maringá Velho”.



Figura 10: Vias de entrada de Maringá, após uma chuva torrencial, em 1947
Fonte: Acervo Maringá Histórica

Em entrevista ao Jornal O Diário de Maringá, o Sr. Kenji Ueta, primeiro fotógrafo da cidade, complementa: “[...] Em dias de chuva a cidade virava um lamaçal. As pessoas

⁹ Conforme Luz (1997, p. 89), “ ‘boca do sertão’ é a cidade que está na orla das zonas onde começa a penetrar o povoamento”.

podem não acreditar, mas lembro que, nestes dias, a área da estação rodoviária virava uma espécie de brejo, onde apareciam muitos sapos” (O DIARIO.COM, 2007).

A falta de assistência médica foi outro problema enfrentado pelos primeiros habitantes do patrimônio. Nesse sentido, necessitavam se deslocar para as cidades vizinhas, como Mandaguari, em busca de atendimento. Conforme Cabral (1977), no ano de 1945, instalou-se no Maringá Velho o primeiro médico a atender em Maringá, Dr. Lafayette Tourinho, o qual clinicava com paciência e, muitas vezes, ajudava os pacientes, parcelando os seus pagamentos. Contudo, nos casos de internamento, os pacientes precisavam se dirigir a Mandaguari. Com a união e ajuda da comunidade, foi construído o Hospital Maringá, o qual continua realizando serviços médicos no município.

O primeiro templo religioso, localizado na zona urbana da cidade, foi a capela Santa Cruz, edificada no ano de 1946. Ela contou com o apoio da comunidade local, que realizava quermesses e doações com a finalidade de ajudar na conclusão da obra. Desse modo, “[...] o pequeno templo vinha preencher as aspirações religiosas dos seus moradores que, até então, eram obrigados a se deslocarem até a Igreja São Bonifácio, distante vários quilômetros, para assistir missas, realizar batizados e casamentos” (SANCHES, 2002, p. 41). Nesse local, existe atualmente o colégio de mesmo nome pertencente à congregação das Irmãs Carmelitas, cuja capela foi tombada como Patrimônio Histórico do Município.

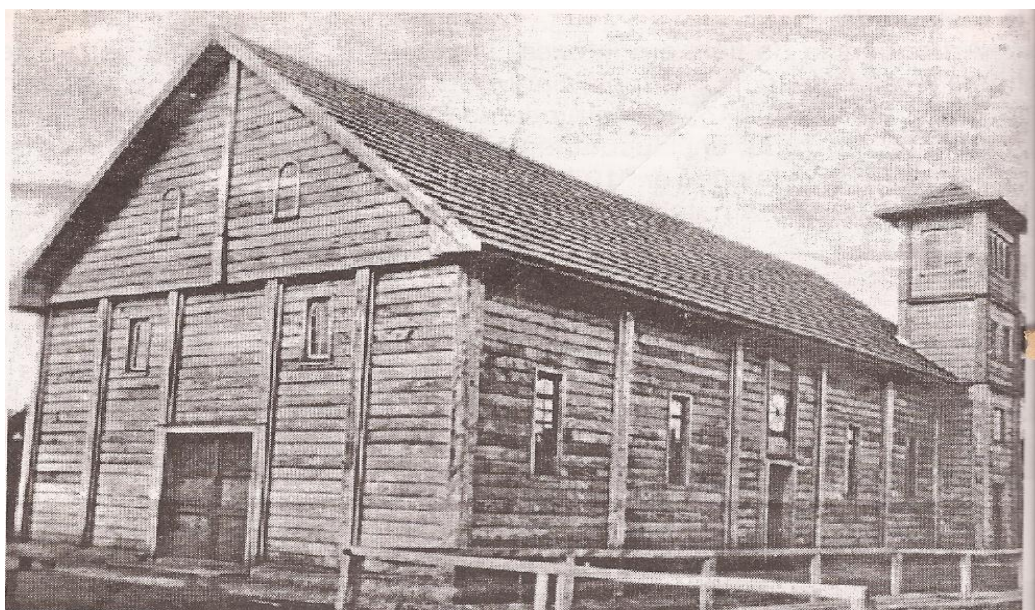


Figura 11: Capela Santa Cruz - 1946
Fonte: Sanches (2002, p. 42)

À medida que o patrimônio crescia, o fluxo de pessoas na capela aumentou consideravelmente, tornando-a pequena para abrigar tanta gente. Diante disso, a CMNP doou um terreno para a construção de uma nova igreja localizada no Maringá Novo, próximo de onde mais tarde se edificou a imensa Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Glória (ANDRADE, 1979).

A partir de 1946, os evangélicos marcaram presença na cidade e seus cultos eram realizados nos próprios domicílios em razão da falta de templos para a prática religiosa. As igrejas Presbiteriana Independente, Assembleia de Deus e Metodista foram as pioneiras no município (SANCHES, 2002).

A educação escolar também foi motivo de preocupação das famílias que ocuparam o núcleo do Maringá Velho, pois “[...] um dos aspectos importantes da vida urbana é o desenvolvimento cultural, a começar pela escolaridade da população [...]” (LUZ, 1997, p. 173). Nesse sentido, alguns líderes locais, como Ângelo Planas, Otávio Perieto e Napoleão Moreira da Silva, empenharam-se para que as crianças frequentassem instituições de ensino. Eles foram os responsáveis pela vinda da professora Dirce de Aguiar Maia, que atuava na cidade de Cambé, para assumir a primeira escola do patrimônio, a Casa Escolar de Maringá, posteriormente denominada Escola Isolada do Maringá Velho.



Figura 12: Escola Isolada do Maringá Velho
Fonte: Acervo Maringá Histórica

Portanto, em março de 1946, teve início o ensino em terras maringaenses, onde a professora Dirce de Aguiar, primeira diretora de uma instituição de ensino de Maringá,

juntamente com outras mestras, ministraram aulas a quarenta e oito crianças em uma sala com 18 carteiras e uma pequena mesa. Com o progresso da cidade, ainda distrito de Mandaguari, o ensino cresceu e, no ano de 1948, foi inaugurado pelo prefeito Décio Medeiros Pulin, o primeiro Grupo Escolar denominado Visconde de Nacar (REVISTA MARINGÁ ILUSTRADA, 1957).

No ano de 1947, a CMNP abriu seu escritório em Maringá e iniciou a venda de datas no Maringá Novo, oferecendo aos novos compradores o mesmo pagamento dos negócios realizados em Londrina. Eles dispunham de quatro anos para liquidar a dívida; além disso, se “[...] por qualquer circunstância, o sitiante não conseguia saldar o seu compromisso no prazo estipulado, a propriedade não lhe era tomada” (LUZ, 1997, p. 65).

Nesse momento, as avenidas do Maringá Novo apresentavam enormes perobas semiqueimadas, ruas sem iluminação, sem arborização e cheias de buracos, remetendo a um local abandonado. Esse cenário fez com que a cidade fosse denominada “Cidade Fantasma”, pois muitas casas encontravam-se fechadas. O comprador, ao adquirir datas no perímetro urbano, deveria obedecer a uma cláusula do contrato definida pela companhia, que exigia a construção, em um prazo determinado, no lote então adquirido, para não estacionar o desenvolvimento da cidade, que crescia de maneira vertiginosa. Assim, as casas foram surgindo, porém fechadas por falta de moradores para alugá-las (CABRAL, 1977).

Nesse cenário, em 10 de maio de 1947¹⁰, foi lançada a pedra fundamental da cidade de Maringá¹¹, como distrito de Mandaguari. Cabe ressaltar que, a partir desse mesmo ano, a plantação do café permitiu o progresso acentuado da cidade. Essa cultura, ao encontrar solo adequado, desenvolveu-se de forma avassaladora. Por meio das palavras de Andrade (1979, p. 66), podemos compreender o papel da economia cafeeira no desenvolvimento de Maringá:

Sua ação não se deteve apenas em incrementar o desenvolvimento econômico, mas sim, em propiciar um crescimento harmônico e grandioso. Os grandes benefícios provenientes da economia cafeeira é que possibilitaram criar em nosso meio uma estrutura social muito grande, fazendo com que a força de trabalho crescesse à medida que se estendia pelas lavouras o *soldado café*. Desse vigor econômico e social, o

¹⁰ Comemora-se essa data como sendo a da fundação da cidade.

¹¹ Seu nome foi inspirado na música “Maringá, Maringá” feita por Joubert de Carvalho, no ano de 1931, para retratar a seca do nordeste, notícia do momento nos jornais. Foi cantada em todos os pontos do país e, também, pelos caboclos que derrubavam as matas do Maringá Velho. Desse modo, a canção deu origem ao nome da cidade (SANCHES, 2002).

homem encontrou força suficiente e poder dar condições melhores a seus familiares (grifo do autor).

É interessante revelar que a primeira grande picada aberta em Maringá, atual avenida Brasil, teve o apelido de “fim da picada”, pois esta se iniciava no Maringá Novo e terminava no Maringá Velho. Ficou assim conhecida, pois “a picada aberta só ia até ali [...]” (REIS, 2004, p. 38). Na figura a seguir, podemos verificar a Avenida Brasil, artéria principal da cidade, ligando o Maringá Novo ao Maringá Velho.



Figura 13: Maringá Velho e Maringá Novo ao fundo, em 1948
Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975, p. 156)

Nesse local, os donos dos lotes tinham que construir, em curto prazo, os estabelecimentos comerciais, atendendo as exigências impostas pela companhia, as quais especificavam que a frente deveria ser de alvenaria e os fundos poderiam ser de madeira. Tais imposições deram impulso às construções e permitiram o desenvolvimento do povoado (REIS, 2004).

Devido ao seu rápido crescimento, a cidade de Maringá, ainda distrito de Mandaguari, já apresentava, no ano de 1948, uma posição de destaque sobre esse município, pois

Nesse ano, Maringá já contava com alguns hotéis, pensões, sete farmácias, cinco postos de gasolina, duas casas de saúde, dois grupos

escolares e dois cinemas. A média diária de construções era de 1,5. Comparando-se as sedes dos distritos do Município de Mandaguari, verifica-se que Maringá, em 1948, já possuía mais profissionais liberais do que a própria sede do município: ali atuavam 6 médicos, 4 dentistas e 6 farmacêuticos (LUZ, 1997, p. 195).

Segundo a mencionada autora, nesse momento, houve a instalação do Banco Comercial do Paraná S.A., o primeiro da cidade, proporcionando aos lavradores e comerciantes a realização de seus depósitos e empréstimos.

Foi nos anos de 1947 a 1949 que se observou o maior número de famílias chegando a essa localidade. Elas queriam morar na promissora cidade, sobretudo, no loteamento do Maringá Novo. Assim,

A fama da cidade corria mundos e também chegava gente de toda parte, uns para comprar terras, outras para derrubar a mata, atividade muito bem remunerada na época, tanto é logo que os peões acabavam adquirindo um pedaço de terra e se tornando donos. A Companhia, pela ausência de inflação no período, vendia essas terras com apenas 10% de entrada (na assinatura do contrato), 20% em 60 dias e o saldo em três anos subsequentes, com juros nunca superior a 8% ao ano. A Companhia construía a incipiente infra-estrutura para a posse da terra, como estradas, por exemplo (REIS, 2007, p. 39).

Em 1949, para atender as crianças que moravam na parte nova da cidade e que precisavam ser escolarizadas, a CMNP construiu o Grupo Escolar do Maringá Novo, mais tarde denominado Grupo Escolar “Dr. Osvaldo Cruz”. Posteriormente, foram criados outros grupos escolares na zona central e nos bairros. Na década de 1950, foram instituídos vários estabelecimentos de ensino médio, como o Ginásio Maringá, o Ginásio Estadual e o Ginásio Santa Cruz. A partir de 1956, foram fundadas a Escola Normal “Amaral Fontoura” e a Escola Normal Regional “Eduardo Claparède” (LUZ, 1997).

No ano de 1950, foi constatado pelo Censo Demográfico um total de 7270 habitantes na sede do Distrito de Maringá, ao passo que o município de Mandaguari apresentava uma população de 6387 habitantes (LUZ, 1997). O seu potencial econômico foi revelador, como pode ser observado no quadro a seguir:

ANO	MUNICIPAL	ESTADUAL
1948	Cr\$ 900.000,00*	Cr\$ 2.512.678,50
1949	Cr\$ 1.500.000,00	Cr\$ 4.200.316,40
1950	Cr\$ 2.516.485,70**	Cr\$ 9.667.118,00
1951		Cr\$ 20.576.713,80

Arrecadação prevista.
* Arrecadação de janeiro a abril.

Figura 14: Arrecadação do Distrito de Maringá (1948-1951)

Fonte: Luz (1997, p. 107)

Em 14 de novembro de 1951, possuindo os requisitos necessários, foi elevada à categoria de município pela Lei nº 790, pelo projeto do Deputado Rivadávia Vargas¹², tendo como distritos Iguatemi, Floriano e Ivatuba. Em 9 de março de 1954, tornou-se Comarca de Maringá (REIS, 2004). A partir de 1960, somente Floriano e Iguatemi continuaram como distritos desse município.

Cabral (1977) nos revela que a cidade, enquanto era patrimônio de Mandaguari, já possuía dois partidos políticos: a União Democrática Nacional (UDN), tendo como seu presidente Angelo Planas, e o Partido Social Democrático (PDS), presidido por Mário Jardim. Quando se tornou município, foram criados o Partido Republicano (PR), o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Na primeira eleição para prefeito, a UDN, apoiada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, lançou como candidato Waldemar Gomes da Cunha; pelo PTB concorria ao cargo Inocente Villanova Júnior; pelo PR, Ângelo Planas; e pelo PSP, Dr. Raul Moleta. O PTB venceu a eleição e Inocente Villanova Júnior¹³ (1903-1986) tornou-se o primeiro prefeito de Maringá, atuando na gestão de 1952 a 1956 (SANCHES, 2002).

Durante o seu mandato, foi instituído, no ano de 1953, o Ginásio Municipal de Maringá, o qual passou a pertencer à rede estadual de ensino no ano de 1954, e então nomeado Ginásio Estadual de Maringá. Foi o primeiro a oferecer o 1º ciclo de ensino, denominado curso ginásial (SEED/PR). A referida instituição foi criada para atender ao crescente número de alunos dessa fase escolar. Contudo, a partir do ano de 1958, passou a

¹² "Fundador e redator de pequeno jornal na cidade de Castro-Pr, membro do diretório da UDN, venceu as eleições de 1947 e reelegeu-se na eleição seguinte" (SANCHES, 2002, p. 21).

¹³ Comerciante natural da cidade de Curitiba (REIS, 2004).

ser denominada Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal e, no ano de 1967, foi transferida para o bairro Zona 7. Nesse período, passou a funcionar em suas antigas instalações o Instituto Estadual de Educação de Maringá.

A construção da ferrovia que fazia o trecho Apucarana-Maringá, inaugurada durante a gestão do referido prefeito, foi outro elemento de grande importância para o progresso e crescimento do município. Tal empreendimento facilitou o deslocamento da população e das mercadorias. Sobre essa questão, Andrade (1979, p. 125) nos relata que

Inicialmente, os trilhos ferroviários ligavam as cidades de Cambará, Londrina, Apucarana e Mandaguari. E no dia 31 de janeiro de 1954 a locomotiva de número 608, conduzida pelo maquinista José Mariano e foguista José Glade, irrompia majestosamente os solos maringaenses, para o delírio da população que aguardava tal acontecimento com euforia e fazendo com que a nossa comunidade, a partir de então, ingressasse definitivamente no rol das cidades mais desenvolvidas do Brasil. Pôde com isso Maringá acelerar o incremento de nossa economia de exportação e seus efeitos sobre outras localidades foi espantoso, principalmente por se constituir em terminal de linha férrea.

Podemos visualizar, na figura a seguir, a população saudando a chegada do primeiro trem a Maringá.

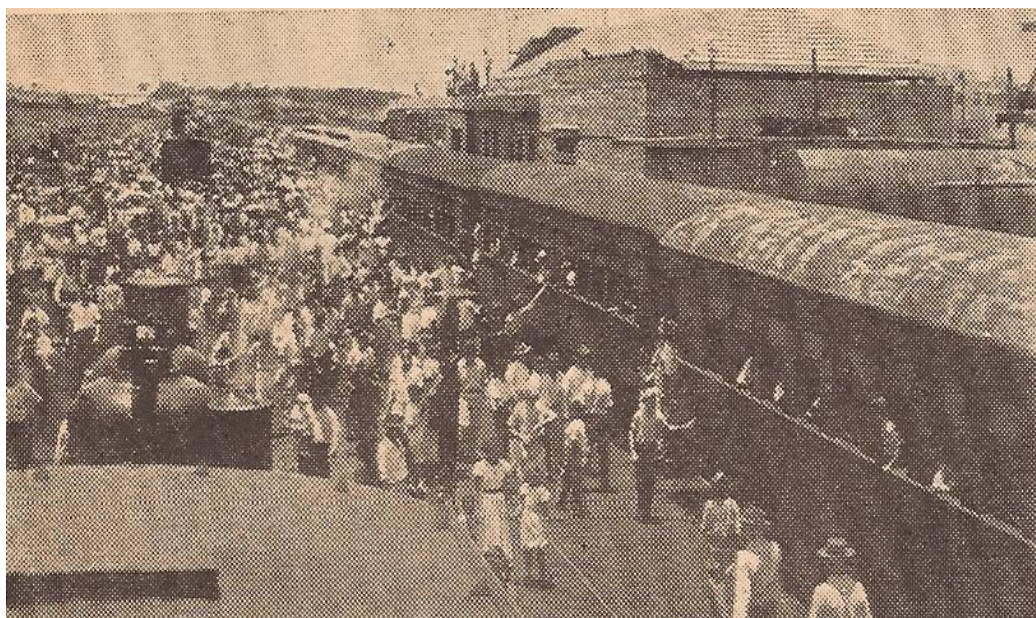


Figura 15: Primeiro trem de passageiros a passar por Maringá, em 1954
Fonte: Revista Maringá Ilustrada (1957, p. 170)

Dentre os vários prefeitos que administraram a cidade de Maringá, João Paulino Vieira Filho¹⁴ (1921-2001), eleito o terceiro prefeito de Maringá para a gestão de 1961 a 1964, foi o nome de maior destaque, pois conseguiu recuperar o município do caos econômico em que se encontrava, em virtude da má administração pública do prefeito anterior, Américo Dias Ferraz¹⁵ (1921-1983). Para tentar solucionar tal problema,

[...] Arregaçou as mangas e trabalhou dia e noite, primeiro para ganhar a confiança da população, depois para recuperar o crédito da Prefeitura (que tinha um monte de duplicatas vencidas em cartório) e, finalmente, para realizar obras e colocar o Poder Executivo à altura dos anseios e necessidades do povo. Reformulou quase tudo, a partir do alinhamento e asfaltamento das vias públicas, do estudo e reestudo do angustioso problema do abastecimento de água; e deu início a outra série de realizações tão urgentes quão imprescindíveis (REVISTA MARINGÁ ILUSTRADA, 1972, p. 26).

Assim, durante o seu mandato, a cidade desfrutou do maior progresso de sua história, rendendo-lhe à época o título de melhor prefeito do Paraná. Foi o responsável por asfaltar as principais ruas da cidade, urbanizar o centro e as vilas, implantar escolas, iniciar a construção do Viaduto do Café, do Estádio Regional Willie Davids, conseguir a construção do Aeroporto, concluir a Rodoviária Municipal, criar o serviço de lixo, a feira livre, a Companhia de Desenvolvimento de Maringá (CODEMAR), destinada ao abastecimento de água tratada à população, e várias outras obras (SANCHES, 2002). Dentre as suas muitas realizações, as quais permitiram recuperar o ritmo do progresso da cidade, destaca-se a obtenção do prédio do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, objeto deste estudo.

Maringá foi projetada, seguindo o modelo de cidade-jardim¹⁶, concepção mais avançada existente na época. Foi desenvolvida pelo engenheiro Dr. Jorge Vieira da Silva¹⁷, que finalizou a planta da cidade após dois anos de trabalho. Tal projeto tinha em vista o crescimento rápido da urbe.

Sobre esse aspecto, Luz (1997, p. 73) nos relata que

¹⁴ Advogado e também eleito prefeito para gestão de 1977 a 1982 (SANCHES, 2002).

¹⁵ Segundo prefeito eleito para a gestão de 1957 a 1960 (REIS, 2007).

¹⁶ Conforme Passini et al. (2006), em uma cidade-jardim, as ruas ajustam-se ao desenho do relevo, as avenidas apresentam-se largas e com canteiros centrais arborizados, há praças, jardins e parques, bem como calçadas largas com a presença de uma árvore por lote.

¹⁷ “Engenheiro que se dedicou à urbanização de glebas e terrenos. Em São Paulo, projetou e construiu vários bairros e, no Rio de Janeiro, também foi responsável pela planta cadastral da cidade” (SANCHES, 2002, p. 15).

A área urbana da cidade abrangia, no plano inicial, 600 alqueires, com cerca de 5 km de comprimento e 3 de largura. Desta área, 44 alqueires foram reservados para dois bosques de florestas naturais, com 22 alqueires cada um, localizado em pleno perímetro urbano, cortado pelos córregos Moscados e Cleópatra, respectivamente. A planta da cidade previu a conveniente localização dos bairros, determinando-lhes previamente a função: residencial, residencial popular, industrial, operário, de armazéns (com desvios ferroviários), etc. O centro cívico e administrativo teve a sua localização prevista na parte central da cidade, próximos às estações rodo e ferroviária. Ali se ergueram, com o tempo, os edifícios públicos municipais, estaduais e federais.



Figura 16: Mapa original da cidade de Maringá, finalizado em 1945
Fonte: Acervo Maringá Histórica

Podemos observar, por meio da planta da cidade, as ruas seguindo um traçado bem definido, bosques de florestas naturais em pleno perímetro urbano, estádio de futebol, dentre outros, contemplando o que havia de mais moderno para o planejamento de Maringá.

A cidade, dividida em zonas, à medida que a economia se desenvolvia, foi sendo ocupada. A zona central e as residências de melhor localização (zonas 2 e 4) tiveram seus lotes mais valorizados, já as mais distantes do centro (zonas 3, 7 e 8) atraíam moradores de menor poder aquisitivo. Portanto, a distribuição da população por meio dessas zonas refletiu a sua estratificação social. A princípio, a sua ocupação se fez de maneira irregular e dispersa, porém, devido ao desenvolvimento econômico, o número de construções foi

crecendo em ritmo acelerado e a cidade foi apresentando um novo aspecto com ruas e avenidas bem traçadas, praças bem arborizadas e lotes sendo ocupados por casas comerciais e residenciais (LUZ, 1997). A figura a seguir, foto aérea da cidade, no final da década de 1960, comprova a velocidade com que Maringá crescia.



Figura 17: Maringá e os seus dois bosques na área central da cidade
Fonte: Revista Maringá (2011, p. 22)

Segundo Reis (2004), Maringá foi projetada para abrigar, em um prazo de 50 anos, 200.000 habitantes. Contudo, superou as expectativas ao comemorar o seu 57º aniversário com uma população aproximada de 320.000 moradores.

É importante ressaltar que, após o surto cafeeiro, o qual propiciou uma das economias mais robustas do país, a cidade prosseguiu por meio de uma diversificada produção agrícola, responsável pelo desenvolvimento dos distritos industriais (REIS, 2004). Dentre eles, destaca-se a Cooperativa Agroindustrial de Maringá (COCAMAR), presente no município desde o ano de 1963 e possuidora de várias unidades na região.

No que tange ao ensino superior, o ano de 1969 é marcado pela criação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) pelo Governo do Estado, sendo reconhecida, em maio de 1976, pelo Governo Federal. A mencionada universidade compõe o rol, atualmente, das melhores instituições de ensino do Brasil, atraindo estudantes de todas as partes do país. Conforme os dados atuais, a sua comunidade é formada por mais de 20 mil pessoas entre alunos, professores e funcionários e pode ser comparada a uma cidade de médio porte (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2012).

Diante do contexto histórico maringaense, podemos apreender que a educação recebeu um olhar diferenciado por parte da população e dos políticos que aqui se fixaram, em virtude do rápido crescimento da cidade, a qual necessitava de mais escolas para instruir as crianças das famílias que aqui se instalavam, e da preocupação em atender as demandas da sociedade que, segundo Schaffratt (2003), era formar a população para o “exercício da cidadania”, entre eles, para o voto e o emprego. Nesse sentido, abordaremos, na seção a seguir, a história do Ginásio Municipal de Maringá, instituição estadualizada no ano de 1954 e que, a partir de 1958, passou a ser denominada Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, a qual desempenhou importante papel na escolarização de muitos indivíduos que aqui se estabeleceram e contribuíram para o desenvolvimento da cidade.

3 DO GINÁSIO MUNICIPAL DE MARINGÁ AO COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL – ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

Nesta seção, apresentaremos alguns aspectos da história do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal. Abordaremos desde o processo de sua criação como Ginásio Municipal de Maringá, primeira instituição pública a oferecer o curso ginasial no município de Maringá, em 1953, passando por sua estadualização, em 1954, e pelas diversas denominações que recebeu ao longo de sua história, até 1975, quando foi acrescido ao nome Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, os termos Ensino de 1º e 2º graus, em respeito à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5692/71). Devido às alterações em sua denominação, conforme mencionamos, subdividimos esta apresentação em três momentos. O primeiro versará sobre os antecedentes escolares da referida instituição de ensino, de forma a compreendermos os fatores que gestaram a sua criação. O segundo compreenderá o período correspondente à implantação do Ginásio Municipal de Maringá e sua transformação em Ginásio Estadual de Maringá, entre os anos de 1953 e 1954. O terceiro refere-se à transição do Ginásio Estadual de Maringá para o Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal – Ensino de 1º e 2º Graus.

3.1 ANTECEDENTES ESCOLARES DO GINÁSIO MUNICIPAL DE MARINGÁ

A chegada de imigrantes, no início da colonização da cidade de Maringá, na década de 1940, esteve fortemente ligada à fertilidade de suas terras e às benesses que poderiam ser advindas do cultivo do café, produto este que estava em franca expansão no Estado do Paraná. De acordo com a Revista Maringá Ilustrada (1957, p. 11), a mencionada cidade foi considerada “[...] a mais vigorosa afirmação da exuberância sem par da terra vermelhoxa, da excelência da cultura cafeeira, de par com outras culturas [...]”. A chegada constante de colonos em busca de prosperidade ocasionou o aumento da população, bem como o número de crianças em idade escolar. Nesse momento, o problema em relação à falta de escola se fez presente, levando os colonizadores a reivindicá-la perante os líderes locais. Por causa de tal deficiência, Schaffrath (2011) nos esclarece que os pioneiros

passaram a contratar pessoas para ensinar os seus filhos na própria casa, os quais aprendiam as quatro operações e a escrita do próprio nome.

Assim, líderes locais como Ângelo Planas, Otávio Periotto e Napoleão Moreira da Silva se envolveram para solucionar a situação, pois “[...] na cidade não havia professores formados, a solução era buscar ajuda de fora” (GULLA, 2009, p. 76). Foram estes os responsáveis por fazer com que a professora Dirce de Aguiar Maia, da cidade de Cambé, assumisse a Casa Escolar de Maringá, primeira instituição de ensino da cidade. Sobre esse aspecto, a professora Dirce relata:

Em 1946, recebendo convites formulados por Angelo Planas, Otávio Periotto e Napoleão Moreira da Silva, iniciei meu trabalho como professora e fazendo as matrículas das primeiras crianças, criando então a Escola Isolada do patrimônio de Maringá, quando ainda era distrito de Apucarana, esta escola foi formada por iniciativa da população que coletava contribuições e a construiu. Era uma casa com apenas uma sala, feita de madeira, coberta com pequenas tábuas, contendo uma janela e porta. Ali estavam dezoito carteiras, um quadro negro, uma mesa e 30 alunos matriculados a muito custo. [...] No segundo semestre já contávamos com 100 alunos matriculados. [...] Em 1947, o pequeno estabelecimento foi elevado a Casa Escolar. Em 1949, Décio Medeiros construiu a nova escola, denominada de Grupo Escolar do Maringá Velho [...] (MARINGÁ, 1998, p.24).

Após a criação dessa escola, foi implantada na cidade, no ano de 1949, o Grupo Escolar do Maringá Novo, com a finalidade de atender as crianças que moravam na parte nova da cidade, sendo este, posteriormente, denominado Grupo Escolar Dr. Osvaldo Cruz (LUZ, 1997). Essa instituição iniciou seu trabalho com dezessete docentes sob a direção da professora Dirce de Aguiar Maia. No ano de 1952, o número de educadoras presentes nesse estabelecimento de ensino totalizava trinta e três (REVISTA MARINGÁ ILUSTRADA, 1957). Elas podem ser visualizadas na foto a seguir.



Figura 18: Professoras do Grupo Escolar Dr. Osvaldo Cruz, ano de 1952
 Fonte: Revista Maringá Ilustrada (1957, p.127)

Durante a gestão do primeiro prefeito, Sr. Inocente Villanova Júnior (1952-1956), várias escolas rurais foram criadas, devido ao crescente número de alunos nessa área do município cuja produção agrícola estava em franco desenvolvimento. Contudo, a falta de professores formados para atuar no ensino primário foi um dos grandes problemas enfrentados em sua administração. Em entrevista à equipe do Projeto Memória, realizada em 03 de dezembro de 1984, relatou:

[...] não tínhamos professora, eu pedia professoras em Curitiba para resolver os problemas aqui e nada. Eu montei, eu criei aqui... quanto mais ou menos? Umas 58 escolas em todo município, e dei madeira e consegui as professoras que eram alunas da 3ª e 4ª séries daqui pra lecionar os primeiros que eram tudo analfabetos, uma dificuldade tremenda! Mas isso já vem desde Curitiba do meu tempo (MARINGÁ, 2003, p. 34).

Sobre esse aspecto, Schaffrath (2011) complementa que era grande a dificuldade para contratar professores formados que quisessem ministrar aulas nas instituições públicas maringaenses. Assim, o corpo docente foi sendo formado por professoras que possuíam o curso ginásial, outras com o curso primário e por pessoas sem o devido preparo para o magistério.

Acerca disso, Gulla (2009) nos revela que as professoras recebiam orientações da professora Dirce, pois, nessa época, não havia um programa de ensino. A Delegacia de Ensino de Londrina transmitia as orientações pedagógicas e administrativas à referida

educadora que as repassava para as demais docentes. No final do ano, por meio de uma banca, eram aplicadas as provas finais aos alunos, as quais eram realizadas nas formas oral e escrita.

A situação salarial dos professores foi outro fator de preocupação. Conforme a ata da sessão do dia 04 de fevereiro de 1953, da Câmara Municipal de Maringá, foi possível observar a angústia do vereador Napoleão Moreira da Silva ao relatar as dificuldades de os professores formados residirem e lecionarem na cidade. Isso se devia ao fato de Maringá possuir um padrão de vida alto em relação aos municípios onde viviam, declarando, como exemplo similar, a capital do Estado, Curitiba. Jorge Ferreira Duque Estrada, outro membro do legislativo, seguiu em defesa sobre o aumento dos vencimentos dessa categoria ao expressar que

O funcionário precisa de paz de espírito. Nem só de pão vive o homem, diz o ditado. Para que o funcionário tenha paz e tranquilidade não pode existir problemas financeiros. E para que ele produza deve subsistir um clima de perfeita harmonia espiritual e material, razão porque a Prefeitura deve pagar-lhes mais proporcionando-lhes esse clima de sossego [...] (MARINGÁ, 1953b, p. 14).

Dessa forma, a aflição por parte de alguns vereadores estava relacionada à melhoria dos vencimentos dos educadores, para que estes pudessem fixar residência no município, já que os docentes formados eram de outras cidades. Assim, a contratação de professores devidamente preparados garantiria uma educação de maior qualidade aos estudantes maringaenses.

No início da década de 1950, só existiam em Maringá instituições que ofertavam o ensino primário. Os alunos que desejavam cursar o ensino secundário deveriam realizá-lo em outra localidade, o que gerava altos gastos por parte das famílias. Nesse cenário, no ano de 1951, foi criado o Ginásio Maringá, primeira instituição escolar da rede privada a oferecer a educação secundária. Conforme Lima (2011, p. 78), “[...] o Ginásio Maringá surgiu a partir da necessidade dos líderes que, além do interesse comercial, precisavam resolver o problema educacional dos filhos e da elite maringaense [...]”. Esse estabelecimento de ensino passou a atender os estudantes no ano de 1952, momento em que fora inaugurado o prédio escolar. Segundo a autora, no ano de 1957, a instituição foi adquirida pela Congregação Marista, a qual continua, até os dias de hoje, realizando os seus trabalhos na cidade.

Com o crescimento e o desenvolvimento econômico do município, a elite local passou a desejar uma escola de ensino primário com maior qualidade para seus filhos. Paralelamente à implantação da rede pública de ensino, por iniciativa da elite maringense, foi criada a primeira escola particular confessional da cidade, o Colégio Santa Cruz, pertencente à Congregação das Irmãs Carmelitas da Caridade Vedruna, que iniciou as atividades com o jardim de infância e o curso primário no dia 20 de março de 1953 (GULLA, 2009). A referida autora complementa:

Podemos compreender que, no contexto educacional brasileiro incluindo-se a cidade de Maringá, as escolas confessionais vieram para atender as necessidades e os desejos de escolarização de uma elite rural predisposta a manter suas convicções religiosas e políticas, seus privilégios e passá-los a seus filhos. Por sua vez, a Igreja via a oportunidade de resgatar a catolicidade brasileira através da imigração de congregações estrangeiras e da decorrente instalação de suas escolas, como foi o caso do Colégio Santa Cruz de Maringá. Esse esforço por parte da Igreja de recuperar parte de sua importância de outrora ocorrera em todo o mundo. Houve, por parte de todas as congregações, um forte investimento no campo educacional, aproveitando-se as lacunas deixadas pelo Estado [...] (GULLA, 2009, p. 79).

Desse modo, as congregações religiosas adentraram o campo educacional com o intuito de disseminar os preceitos religiosos à classe estudantil e, conseqüentemente, elevar a importância da Igreja para a vida em sociedade.

Vale salientar que, após a criação do supracitado colégio, elevou-se a demanda por uma escola pública de ensino secundário, e sua reivindicação foi uma constante por parte das famílias de menor poder aquisitivo da cidade, grupo este que não tinha condições de custear os estudos de seus filhos em outro município nem mantê-los na rede privada de ensino. Nesse contexto, o prefeito Inocente Villanova Junior inaugurou, no dia 2 de dezembro de 1953, o Ginásio Municipal de Maringá, primeiro estabelecimento de ensino público a oferecer o curso ginasial na cidade, tendo como primeiro diretor o professor Nicolau Ballas Barros. Essa instituição, no decorrer de suas atividades, passou por mudanças em sua denominação, conforme quadro a seguir.

ANO	DOCUMENTO	NOME
1953	Lei Municipal nº 13 de 1953	Ginásio Municipal de Maringá
1954	Lei Municipal nº 2.168 de 1954	Ginásio Estadual de Maringá
1955	Decreto nº 19.902 de 1955	Ginásio Estadual Dr. Gastão Vidigal
1957	Decreto nº 7.370/1956	Colégio Estadual de Maringá
1958	Decreto nº 18.808/1958	Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal
1975	Decreto nº 1.361/1975	Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal – Ensino de 1º e 2º Grau

Quadro 1: Mudanças na denominação da instituição (organizado pela pesquisadora)
Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1953-1975)

Vale salientar que, no ano de 1953, a instituição foi nomeada pelo Prefeito Inocente Villanova Junior, o qual lhe designou o nome do município. Em 1954, o ginásio passou para a rede estadual de ensino, devido a problemas financeiros enfrentados pela administração municipal, sendo então denominado Ginásio Estadual de Maringá. No ano de 1955, houve uma campanha junto à comunidade para dar um novo nome ao ginásio. O nome escolhido foi “Dr. Gastão Vidigal”, figura de grande expressão na sociedade e um dos sócios da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), empresa que propiciou a colonização da cidade. Após dois anos, a referida instituição teve novamente a sua nomenclatura alterada, sendo designada Colégio Estadual de Maringá. Em 1958, sob proposta da Secretaria de Educação e Cultura, passou a ser denominado Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal. Por fim, para se adequar à Lei nº 5692/71, a qual implantou o ensino de 1º e 2º graus, acrescentou os referidos termos em sua denominação.

3.2 DO GINÁSIO MUNICIPAL DE MARINGÁ AO GINÁSIO ESTADUAL DE MARINGÁ

No início da década de 1950, Maringá já apresentava um crescimento econômico e populacional vertiginoso; sua população, conforme Luz (1997), era de 38.588 habitantes, cerca de 38% de todo o município, sendo que 81,2% residiam na zona rural e 18,8% pertenciam ao quadro urbano.

Nesse cenário, seu intenso desenvolvimento revelou, entre outros aspectos, a necessidade de ampliação do seu número de escolas, especialmente a de ensino secundário, modalidade esta não ofertada no distrito. Desse modo, os estudantes que desejassem cursar o ginásio deveriam se deslocar para outros locais do Estado do Paraná, dentre eles, as cidades de Jacarezinho e Curitiba.

No ano de 1952, quando Maringá foi elevada à condição de município, passou a funcionar na cidade o Ginásio Maringá, primeira instituição da rede particular a ofertar o ensino secundário. No entanto, havia, no recente município, um grande número de famílias que não possuíam condições de manter seus filhos nesse Ginásio nem custear os seus estudos em outra localidade, motivo pelo qual a população passou a reivindicar o curso secundário público perante os líderes locais.

Ao analisar as atas das sessões da Câmara Municipal de Maringá, identificamos, no início do ano de 1953, algumas críticas dos vereadores Napoleão Moreira da Silva e Jorge Ferreira Duque Estrada em relação às poucas verbas destinadas ao ensino e à falta de escolas no município para atender a população nele residente. Na ata da sessão do dia 20 de janeiro de 1953, consta a defesa por parte do vereador Jorge Ferreira Duque Estrada sobre a criação de instituições de ensino público, entre elas, a de nível secundário, ao declarar que

[...] sua filha paga mensalmente Cr\$ 300,00 para estudar no Ginásio, o que taxou de absurdo, por isso que os menos favorecidos se veem impossibilitados de sustentar seus filhos em escolas, aumentando o número de analfabetos, fator principal do atraso de uma nação [...] (MARINGÁ, 1953a, p. 8-9).

Após vários esforços, foi criado em 02 de dezembro de 1953, durante a gestão do Prefeito Inocente Villanova Junior, o Ginásio Municipal de Maringá, primeiro estabelecimento público da cidade a oferecer o ciclo ginásial. Tal ato beneficiou a população do município, pois a classe estudantil que não possuía condições de frequentar o ensino privado teria a oportunidade de prosseguir os seus estudos sem ter gastos com mensalidades. Por meio dessa ação, seria possível elevar o nível de escolaridade do povo maringaense, já que a cidade se desenvolvia vertiginosamente.

A referida instituição foi implantada por meio da Lei Municipal nº 28/53, e a solenidade comemorativa de sua criação aconteceu no dia doze de dezembro do mesmo ano nos salões de cerimônia do Aero Clube da cidade, local em que a sociedade

maringaense realizava suas festas e bailes. Participaram da festividade o prefeito municipal, o diretor do Ginásio, professor Nicolau Ballas Barros, demais autoridades e convidados (ANEXO A).

Mediante art. 1º da supracitada lei, o prefeito Inocente Villanova Junior nomeou o estabelecimento de ensino com igual nome do município. Em seu artigo 2º, especifica que a administração e o corpo docente seriam compostos por: um Diretor, um secretário, doze professores, dois professores auxiliares, dois inspetores de alunos e dois serventes. Esse documento menciona que o Diretor receberia Cr\$ 36.000,00 anuais como gratificação de função; o secretário e os inspetores de alunos receberiam o mesmo título de Cr\$ 12.000,00 anuais; os professores teriam uma ajuda de custo de Cr\$ 12.000,00 anuais e Cr\$ 50,00 por aula ministrada; os serventes receberiam como gratificação de função Cr\$ 2.600,00 anuais. Explicita ainda, no artigo 4º, um crédito especial no valor de Cr\$ 150.000,00 para a instalação provisória do Ginásio, bem como para aquisição de materiais escolares e despesas relacionadas à inspeção prévia da instituição (MARINGÁ, 1953c). Na sequência, apresentamos a Lei de criação do Ginásio Municipal de Maringá.

LEI Nº 28

Ref. Lei 93/53

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná, Secretou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:-

- Art. 1ª)- Fica criado nesta cidade de Maringá, sede do município de igual nome, um estabelecimento de ensino secundário, com a denominação de "GINÁSIO MUNICIPAL DE MARINGÁ".
- Art. 2ª)- A Administração e corpo docente do Ginásio Municipal de Maringá, compor-se-ão:- Diretor, em comissão; Secretário, em comissão; Doze professores; dois professores auxiliares; dois inspectores de alunos; e, dois serventes.
- Art. 3ª)- O Diretor perceberá CR\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil cruzeiros) anuais como gratificação de função; o secretário, CR\$ 12.000,00 (Doze mil cruzeiros) anuais; a mesmo título; cada professor terá uma ajuda de custo de CR\$ 12.000,00 (Doze mil cruzeiros) anuais e CR\$ 30,00 (Trinta cruzeiros) por aula ministrada; cada inspector de alunos perceberá, como gratificação de função, CR\$ 12.000,00 (Doze mil cruzeiros) anuais; cada servente perceberá, a mesmo título, CR\$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos cruzeiros) anuais.
- Art. 4ª)- Para instalação provisória, aquisição de material escolar e despesas com obtenção de inspeção prévia do estabelecimento, fica aberto o crédito especial de CR\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil cruzeiros) no presente exercício.
- Art. 5ª)- Revogam-se as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ,
em 2 de Dezembro de 1.953.

- Inocente Villanova Jr. -
- Prefeito Municipal -

- Ludovico Del Puerto -
- Secretário -

Figura 19: Lei nº 28/53
Fonte: Maringá (1953c)

Vale salientar que, na década de 1950, momento no qual fora criado, o ensino ginasial era regulamentado pelas Leis Orgânicas de Ensino, elaboradas pelo Ministro Gustavo Capanema¹⁸ (1900-1985), no ano de 1942. A estrutura educacional foi reorganizada por meio de oito decretos-leis. Segundo Saviani (2006, p.10),

[...] foram promulgadas em 1942 as leis orgânicas de ensino do ensino secundário (Decreto-Lei nº 4.244 de 09.04.42) e do ensino industrial (Decreto-Lei nº 4.073 de 30.01.42) tendo sido criado nesse mesmo ano através do Decreto-Lei 4.048 de 22.01.42 o SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, colocado sob a o controle da Confederação Nacional da Indústria (CNI), entidade representativa do empresariado industrial. Em 1943 foi a vez da lei orgânica do ensino comercial (Decreto-Lei nº 6.141 de 28.12.43). E em 1946, portanto já após a queda do Estado Novo, foram decretadas as leis orgânicas do ensino agrícola (Decreto-Lei 9.613 de 20.08.46), do ensino primário (Decreto-Lei 8.529 de 02.01.46) e do ensino normal (Decreto-Lei 8.530 de 02.01.46), tendo sido criado o SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Decretos-Leis 8.621 e 8.622 de 10.01.46) que, a exemplo do SENAI, foi também colocado sob o controle do empresariado correspondente.

De acordo com a supracitada lei, o ensino secundário foi dividido em dois ciclos: o primeiro denominado ginasial e o segundo subdividido em clássico e científico. O curso ginasial teria a duração de quatro anos, e o curso clássico e científico, cada qual com três anos de duração (BRASIL, 1942). Conforme o artigo 5º da Lei Orgânica do Ensino Secundário, as instituições denominadas Ginásio ofertariam o curso de primeiro ciclo, e as denominadas Colégio, além deste, ofertariam o segundo ciclo. Nesse contexto, o Ginásio Municipal de Maringá recebeu essa denominação por oferecer, no início de sua implantação, somente o primeiro ciclo de estudos, de acordo com a referida lei.

A instituição mencionada iniciou suas atividades no ano de 1954, sob a direção do professor Nicolau Ballas Barros. O espaço escolar compreendia uma quadra situada na rua Martim Afonso, local em que atualmente funciona o Instituto Estadual de Educação. No terreno, havia uma construção não acabada que serviu de salas de aula para os ginasianos. Sobre essa questão, dois entrevistados da década de 1950 nos relataram:

Aquele prédio já existia. O prefeito Villanova fez aquilo lá, um elefante branco. Estava tudo sem rebocar, sem piso. Nós chegamos a estudar lá. Quando lá não suportava mais, construíram aquelas partes de madeira [...]. O terreno foi doado e o prefeito logo murou tudo com medo de alguém tomar posse. Eu tiro o chapéu para o homem. O barracão foi o

¹⁸ Foi Ministro da Educação no período de 1934 a 1945 na gestão do presidente Getúlio Vargas.

outro, [referindo-se a Moisés Lupion] quando era governador do estado [...] (TUTOMO TANOUE)

Em algumas partes [do prédio] não existia nem reboco nas paredes, era tijolo à vista mais para o fundo. [...] não tinha vidraça, não tinha nada. Quando chovia, dependendo do vento, a aula estava suspensa, mas isto foi encarado com muita naturalidade pelos professores (FRANKLIN VIEIRA DA SILVA).

Diante desses depoimentos, é possível compreender a precariedade em que se encontrava o prédio escolar e o espaço onde os alunos eram escolarizados.

Para adentrar o curso ginásial, os estudantes deveriam realizar o exame de admissão¹⁹. No Ginásio Municipal, participaram das provas admissionais, para o ano de 1954, um total de 140 alunos. O elevado número de estudantes que realizaram os exames refletiu a demanda por essa modalidade de ensino no município.

O Ginásio Municipal iniciou as suas atividades, atendendo os estudantes no período matutino e vespertino com um total de 11 turmas, conforme podemos observar no quadro seguinte:

Turma	Número de Alunos
1ª Série A	26
1ª Série B	28
1ª Série C	30
1ª Série D	29
1ª Série E	27
2ª Série A	33
2ª Série B	30
2ª Série C	30
3ª Série A	23
3ª Série B	28
4ª Série Única	20
Total de Alunos	304

Quadro 2: Turmas do Ginásio Municipal (1954)
Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1954-1957)

¹⁹ Sistema de provas orais e escritas. Caso os alunos não fossem aprovados no exame de primeira época, realizado no mês de dezembro, poderiam realizar o de segunda época, em fevereiro.

Com base nos resultados dos exames de admissão para a 1ª série ginásial, 106 alunos obtiveram aprovação, 16 foram eliminados²⁰ e 18 reprovados. No entanto, o número de alunos que compunham a mencionada série totalizava 140 (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1960). Dessa forma, podemos apreender que 34 alunos foram matriculados nesse período com a devida aprovação nos exames realizados em outra instituição de ensino, como o ex-aluno Franklin Vieira da Silva, que foi aprovado no exame de admissão realizado na cidade de Londrina, porém matriculado no Ginásio Municipal de Maringá (ANEXO B).

Em seu primeiro ano de funcionamento, a instituição possuía em seu quadro de alunos o total de 304 ginásianos, um número elevado o qual ratificava a demanda por essa modalidade de ensino no município e por uma escola pública de ensino secundário. Conforme Lima (2011, p.86), nesse mesmo ano, o Ginásio Maringá, da rede privada, apresentou redução em seu número de estudantes, tendo como um dos fatores “[...] a abertura de uma instituição da rede pública municipal [...]”. De acordo com a autora, no ano de 1953, foram realizadas 230 matrículas, sendo que, em 1954, houve somente 38 alunos matriculados. Ao confrontar esses dados com os do Ginásio Municipal de Maringá, percebe-se que a maioria dos estudantes foi continuar os seus estudos na rede pública de ensino por não precisar arcar com os pagamentos das mensalidades.

Por meio da Lei Municipal nº 19, em 1º de agosto de 1954, o Prefeito Inocente Villanova Junior criou os cursos de Técnico de Contabilidade e Científico, ambos do ciclo secundário (ANEXO C). Nesse documento, o prefeito alega que os referidos cursos passariam a funcionar, a partir de 1955, anexos ao Ginásio Municipal de Maringá (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1975). No entanto, não foram encontrados documentos que comprovem o funcionamento do Curso Técnico de Contabilidade nessa instituição. Em relação ao segundo ciclo do ensino secundário, este somente teve início a partir de 1958.

Durante o ano de 1954, o município enfrentou problemas financeiros para manter o Ginásio Municipal, dentre eles, o atraso dos pagamentos dos professores. No tocante a essa dificuldade, os vereadores da cidade formaram uma comissão e se dirigiram a Curitiba com o intuito de conseguirem, junto ao Presidente da Assembleia do Estado, Dr. Laerte Queiróz, meios para estadualizar rapidamente a instituição (MARINGÁ, 1954). No dia 4

²⁰ Eram eliminados do exame os alunos que não compareciam ao primeiro dia das provas e os que não atingiam a nota mínima na prova de Português, a primeira delas.

de agosto do mesmo ano, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná autorizou o Poder Executivo a estadualizar o referido Ginásio e abrir um crédito no valor de Cr\$ 1.000.000,00 para despesas com o mesmo, como podemos observar no Diário Oficial nº 124 de 06 de agosto de 1954.

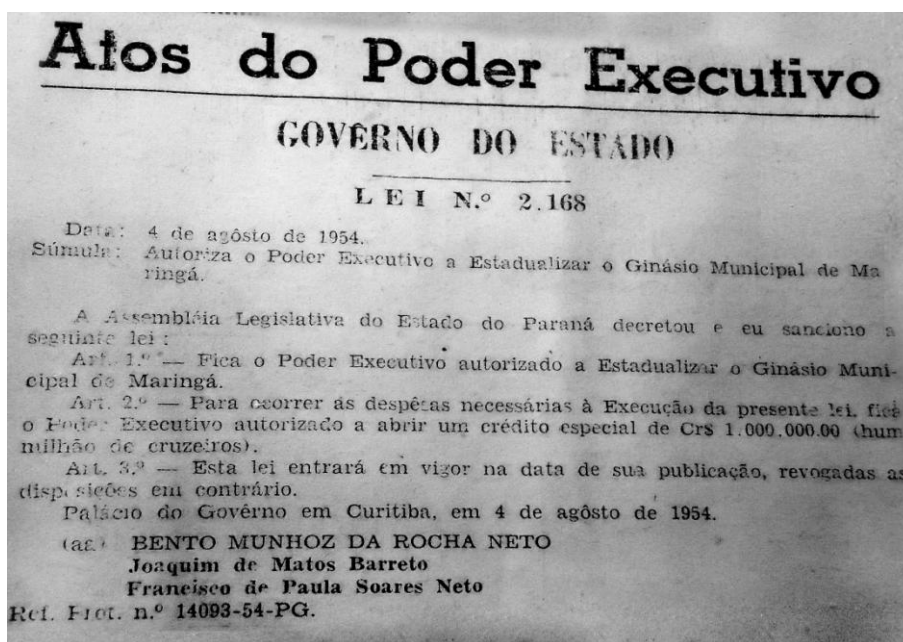


Figura 20: Lei da Estadualização do Ginásio Municipal
Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1953-1975)

A transmissão do Ginásio Municipal para o Estado ocorreu mediante o ofício nº 140 de 14 de janeiro de 1955, sendo dirigido ao Prefeito Inocente Villanova Junior por meio do Secretário da Educação e Cultura, Dr. Joaquim de Mattos Barreto, o qual credenciou o professor Ruy Alvino Allegretti, diretor da instituição, “a receber o patrimônio do referido estabelecimento de ensino” (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1975, p.4). A mencionada transmissão foi divulgada à população por meio de uma nota publicada em O Jornal, do dia 22 de janeiro de 1955. Nessa mensagem, o Sr. Ruy Allegretti comunicou:

De ordem do senhor Secretário de Educação e Cultura, aviso ao povo de Maringá, principalmente aos jovens estudantes, que hoje foi assinada a ata de transmissão do patrimônio do Ginásio Municipal de Maringá para a responsabilidade do Governo Estadual, conforme lei estadual nº 2.168 de 4-8-54 (O JORNAL, 1955, p.3).

Com a estadualização da instituição, a mesma passou a ser denominada Ginásio Estadual de Maringá. É sobre a sua transição a Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal – Ensino de 1º e 2º grau que discorreremos na sequência.

3.3 DO GINÁSIO ESTADUAL DE MARINGÁ AO COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL – ENSINO DE 1º E 2º GRAU

O Governo do Estado estadualizou o Ginásio Municipal por meio da Lei nº 2.168 do dia 4 de agosto de 1954. Para comemorar esse acontecimento, foi realizada uma solenidade a qual contou com a presença do Bispo de Jacarezinho, D. Geraldo Sigaud, dos beneméritos do ensino de Maringá, Napoleão Moreira da Silva e Angelo Planas, do Prefeito Inocente Villanova Junior e demais convidados, como podemos observar na figura a seguir.

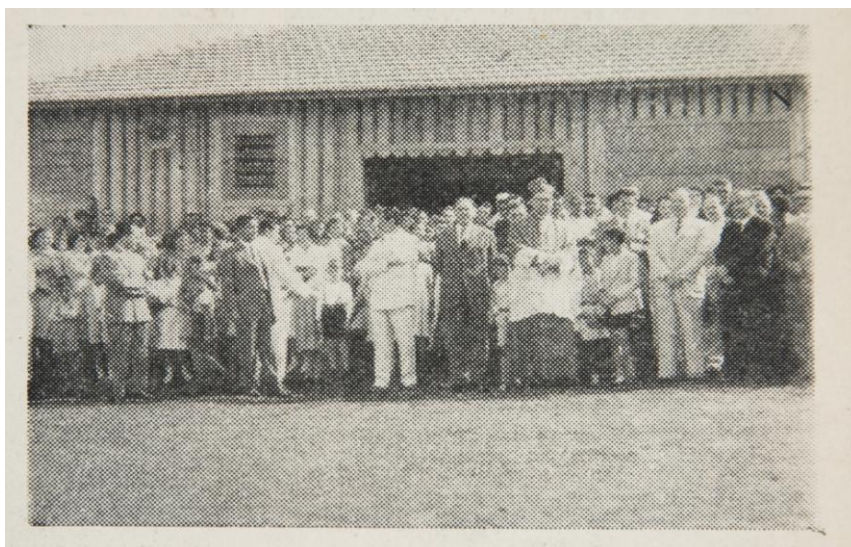


Figura 21: Solenidade da Estadualização do Ginásio Municipal
Fonte: Revista Maringá Ilustrada (1957)

No Ginásio Estadual, participaram dos exames de admissão, realizados em dezembro de 1954 e fevereiro de 1955, 109 candidatos, dos quais 76 obtiveram aprovação para se matricularem na Instituição (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1960).

Em 1955, a quantidade de turmas da 1ª e 3ª séries continuou a mesma, já as de 2ª e 4ª séries aumentaram, elevando o número de estudantes do Ginásio. Na sequência, podemos observar as turmas que compunham o quadro discente nesse momento.

Turma	Número de Alunos
1ª Série A	22
1ª Série B	24
1ª Série C	24
1ª Série D	26
1ª Série E	23
2ª Série A	24
2ª Série B	25
2ª Série C	24
2ª Série D	27
3ª Série A	27
3ª Série B	28
3ª Série C	26
4ª série A	21
4ª Série B	25
Total de Alunos	346

Quadro 3: Turmas do Ginásio Estadual (1955)
Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1954-1957)

Com base no quadro 3, podemos verificar a existência de 14 turmas na instituição, as quais possuíam, em média, 21 a 28 alunos. Segundo Waldemar Allegretti, professor da instituição na década de 1950, nessa época, foi realizada uma campanha junto à comunidade para dar um nome ao Ginásio Estadual. A escolha foi para que o supracitado estabelecimento de ensino fosse chamado “Dr. Gastão Vidigal” para homenagear um dos acionistas da CMNP. Nesse momento, o município estava sob a administração do Prefeito Inocente Villanova Júnior que, em entrevista no dia 03 de dezembro de 1984, relatou sobre a decisão desse nome:

[...] porque ele quem foi o mandão aqui. Ele que tinha uma sociedade com 300 elementos, cada um gerando: a Cobasma, a Cobal; tinha fábrica de zinco, fábrica de cimento, 4 bancos: Sulamericano e outros tantos... Era uma medonha, uma fortaleza [...] (MARINGÁ, 2003, p.35).

Assim sendo, o Governador do Estado do Paraná, Adolfo de Oliveira Franco, sob proposta da Secretaria de Educação e Cultura, renomeou o Ginásio Estadual de Maringá para Ginásio Estadual Dr. Gastão Vidigal por meio do Decreto Governamental nº 19.902. O referido decreto foi divulgado pelo Diário Oficial nº 222 de 03 de dezembro de 1955 (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1975).

A instituição, mesmo depois de estadualizada, apresentou problemas em relação aos vencimentos dos professores. Sobre esse aspecto, Waldemar Allegretti nos declarou que

[...] começava a lecionar e ia receber o primeiro salário em junho, julho, porque eu era aquilo que se chamava de suplementarista. Então você lecionava tantas aulas por mês e era feito o boletim de frequência o qual era mandado para a Secretaria de Educação para formatar a folha [de pagamento], para fazer a nomeação dos professores. É claro que Curitiba era na “Indonésia”, pois era longe. Então, até que a secretaria organizasse e depois mandasse para a Secretaria da Fazenda e depois mandasse o pagamento para o Banestado, iam alguns meses. Então nós ficávamos “pendurados” nas vendas, nas lojas, onde se comprava o alimento para poder pagar depois, pois o dinheiro não vinha (ALLEGRETTI, 2013).

Perante a situação, o vereador Basílio Sautchuk elaborou um projeto de Lei para conceder uma ajuda mensal de Cr\$ 2.000,00 aos professores do Ginásio Estadual que trabalhassem mais de doze horas semanais. O auxílio estender-se-ia ao secretário, que receberia o mesmo valor que os docentes, e às zeladoras, que ganhariam Cr\$ 1.000,00. Esse subsídio perduraria dois anos a partir do dia 01 de janeiro de 1955, de modo que o mesmo seria revogado no momento em que o Governo do Estado concedesse aumento aos educadores secundários (MARINGÁ, 1955a). Em defesa ao projeto, o vereador Napoleão Moreira da Silva explicitou:

[...] vamos ter a falta de Colégios e do curso Científico em Maringá, muitos dos professores vão se ausentar, e outros não abandonarão por amor aos alunos, esta é uma explanação sincera, se houver necessidade eu provo aqui, que tem pedreiros que ganham mais que um professor (MARINGÁ, 1955a, p. 73)

De acordo com a ata da sessão da Câmara Municipal de Maringá, do dia 06 de dezembro de 1955, professores, pais de alunos e os estudantes da 1ª à 4ª série do Ginásio Estadual enviaram ofício, agradecendo aos vereadores que permitiram a aprovação do projeto (MARINGÁ, 1955b). A seguir, apresentamos a Lei nº11/55 aprovada pelos vereadores.

L E I Nº 11/55

- Art. 1º** - A cada professor do Ginásio Estadual de Maringá, que trabalhe 12 (doze) ou mais horas por semana, pelo Poder Executivo do Município, fica destinada uma ajuda de Cr\$ 2.000,00 mensais.-
- Art. 2º** - Fica também destinada pelo Poder Executivo Município, uma ajuda mensal de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), e Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), respectivamente ao Secretário e Zeladoras do Ginásio Estadual de Maringá.-
- Art. 3º** - A ajuda de que tratam os artigos 1º e 2º desta lei, vigorarão por 2 (dois) anos, ou seja de 1º de janeiro do corrente ano à 31 de dezembro de 1956.-
- §.- ÚNICO** - Será automaticamente revogada esta lei, no momento em que o Governo do Estado, por qualquer forma, conceder aumento de vencimentos aos professores secundários.-
- Art. 4º** - As despesas com a presente lei, do corrente exercício, serão atendidas com a DOTAÇÃO 18 do Orçamento da Receita e Despesa para o ano de 1955.-
- Art. 5º** - Para atender a despesa com a presente lei no exercício de 1956, em época oportuna, será consignada dotação no Orçamento da Receita e Despesa do Município para aquele exercício.-
- Art. 6º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-
Maringá, 30 de novembro de 1955.-

ass-NAPOLEÃO MOREIRA DA SELVA
-presidente-

ass-DR. JOSÉ MAUARE
1º secretário

A instituição passou a atender, a cada ano, um número crescente de estudantes. No ano de 1956, foi possível identificar, por meio dos relatórios finais, o total de 485 alunos matriculados no Ginásio (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1954-1957). Nesse momento, o Estado do Paraná era governado por Moysés Lupion, que, em visita ao município, pôde verificar as condições precárias em que se encontrava o Ginásio Estadual. Conforme matéria publicada em O Jornal do dia 05 de maio de 1956, o governador, ao conhecer as instalações da instituição e acometido pelo sentimento de tristeza, relatou: “Realmente, é tudo muito doloroso” (O JORNAL, 1956, p. 1). Ao se retirar do local, pediu ao professor Dr. Agostinho Veronezi, que estava à frente dos professores, que tivesse energia para enfrentar as dificuldades e procurasse deixar o ginásio em ordem (O JORNAL, 1956).

Em 29 de dezembro de 1956, foi instituído o Decreto nº 7.370 que atribuía ao Ginásio Dr. Gastão Vidigal o nome de Colégio Estadual de Maringá, o qual passaria a funcionar a partir do ano letivo de 1957. O referido colégio foi criado por meio da Lei Estadual nº 3184, do dia 8 de julho de 1957. Através dela, o Poder Executivo foi autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 12.000.000,00, destinado à construção do prédio para o funcionamento da instituição (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1975). No entanto, devido à falta de espaço para atender o crescente número de alunos, foi construído um barracão de madeira, não agregado ao prédio, com algumas salas de aula, como mostra a foto ilustrada pela figura 23. Nesse local, estudaram várias turmas do colégio durante muitos anos.



Figura 23: Salas de madeira ao fundo
Fonte: Acervo da família Tilio

No ano de 1958, o Colégio passou a ofertar o ensino ginásial no período noturno, devido à grande procura por essa modalidade e turno de estudo, já que muitos jovens trabalhavam para ajudar no sustento da família. Tal medida permitiu o acesso de muitos educandos ao ginásio, sobretudo, os que não tinham condições de realizar os estudos durante o dia. Nesse momento, as turmas do período noturno estiveram assim constituídas:

Turma	Número de Alunos
1ª série A	36
1ª série B	33
2ª série A	31
2ª série B	29
3ª série A	33
4ª série A	31
Total de Alunos	193

Quadro 4: Turmas do período noturno (1958)

Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1957-1959)

No mesmo ano, sob proposta da Secretaria de Educação e Cultura, o Colégio Estadual passou a ser denominado Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, em virtude do processo de implantação do segundo ciclo de estudos. Esse ato ocorreu mediante o Decreto nº 18.808 de 28 de agosto de 1958 (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1975). Na sequência, podemos visualizar o referido decreto.

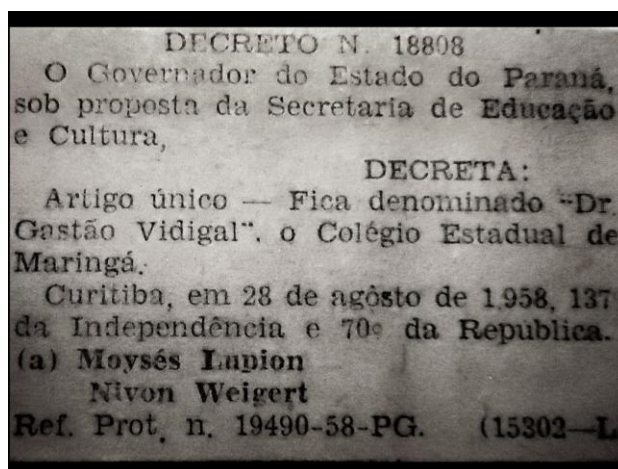


Figura 24: Diário Oficial nº 153 de 05/09/1958

Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1953-1975)

Por meio da Portaria nº 925, de 22 de setembro de 1958, da Diretoria de Ensino Secundário, e pelo Ato nº 2 de 19 de fevereiro de 1959, a Instituição recebeu autorização para oferecer o segundo ciclo de estudos. A seguir, apresentamos a cópia do telegrama em que consta a mencionada autorização.

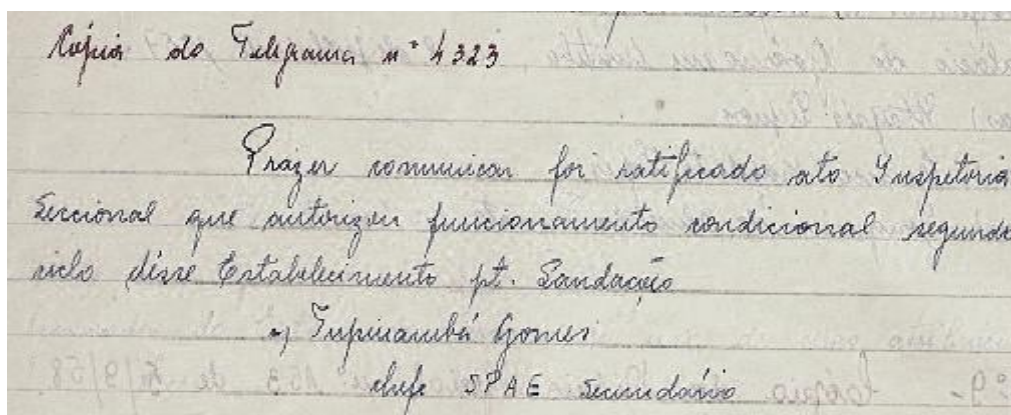


Figura 25: Cópia do Telegrama nº 4.323

Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1953-1975)

A verba de Cr\$ 12.000.000,00 concedida pelo Estado permitiu a continuidade da construção do prédio e que melhorias fossem realizadas no espaço escolar. Assim, o Colégio Gastão Vidigal passou a oferecer um ambiente adequado para a classe estudantil. Na sequência, podemos visualizar uma foto da instituição após esse processo.



Figura 26: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal – final da década de 1950

Fonte: Acervo Maringá Histórica

A inauguração oficial do prédio do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal ocorreu no dia 10 de maio de 1959, como sequência da festa comemorativa do aniversário do município. Estiveram presentes nessa festividade o Inspetor Federal, o Diretor da Instituição, o corpo administrativo, os docentes e discentes, autoridades e membros da sociedade maringaense. O Secretário da Agricultura, Dr. João Ribeiro, representou o Governador do Estado. Estiveram também presentes o Secretário da Educação e Cultura, Dr. Nivon Veigert, e o Secretário do Interior e da Justiça, Dr. Antônio Lustosa de Oliveira. O Bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, foi convidado a cortar a fita simbólica e o Secretário da Agricultura fez o descerramento da placa, acompanhado ao som da fanfarra. Para finalizar esse momento, o Hino à Maringá foi cantado pelo coral do Colégio (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1975).

Pela Lei Estadual nº. 4.070, de 28 de agosto de 1959, foi criada a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá (FECEM²¹), anexa ao Colégio Gastão Vidigal. No entanto, o curso somente passou a funcionar em 1961, no período noturno, sob a direção do Bispo Dom Jaime Luiz Coelho (MARINGÁ HISTÓRICA, 2011).

No ano de 1961, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), conhecida como Lei nº 4024/61. Esta estabeleceu uma legislação única para a educação e a cooperação financeira para as instituições privadas de ensino. De acordo com Saviani (2006), o texto aprovado foi uma estratégia de conciliação entre os que defendiam uma escola pública e gratuita e os que advogavam a favor do ensino privado. Por isso, a primeira LDB foi considerada por muitos dos envolvidos como uma lei inócua.

Em seu regulamento, foi instituída a flexibilidade curricular a qual podemos observar por meio do seu Art. 12: “Os sistemas de ensino atenderão à variedade dos cursos, à flexibilidade dos currículos e à articulação dos diversos graus e ramos”. Acerca disso, o ensino de grau médio, dividido em ginásial (quatro séries) e colegial (três séries), ofertaria disciplinas obrigatórias e optativas. Os estudantes, após a conclusão dessa última etapa, teriam acesso ao ensino superior mediante aprovação no vestibular. (BRASIL, 1961). Por meio dos relatórios finais, a partir da implantação da primeira LDB, foi possível identificar que a instituição ofertou as disciplinas obrigatórias e optativas, adequando-se ao sistema educacional vigente.

²¹ Em 1970, a FECEM se uniu a outras instituições de ensino e foi criada a Universidade Estadual de Maringá (UEM) no campus onde permanece até a atualidade (REVISTA ACIM, 2011).

Nos primeiros anos da década de 1960, os dirigentes da instituição começaram a almejar um local mais amplo para o colégio, pois o espaço em que se encontrava era insuficiente para atender a crescente demanda de alunos. Sobre essa pretensão, o Padre Orivaldo Robles declarou:

Acho que a ideia já era essa porque o Colégio Gastão Vidigal era um grande colégio e essas instalações já se tornaram apertadas, então a ideia era realmente construir um colégio maior, até então Maringá não tinha um grande colégio, [...] então o Colégio Gastão Vidigal foi construído lá, foi construído exatamente para ter um ambiente mais amplo, pois havia muitos estudantes (ROBLES, 2013).

Diante desse relato, podemos verificar que a questão referente à falta de espaço da instituição foi um dos principais motivos que propiciou a construção de um novo prédio para atender a classe estudantil do município.

Vale ressaltar que, no ano de 1964, foi deflagrado no Brasil o Golpe Militar. Por meio dele, os militares depuseram o Presidente João Goulart, devido ao seu governo populista e pela crise econômica em que se encontrava o país. Desse modo, os militares tomaram o poder e implantaram um governo marcado pela repressão e pelo autoritarismo. Andrade nos esclarece que

[...] o regime político que se instaurou depois de 1964 corroborou com a consolidação da sociedade urbano-industrial brasileira e reprimiu os movimentos populares. Esse modelo autoritário de sociedade, vigente no país a partir de 1964, utilizou-se da opressão, da força e da violência para desestruturar os movimentos sindicais e estudantis (ANDRADE, 2011, p. 103).

Todavia, a escola foi considerada o locus principal para irradiar a ideologia dominante, pois o ensino era tido como um dos grandes responsáveis pela produtividade da nação brasileira e meio de consolidação do regime instituído. No que tange ao Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, Marli Maciel de Campos²² pontuou que, inicialmente, não houve muito reflexo na instituição, só anos mais tarde. Assim, assinalou: “[...] de início não deu para se perceber porque televisão não havia na época, havia rádio, mas não sei até que ponto a juventude da época se influenciava com o rádio [...]. Mais tarde vieram notícias que aconteceu alguns casos [repreensão] que eu não sabia” (CAMPOS, 2013).

²² Primeira professora formada que veio de fora para atuar na instituição. Formou-se em Português Clássico e iniciou os seus trabalhos no colégio no ano de 1964.

Cabe salientar que, em 1964, em meio a esse contexto, iniciou-se o processo de licitação para a construção de um novo prédio para a instituição (ANEXO D). Após essa etapa, deu-se início à obra, que foi concluída no ano de 1967. A partir do 2º semestre do mencionado ano, o Colégio Gastão Vidigal iniciou as atividades nas novas instalações que se situavam na rua Líbero Badaró, Zona 7. Nesse momento, havia 1.886 estudantes matriculados e 80 docentes lecionando na instituição. Esse quadro ratificava a demanda por um espaço mais amplo para o atendimento dos alunos (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1966-1967). Sobre o início das atividades nesse local, o Padre Orivaldo Robles relatou que “[...] em agosto nós começamos lá, não estava ainda tudo terminado, pelo contrário muita coisa estava sendo feita”. Por meio da figura 27, podemos visualizar o prédio escolar recém-construído.



Figura 27: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, bairro Zona 07 (1967)
Fonte: Acervo Maringá Histórica

A imagem apresenta uma construção moderna e ampla, conforme as referências arquitetônicas dos grupos escolares da década de 1960, as quais divulgavam uma arquitetura sem ornamentações, marcada pelas formas geométricas simples e pelo concreto aparente. Buffa e Pinto (2002) aclaram que o interior das instituições de ensino, nesse período, era caracterizado por corredores largos e ventilados, os quais permitiam uma visualização mais ampla dos espaços da escola, dentre eles, o pátio e a quadra de esportes. Assim, essa tipologia “[...] deveria garantir que o volume da edificação estivesse mais em consonância com as dimensões humanas do que com a monumentalidade [...]”

(THEODORO, 2013, p.13). Nesse sentido, o espaço escolar apresentava uma nova formatação com o intuito de atender as necessidades humanas produzidas, de acordo com a sociedade industrial em transformação. Desse modo, as novas instalações do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal foram projetadas, seguindo os parâmetros já mencionados e dentro de uma nova concepção de edificação.

Concomitantemente às mudanças arquitetônicas, ocorreram alterações estruturais na educação, implementadas a partir da Segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 5692/71, a qual valorizava o ensino técnico como meio de formar mão de obra para a indústria e para minimizar a pressão por vagas no ensino superior. Sobre essa questão, Mira e Romanowski (2009, p.10210) expressam que “[...] a função da educação era formar indivíduos aptos a contribuir para o aumento da produtividade da sociedade; é nesse sentido que se define a competência do indivíduo e do próprio sistema educacional [...]”. Desse modo, a segunda LDB trazia, entre outros determinantes, a implantação do ensino de 1º e 2º graus e a obrigatoriedade da educação dos 7 aos 14 anos.

Em relação ao Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, as efetivas alterações em sua denominação e sua reorganização em função da Lei nº 5692/71 ocorreram somente a partir do Decreto nº 1.361 de 23 de dezembro de 1975, por meio do qual foi nomeado Colégio Dr. Gastão Vidigal – Ensino de 1º e 2º graus (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1975).

De acordo com o documento Vida Legal do Estabelecimento de Ensino, foram autorizados, por meio desse decreto, o funcionamento do Ensino de 1ª a 8ª séries e dos cursos técnicos de Redator Auxiliar, Tradutor e Intérprete, Auxiliar Sanitarista, Auxiliar Técnico em Eletricidade e Desenhista de Arquitetura, sendo estes últimos em substituição ao curso colegial (NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE MARINGÁ, 2012).

Assim, por meio deste capítulo, foi possível apresentar os motivos que ensejaram a criação desse estabelecimento de ensino, as mudanças efetuadas em sua nomenclatura, em sua arquitetura e na própria organização da escola, bem como as dificuldades financeiras e estruturais enfrentadas pela instituição no decorrer de seu atendimento à classe estudantil. Além disso, é fundamental relatar a importância do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal para a escolarização dos primeiros habitantes que se instalaram no município e para a formação da população maringaense.

4 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL NO PERÍODO DE 1953 A 1975

Nesta seção, reconstituiremos a organização pedagógica²³ do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, característica do período compreendido entre 1953 e 1975. Para tanto, analisaremos algumas práticas escolares²⁴, a fim de compreendermos a história da mencionada instituição no contexto educacional do período em questão.

Sanfelice (2007, p. 77) pontua que há vários elementos para estudar a história de um estabelecimento de ensino:

Posso chegar à instituição pela legislação educacional, pelo seu currículo, pelo seu quadro de alunos, pela sua proposta pedagógica, pela sua cultura manifesta, pelos trabalhos escolares, pela arquitetura do prédio, pelos professores que dela participaram, pelos ex-alunos, pelo mobiliário, pelas memórias, pela historiografia preexistente ou por arquivos e fontes múltiplas (escritas, orais, imagens, sons e outras). O que me dá o passaporte de ingresso é o conjunto de fontes que levanto, critico e seleciono, e nenhum tipo de fonte deve ser interdito.

Assim, em consonância com as ideias do referido autor, recorreremos a diversas fontes, as quais foram imprescindíveis para reconstituir a história da instituição pesquisada. Nela deparamos com as fontes primárias: atas de exames de admissão, histórico do estabelecimento de ensino, pastas de alunos, pastas de relatórios de notas finais dos estudantes, pasta de cadastros de professores, exames de adaptação e de segunda época, entre outras. Todavia, para termos acesso a esses documentos, foi preciso nos deslocar ao arquivo inativo do colégio e procurá-los em várias caixas dispostas pela sala, pois vários deles não se encontravam catalogados. Cabe dizer que essa tarefa perdurou vários meses até a localização dos dados pertinentes à pesquisa, já que à medida que a história da instituição era retratada, fazia-se necessário buscar por novas informações contidas em outros documentos. Dessa forma, o trabalho foi minucioso, pois tivemos que analisar página por página de cada uma das documentações até encontrarmos os dados que nos

²³ Conforme Silva e De Sordi (2006, p.5), a organização pedagógica é “[...] o trabalho efetivo desenvolvido na escola, no interior da sala de aula e as idéias e ações que permeiam o projeto político-pedagógico [...]”.

²⁴ De acordo com Pimenta e Lima (2009, p. 43), “a prática educativa (institucional) é um traço cultural compartilhado que tem relações com o que acontece em outros âmbitos da sociedade e de suas instituições [...]”.

possibilitariam desenvolver o estudo. Há que se destacar que alguns documentos que poderiam contribuir à consecução da pesquisa não se encontram guardados ou preservados nesse local, exigindo-nos recorrer a outras fontes de informação. Recorremos então à realização de entrevistas com ex-alunos e ex-professores, as quais nos possibilitaram o esclarecimento de algumas lacunas deixadas pela inexistência de documentos, pela falta de informações em algumas das documentações, assim como nos permitiram o questionamento de alguns dos elementos pesquisados. Nesse sentido, assinalamos com Colares e Colares (2012, p. 7) que

[...] as informações obtidas por meio de entrevistas, individuais ou coletivas, constituem um conjunto significativo de relatos que permitem a melhor compreensão do processo histórico educacional. São testemunhos vivos de pessoas que participaram efetivamente da construção da história.

Nesse âmbito, entendemos os relatos orais como momentos de escuta que auxiliam no entendimento da história educacional, pois como tais sujeitos estiveram envolvidos diretamente no processo, os seus depoimentos, acoplados com outras fontes, possibilitam ao pesquisador ir além da aparência do fenômeno investigado.

Para o desenvolvimento dessa etapa, inicialmente tentamos o contato com professores das décadas de 1950, 1960 e 1970, por meio do número do telefone de alguns deles, o qual nos foi repassado pelo colégio. Outro meio utilizado para tal intento foi uma festividade realizada na instituição na qual todos os ex-professores foram convidados. Assim, foi possível conversar pessoalmente com alguns dos que estiveram presentes e marcar a entrevista. Em relação aos alunos, conseguimos entrevistá-los após contatá-los mediante as redes sociais e pesquisa na lista telefônica da cidade. Cabe dizer que essa fase ocorreu por meio da aprovação de nosso projeto pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP), o qual autorizou a realização da pesquisa oral.

Vale salientar que, durante as conversas com os ex-professores, procuramos compreender como era a escola no tempo em que cada um deles atuou, por que lecionaram nessa instituição, que práticas escolares eram desenvolvidas, como eram as condições de trabalho, dentre outras questões. Com os ex-alunos, tentamos identificar por que estudaram nesse colégio, qual era a situação do prédio escolar, como era a atuação dos professores e a relação professor-aluno e aluno-aluno, que tipo de avaliação era realizada e outras questões pertinentes ao estudo. Acerca disso, vale destacar que todos os envolvidos na pesquisa nos autorizaram a publicação de suas falas e de seus nomes no corpo do trabalho.

Fontes imagéticas foram utilizadas para mostrar algumas situações e complementar melhor a compreensão de algumas questões abordadas. Estas nos foram disponibilizadas mediante doações de ex-alunos e ex-professores após a instituição ter criado um grupo aberto em uma das redes sociais, devido à comemoração dos seus 60 anos. Vale salientar que essa ação contribuiu para o nosso trabalho, já que o colégio não possui em seus arquivos fotos do período em estudo.

Desse modo, de posse das supracitadas fontes, apresentamos as seguintes práticas escolares, as quais, em seu conjunto, permitem reconstituir a organização pedagógica do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal: exames de admissão, exames de adaptação e de segunda época, constituição das turmas, disciplina escolar, formação do corpo docente, fanfarra e feira de Ciências.

Vale salientar que os exames de admissão foram tomados como ponto de partida desta seção, visto que eles determinavam o nível dos alunos que ingressaram nessa escola, bem como se constituíam em um instrumento seletivo para o acesso à continuidade dos estudos após ter completado o nível primário.

4.1 EXAMES DE ADMISSÃO

Os exames de admissão ao ginásio foram instituídos nacionalmente no ano de 1931, mediante o Decreto nº 19.890/31, por meio da Reforma Francisco Campos. Tais exames se tornaram obrigatórios em todas as escolas secundárias do Brasil. De acordo com Menegheti (2012), eles foram implantados com o objetivo de manter a hierarquia social e como forma de controlar o acesso a essa modalidade de ensino cuja etapa deveria ser destinada à elite.

No que concerne à admissão ao ensino secundário, o referido decreto determinava:

Art. 18. O candidato à matrícula na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário prestará exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro [...]. **Art. 19.** O candidato a exame de admissão provará ter a idade mínima de 11 anos [...]. **Art. 20.** Não será permitida inscrição para exame de admissão, na mesma época, em mais de um estabelecimento do ensino secundário, sendo nulos os exames realizados com transgressão deste dispositivo. **Art. 21.** O exame de admissão se realizará no estabelecimento de ensino em que o candidato pretender matrícula [...].

Art. 22. O exame de admissão constará de provas escritas, uma de português, (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar), e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências naturais. **Art. 23.** O Departamento Nacional do Ensino expedirá instruções que regulem o processo e julgamento dessas provas (BRASIL, 1931).

No ano de 1938, sob o regime do Estado Novo, o Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, realizou alterações nas regras para os exames de admissão por meio da Portaria nº 13 de 16 de fevereiro do mesmo ano. Esta instituiu várias instruções, dentre elas, a que definia um novo cálculo para a média final e a que determinava que as provas escritas fossem eliminatórias (MINHOTO, 2008).

Em 9 de abril de 1942, Gustavo Capanema implantou a Lei Orgânica do Ensino Secundário, mediante o Decreto-Lei nº 4.244, por meio do qual reorganizou essa etapa da educação escolar. A mencionada lei definiu novas diretrizes para os exames de admissão: eles ocorreriam em duas épocas, uma em dezembro e outra em fevereiro. O referido decreto determinava, em seu art. 34, que poderiam se inscrever nos exames de segunda época os candidatos que não o prestaram em primeira época e os que nele não obtiveram aprovação. Enfatiza-se no mesmo artigo que os estudantes não aprovados em um estabelecimento de ensino secundário não poderiam realizá-lo em outra instituição na mesma época (BRASIL, 1942).


No que tange ao ingresso no curso ginásial, a referida lei apresentava, em seu art. 31, que os alunos deveriam comprovar não serem portadores de nenhuma doença e estarem vacinados, apresentando, no ato da matrícula, o atestado de vacinação. Após a leitura de algumas pastas dos estudantes do ano de 1954 e 1955 mantidas no arquivo morto da instituição em estudo, encontramos vários desses atestados, assim como os demais documentos exigidos, os quais comprovam a exigência dos mesmos para a efetivação da matrícula (ANEXO E). Além disso, como define o art. 32, os alunos que pretendiam ingressar no curso ginásial deveriam possuir 11 anos completos ou completá-los até o dia 30 de junho, ter recebido satisfatória educação primária, assim como ter demonstrado, nos exames de admissão, aptidão intelectual para o ensino secundário (BRASIL, 1942).

Vale salientar que, no período em que o colégio iniciou as suas atividades, os exames de admissão possuíam provas escritas e orais de Português, Aritmética, Geografia e História. Para tanto, realizava-se, primeiramente, a prova escrita e depois, a oral. Ao analisarmos diversas atas gerais de tais exames, identificamos que a primeira prova a ser

realizada era a de Português. O candidato que obtivesse nota inferior a 4,0 pontos na prova escrita dessa disciplina era considerado eliminado. Os que atingiam a nota mínima prosseguiam para a prova oral e para a realização das avaliações das outras disciplinas. Verificamos que o cálculo da média de cada disciplina se dava mediante média aritmética simples da nota da prova oral e da prova escrita. Para o cálculo da média geral, somava-se a média de todas as disciplinas e o resultado era dividido por quatro. Os alunos que atingiam a nota 5,0 estariam aprovados para cursar a primeira série do ginásio.

A instituição ora pesquisada realizou o seu primeiro exame de admissão, em primeira época, nos dias 9, 10 e 11 de dezembro do ano de 1953. Esteve presente o Inspetor Federal Dr. Edmundo Pereira Canto e os membros da Comissão Examinadora constituídas pelos professores Judith Dantas Pimentel, Edgar Sponholz, Agenor Herculano Ribeiro, Nicolau Ballas Barros e Lucília de Queiroz Cerqueira (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1960). Participaram desse exame 67 candidatos, dos quais cinco foram eliminados e um obteve a reprovação. Em relação ao exame de segunda época, este ocorreu nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro de 1954. O Inspetor foi o mesmo do exame anterior, porém houve algumas alterações na Comissão Examinadora, sendo esta composta pelos professores Judith Dantas Pimentel, Clélia Xavier, Odete Alcântara Rosa, Nicolau Ballas Barros e Tomires Moreira. Realizaram os exames 73 candidatos, sendo oito deles eliminados e 17 reprovados (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1960).

Na sequência, podemos observar o certificado de aprovação do ex-aluno Tutomo Tanoue, aprovado no ano de 1953 com a média geral 5,3. Por meio dele, é possível verificar que as notas de cada disciplina, a média geral obtida pelos alunos, assim como a rubrica do inspetor de ensino e do diretor da instituição eram registradas no referido documento.



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Ginásio Municipal de Maringá
Nome do estabelecimento

Maringá Paraná
Cidade Estado


CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EM EXAMES DE ADMISSÃO
A 1.ª SÉRIE GINASIAL

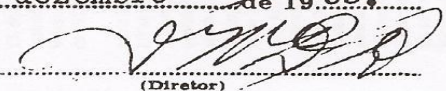
N.º 55

Certificamos que TUTOMO TANQUE
 filho de Shiguelo Tanoue
 e de Fumi Tanoue
 natural de São Paulo nascido em 12 de novembro de 19 41
 foi considerado aprovado em exame de admissão à 1.ª Série Ginasial,
 prestado em 11 de dezembro de 19 53 nos termos
 da LEI ORGÂNICA DE ENSINO SECUNDÁRIO (Decretos-leis n.º
 4.244, de 9 de abril de 1942 e 3.347, de 10 de dezembro de 1945),
 tendo obtido os seguintes resultados:

Português:.....	5,5	Matemática:.....	4,5
Geografia:.....	5,2	História do Brasil:.....	6,0
Média geral	cinco e três		(5,3)

Maringá 12 de dezembro de 19 53


(Inspector)


(Diretor)

Isento de São. ex-vi do Decreto-lei n.º 8.029, de 2-10-1945 — Modelo D. E. Sec. 501-1

Figura 28: Certificado de Aprovação em Exame de Admissão (1953)
 Fonte: Acervo da família Tanoue

Cabe dizer que, ao analisar os exames de admissão do ano de 1954, foi possível constatar um elevado número de candidatos de origem japonesa, participando das provas. Dos 140 estudantes que realizaram as avaliações, 66 eram dessa descendência. Stadniky e Pinto (1999) esclarecem que os imigrantes japoneses se deslocaram ao Brasil para trabalhar, sobretudo, nas lavouras de café do Estado de São Paulo. No entanto, algumas levaram migraram para o Norte do Paraná, devido à proximidade desse estado e em razão da fertilidade das terras norte-paranaenses, motivo este que contribuiu para a chegada dos japoneses nesse local e para o processo de colonização da região. Além disso, o professor Waldemar Alegretti nos esclareceu, por meio de seu depoimento, que o elevado número de nipônicos na instituição se devia ao grande valor que atribuíam à educação escolar, cultura esta herdada de seu país.

No que tange às orientações para a prova escrita e oral dos exames de admissão, encontramos as mesmas em Ermel e Bastos (2012), apresentadas na sequência:

PORTUGUÊS	
Prova Escrita	Prova oral
1. Ditado contendo cerca de 15 linhas (autor brasileiro contemporâneo), ao qual, no julgamento, deverão ser atribuídos, no máximo, 3 pontos; 2. Seis questões objetivas de gramática, referentes ao ditado, e abrangendo o programa da disciplina no valor de 4 pontos.	1. Leitura expressiva de um trecho de 15 a 20 linhas de autor contemporâneo; 2. Interpretação do trecho lido; 3. Questões objetivas de gramática.
MATEMÁTICA	
Prova Escrita	Prova Oral
1. Cinco questões simples, sob a forma de problema, às quais, no julgamento em conjunto, deverão ser atribuídos até 5 pontos; 2. Cinco questões de caráter prático imediato, compreendendo o programa da disciplina no valor de 5 pontos.	1. A prova oral constará de arguição sobre um ponto sorteado dentre 20, formulados sobre a matéria constante do programa.
GEOGRAFIA	
Prova Escrita	Prova Oral
1. A prova escrita de Geografia constará de 20 questões simples e objetivas, sendo dez sobre Geografia do Brasil. No julgamento em conjunto da prova, serão atribuídos até 10 pontos.	1. A prova oral constará de arguição sobre um ponto sorteado dentre 20 formulados sobre a matéria constante do programa.
HISTÓRIA	
Prova Escrita	Prova Oral
1. A prova escrita de História constará de 20 questões simples e objetivas, devendo dez das questões versar sobre o Brasil independente. No julgamento em conjunto da prova, serão atribuídos até 10 pontos.	1. A prova oral constará de arguição sobre um ponto sorteado dentre os formulados sobre a matéria constante do programa.

Quadro 5: Orientações para as provas dos exames de admissão (organizado pela pesquisadora)
Fonte: Ermel e Bastos (2012)

Em relação às orientações apresentadas, Pessanha e Daniel (2002) complementam que, no exame de Português, havia uma parte em que o candidato, com prazo de 90 minutos, deveria realizar uma redação baseada em uma figura. As autoras relatam que, no ano de 1952, houve a primeira alteração nas orientações sobre a mencionada prova. Nela

deveria constar uma redação no valor mínimo de quatro pontos sem especificar de que tipo ela seria. No ano de 1959, já fora admitida uma redação de livre escolha.

Em relação à prova de Matemática, Aksenen e Miguel (2013) esclarecem que o tempo de duração da mesma variava de 60 a 90 minutos, conforme algumas portarias que tratavam do exame de admissão. Quanto à prova oral, a Portaria nº 501 de 1952 fixou que estas deveriam ter entre 5 e 15 minutos. As autoras complementam que a Circular nº 3 de 11 de novembro de 1959, no que concerne à prova de Matemática, determinou que a realização da prova oral ficasse a critério da instituição. Observamos os documentos do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal referente a esses exames e verificamos que, a partir desse período, as provas orais foram eliminadas, exceto a da disciplina de Português, que permaneceu até o ano de 1963.

Ao analisarmos as atas dos exames de admissão do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal na década de 1950, deparamos com um elevado número de reprovos e eliminações por parte dos aspirantes à primeira série do ginásio. Nesses documentos, foram colhidos os seguintes dados:

Ano	Candidatos Total	Reprovados		Eliminados	
		1ª Época	2ª Época	1ª Época	2ª Época
1954	140	1	17	5	8
1955	109	16	14	0	0
1956	200	15	0	20	24
1957	344	41	16	88	122
1958	374	23	15	23	93
1959	485	59	33	112	85

Quadro 6: Reprovas e eliminações nos exames de admissão, década de 1950

(elaborado pela pesquisadora)

Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1953-1960)

Constatamos, mediante a análise do quadro apresentado, que a cada ano se elevava o número de candidatos a realizar os exames e, por conseguinte, havia o acréscimo no número de reprovos e de eliminações. Identificamos a mesma situação ao analisarmos as atas de exames da década de 1960, como podemos observar no quadro 7. No entanto, devemos ressaltar que, em relação aos anos de 1962 e 1963, só apuramos os dados dos exames de primeira época por não haver registros dos exames realizados em segunda

época. Nesse contexto, é necessário revelar que, a partir do ano de 1962, foi extinto o termo eliminado, passando a serem usados somente os conceitos aprovado ou reprovado.

Ano	Inscritos	Reprovados	Eliminados
1960	412	24	260
1961	387	46	177
1962	56	32	-
1963	56	34	-
1964	110	73	-
1965	140	100	-
1966	143	107	-
1967	87	59	-
1968	141	98	-
1969	49	29	-

Quadro 7: Reprovados e eliminados nos exames de admissão, década de 1960 (elaborado pela pesquisadora)

Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1960-1971)

Em relação aos exames de admissão da década de 1960, é pertinente divulgar que, a partir do ano de 1965, os alunos não aprovados em primeira época não realizariam todas as provas dos exames de segunda época, mas somente as avaliações das disciplinas em que não alcançaram aprovação.

No que concerne ao ano de 1970, não foram encontrados registros das provas realizadas nesse período. Já em relação a 1971, último ano dos exames, houve a participação de 580 candidatos, dos quais 210 foram reprovados.

Com base nos quadros 6 e 7, é possível verificar o elevado número de alunos que não conseguiram aprovação nos exames de admissão da instituição. Desse modo, ressaltamos que tais exames restringiram o acesso de muitos indivíduos ao ensino secundário, devido ao seu caráter seletivo, bem como se constituíram em uma barreira para muitas pessoas galgarem níveis mais elevados de escolarização, como explicitam Aksenen e Miguel (2013, p. 13):

[...] os exames de admissão ao ginásio podem ser considerados mecanismos de seleção, controle e restrição de acesso à continuidade nos

estudos. Inseridos em um período da educação brasileira no qual o ensino secundário foi marcado pelo caráter elitista e enciclopédico, rigidamente controlado por um sistema de provas. Compreende-se que o ingresso ao ginásio por meio dos exames de admissão tenha marcado a educação brasileira por um mecanismo de valorização de uns em detrimento a outros, desconsiderando as possibilidades de cada indivíduo, suas origens, seus estímulos e as próprias diferenças individuais.

Em relação aos documentos analisados, também constatamos que uma grande parte dos candidatos que obtiveram a aprovação, quando não atingia uma nota satisfatória na prova escrita de uma disciplina, recuperava a mesma na prova oral. Além disso, os indivíduos que não conseguiam atingir a média em alguma das matérias recuperavam suas notas nas outras, o que lhes garantia a média geral mínima de 5,0 pontos, necessária para ingressarem no curso ginasial.

A aprovação nos exames de admissão tornara-se motivo de orgulho e satisfação para a maioria dos indivíduos e seus familiares, pois lhes possibilitava “[...] galgar posições de respeito e reconhecimento social” (MINHOTO, 2008, p. 459). Cabe ressaltar que tais exames vigoraram por 40 anos, sendo os mesmos extintos com a promulgação da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1971, a qual instituiu o ensino obrigatório de primeiro grau dos 7 aos 14 anos de idade.

4.2 AVALIAÇÃO ANUAL: EXAMES DE SEGUNDA ÉPOCA

Para os alunos que tiveram dificuldades com a aprendizagem durante o ano letivo, era realizado na instituição o exame de segunda época. Esses exames eram realizados pelos estudantes que não conseguiam a média final 5,0 nas disciplinas cursadas durante o ano. As provas eram orais e escritas, e ocorriam no mês de fevereiro, antes do início das aulas.

Localizamos um livro ata do período de 1954 a 1958 e verificamos que os primeiros exames de segunda época da instituição foram realizados nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro do ano de 1955. Deles participaram alunos da primeira, segunda e terceira séries do ginásio. Na sequência, apresentamos as disciplinas e o número de alunos da primeira série que participaram desses exames.

Disciplinas	Número de alunos
Matemática	03
Português	04
História	14
Geografia	04
Desenho	13
Francês	03

Quadro 8: Exames de segunda época realizados pelos alunos da primeira série do ginásio (1955) (elaborado pela pesquisadora)
Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1954-1958)

De acordo com os documentos, nas disciplinas de Matemática, Desenho e Francês, somente um aluno foi aprovado em cada uma delas; em Português, História e Geografia, os alunos não conseguiram aprovação (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1954-1958). Cabe dizer que a média final era calculada, mediante média aritmética da nota de exercícios realizados em sala de aula, das provas parciais e dos exames de segunda época. Os alunos que atingissem a média 5,0 estariam aptos para cursar a série subsequente.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário em seu capítulo XII, artigo 45, nos esclarece sobre a média de exercícios:

Mensalmente, de abril a novembro, será dada, em cada disciplina, e a cada aluno, pelo respectivo professor, uma nota resultante da avaliação de seu aproveitamento por meio de exercícios realizados em aula. Se, por falta de comparecimento, não se puder apurar o aproveitamento de um aluno, ser-lhe-á atribuída a nota zero. A média aritmética das notas de cada mês, em uma disciplina, será a nota anual de exercícios dessa disciplina (BRASIL, 1942).

Assim, a nota de exercícios foi outro elemento que possibilitou ao professor diagnosticar a aprendizagem dos alunos. Em relação aos exames de segunda época, foi possível observar, por meio das atas do período de 1954 a 1958, que, a partir do ano de 1956, houve um aumento no número de alunos que realizaram as provas das disciplinas de Português, Matemática e Francês; e os anos de 1956 e 1957 foram os que apresentaram maior quantidade de estudantes a participarem desses exames.

4.3 EXAMES DE ADAPTAÇÃO

Os exames de adaptação foram instituídos para adequar a matriz curricular dos alunos oriundos de outras instituições quando fosse diferente da existente no novo estabelecimento de ensino. Em relação ao Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, este, desde o início de suas atividades, realizou tais exames, pois recebeu alunos de várias instituições com estrutura curricular diferenciada daquela seguida por seu quadro discente. Para tanto, seguiu as orientações do Decreto nº 34.330 de 21 de outubro de 1953, o qual determinava, em seu art. 4º, que os exames de adaptação deveriam ser realizados no decorrer do primeiro ano letivo na instituição em que o candidato pretendesse ingressar, sendo permitida a matrícula condicional até a realização dos mesmos; em caso de reprovação, o estudante poderia prestá-lo novamente, porém somente noventa dias depois (BRASIL, 1953).

De acordo com o livro ata do colégio, o primeiro exame de adaptação nele realizado ocorrera nos dias 28 e 29 de maio de 1955. No entanto, não especifica em qual série o candidato fora matriculado. Este realizou as provas de Latim e de História do Brasil, como podemos observar no quadro a seguir.

Aluno	Disciplinas					
	Latim			História do Brasil		
Francisco Santana Rezende	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média
	4,0	6,0	5,0	4,5	5,5	5,0

Quadro 9: Exame de adaptação, em primeira época, das provas de Latim e História do Brasil (1955)

Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1955-1970)

Participaram da banca de Latim e de História do Brasil os professores Yone Bonatto, 1ª examinadora; Waldemar Allegretti, 2º examinador; e Nadyr Maria Allegretti, presidente. Verificamos que o cálculo da média de cada disciplina se dava mediante média aritmética simples da nota da prova oral e da prova escrita. O candidato estaria aprovado, caso atingisse a média 5,0 em cada uma delas.

Ao analisar as atas de exames de adaptação, identificamos que estes também eram realizados em época especial, porém com a devida autorização da Inspetoria Seccional de Curitiba, como foi o caso da estudante Neuza Miranda, que realizou as provas no dia 25 de novembro de 1955. Na sequência, apresentamos os resultados obtidos por ela nas provas de Latim e de História do Brasil.

Aluno	Disciplinas					
	Latim			História do Brasil		
Neuza Miranda	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média
	4,0	5,0	4,5	5,5	6,5	6,0

Quadro 10: Exame de adaptação, em época especial, das provas de Latim e História do Brasil (1955)

Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1955-1970)

Com base nos resultados do quadro 10, é possível verificar que a referida aluna foi aprovada somente na disciplina de História do Brasil. Vale salientar que, junto ao supracitado documento, encontramos duas provas realizadas pela aluna Neusa Yukie Hasegawa para a primeira série, sendo elas de Português e Ciências, as quais ocorreram nos dias 13 e 16 de março de 1970. No livro ata, constavam os conteúdos que poderiam ser abordados no exame de Português. São eles: substantivo, predicado verbal e nominal, predicativo do sujeito, objeto direto e indireto, adjunto adnominal, concordância verbal e nominal, e acentuação gráfica. Para o exame de Ciências, seria abordado o tema Água, envolvendo questões, tais como: utilidades, importância, peso, pressão, princípio de Arquimedes, estados físicos e suas mudanças, ciclo da água, composição e purificação. Fizeram parte da banca de Português os professores: Walter Pelegrini, presidente; Marli Maciel de Campos, 1ª examinadora; João de Godoy, 2º examinador; já a banca de Ciências foi composta pelos professores: Luiza Harumi Yamaoka, presidente; Washington de Menezes, 1º examinador; e Pedro Colibava, 2º examinador (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1955-1970).

A prova de Português, realizada no dia 13 de março, continha duas questões. Na primeira, era solicitada uma redação sobre o tema “A cidade onde moro”. Na segunda, havia três itens a ser respondidos: no primeiro deles, era necessário realizar a divisão silábica de algumas palavras; no segundo, as palavras deveriam ser colocadas no plural; e no terceiro item, era preciso dar o superlativo dos adjetivos solicitados. Nesse exame, a estudante foi aprovada com a nota 8,0. Sobre a prova de Ciências, esta foi realizada no dia

16 de março e continha 10 questões dissertativas sobre o tema Água. Nessa prova, a aluna recebeu a aprovação com a nota 9,5 (ANEXO F).

Desse modo, podemos observar que o colégio seguiu as diretrizes, no que concerne aos exames de adaptação, e adequou, quando necessário, a grade curricular dos alunos provenientes de outras instituições, conforme a oferecida em seu estabelecimento de ensino.

4.4 CONSTITUIÇÃO DAS TURMAS

A escolarização dos meninos e das meninas em salas separadas foi uma das práticas escolares identificada por meio das entrevistas e dos documentos disponíveis na instituição. Sobre esse aspecto, o Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, ao iniciar as suas atividades, seguiu as determinações da Lei nº 4.244/42, que estabelecia as seguintes prescrições sobre a educação feminina:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar (BRASIL, 1942).

Assim, é necessário explicitar que esse tipo de instrução é resultado da que fora disseminada no país desde o período colonial, a qual recebeu influência da mentalidade europeia, em que as mulheres eram concebidas como seres frágeis, inferiores e deveriam ser educadas para o cuidado do lar e dos filhos. Apesar de, nesse momento, as mulheres terem o direito de se escolarizarem, esse ensino tinha como ponto nuclear o desenvolvimento de suas funções como mãe e esposa, não sendo destinado a formá-las como futuras profissionais liberais, pois tal papel deveria ser desempenhado pelos homens.

Desse modo, podemos compreender o porquê de, na constituição das turmas do colégio, meninos e meninas estudarem em salas distintas. Contudo, é necessário ressaltar que, nas turmas únicas, eram escolarizados os estudantes de ambos os sexos. Além disso, foi possível identificar, mediante a análise dos documentos, que, a partir do ano de 1955, geralmente, a última turma formada em cada série apresentava-se composta de forma mista. Essa situação relaciona-se ao fato de que a separação dos alunos de tais classes seria inviável, pois acarretaria o problema referente à falta de espaço vivenciado pela instituição. Na sequência, podemos observar a imagem de uma sala de aula formada exclusivamente por meninas.



Figura 29: Quarta série A (1963)
Fonte: Acervo da família Saes Wihby

A figura 29 apresenta a sala da quarta-série A, no ano de 1963, com as alunas utilizando o uniforme requerido pela instituição e desenvolvendo os seus estudos separadamente dos garotos.

É importante revelar que, ao analisarmos a composição das turmas, observamos que a separação entre meninos e meninas perdurou até o ano de 1965. Assim que assumiu a direção do colégio, no ano de 1966, o professor Basílio Baccarin teve a iniciativa de tornar todas as turmas mistas. Por meio de um documento elaborado pelo referido professor, foi possível constatar que ele enfrentou várias críticas, devido a essa decisão, mas a tomou com pulso firme.

Para se ter uma ideia, pela manhã estudavam os meninos e à tarde, as meninas. Isto era absolutamente imutável. Tomei a iniciativa de misturar meninos e meninas num mesmo período, inclusive com turmas mistas. Foi o maior escândalo. Muitas mães não admitiam a ideia e achavam que o diretor era imoral. Se não bastassem as mães, alguns professores também chegaram a dizer que jamais dariam aulas para turmas mistas. Mantive a decisão e exigi dos professores que não concordavam que justificassem por escrito. Dentro de poucos dias tudo deu certo e os professores passaram a gostar da iniciativa, inclusive alegando que havia melhorado a disciplina nas turmas mistas (BACCARIN, 2003, p. 7).

A partir desse momento, o colégio passou a oferecer suas atividades educacionais em regime de coeducação sem transtornos para a atuação dos mestres e para o aprendizado dos alunos, afirmou o professor nesse documento. Conforme relatos de ex-alunos e ex-professores, a instituição apresentava um bom nível de ensino, o qual contribuiu para a aprovação de seus estudantes em várias universidades do país. Sobre esse aspecto, apresentamos os seguintes depoimentos:

Foi pra mim um dos melhores colégios que Maringá já teve em todas as épocas. O Colégio Gastão Vidigal era um excelente colégio, um nível muito bom [...]. O nível era tão bom que as pessoas faziam o Colégio Gastão Vidigal, depois prestavam o vestibular para as nossas universidades e eram aprovados. Ninguém fazia cursinho; era de excelente nível (PADRE ORIVALDO ROBLES).

Estudei no Colégio Gastão Vidigal por causa da fama dele e até por que naquela época não tinha tanta disponibilidade como tem hoje (NILZA PEGORARO).

Na época o colégio era considerado padrão em nível de Estado. Seguramente, estava entre os três ou quatro melhores colégios. Por isso, procurei primar o máximo possível pelo nível de ensino. Os nossos alunos passavam nos vestibulares sem necessidades de cursinhos [...] (BASÍLIO BACCARIN).

Os relatos exprimem o quão conceituado era o Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal para a população maringaense e o quanto a atuação de seus mestres colaborou para a formação da classe estudantil e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do município.

4.5 DISCIPLINA ESCOLAR

A questão da disciplina foi a primeira prática escolar a ser abordada pela maioria dos entrevistados. Assim, foi possível observar, mediante os depoimentos, que a “formação de filas”, o canto do “Hino Nacional”, o “respeito e obediência aos professores” e a “rigidez” eram práticas constantes na instituição. Vejamos, respectivamente, os relatos dos entrevistados das décadas de 1950, 1960 e 1970:

Toda semana se cantava primeiro o Hino Nacional, depois o Hino à Bandeira e o Hino à Maringá. Cantávamos para treinar, para aprender (TUTOMO TANOUE).

Lembro-me que toda segunda-feira se cantava o Hino Nacional (NILZA PEGORARO).

A fila era uma organização, mas isso ainda era normal. Formava-se fila, cantava-se o Hino Nacional. Com a ditadura era mais rigoroso, era obrigado a cantar o hino toda semana, aliás, já se fazia isso [...] (BASÍLIO BACCARIN).

Desse modo, podemos apreender que a disciplina, no depoimento dos entrevistados, era um elemento de grande valia o qual deveria ser cultivado, a fim de fomentar o senso de responsabilidade e de civismo nos estudantes. Contudo, foi no período da ditadura militar que estas e outras práticas escolares foram ainda mais incentivadas e fizeram parte da rotina semanal do colégio, como meio de desenvolver nos alunos a conduta adequada e o respeito à Pátria. Valério (2012) pontua que, nesse período, as escolas públicas deveriam funcionar como modelos de ordem e disciplina. Para isso, realizava-se o culto à bandeira, a organização em filas para a entrada dos alunos, o uso do uniforme escolar, dentre outras práticas.

É fundamental esclarecer que tais atitudes estavam em consonância com a corrente pedagógica vigente, o tecnicismo. Para o tecnicismo, cuja base de sua sustentação teórica é a psicologia behaviorista, o importante é formar indivíduos eficientes e disciplinados, objetivos alçados pelo reforço do comportamento. Nesse sentido, Libâneo (2006, p. 29) expressa que

[...] A educação atua, assim, no aperfeiçoamento da ordem social vigente (sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo; para tanto emprega a ciência da mudança de comportamento, ou seja, a tecnologia comportamental. Seu interesse imediato é o de produzir indivíduos “competentes” para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas.

Nessa pedagogia, a prática pedagógica tem como função especial equacionar a escola com a proposta econômica e política do regime militar, preparando mão de obra para ser aproveitada pelo mercado de trabalho. Além disso, a mudança de comportamento, por meio do reforço de certas atitudes, tinha como objetivo principal adaptar os estudantes à sociedade, tornando-os submissos à ordem vigente.

Em relação à questão disciplinar em sala de aula do colégio, Waldemar Allegretti, professor da década de 1950, nos revelou que esta era bem diferente da realidade atual. Os estudantes viam o professor como uma figura de respeito e a indisciplina era praticamente inexistente. Assim, expressou que as turmas do colégio eram “bem diferentes do que é hoje. O professor era o “professor”, os alunos tratavam seus mestres com muito respeito” (ALLEGRETTI, 2013). Já o professor Basílio Baccarin nos relatou que quando começou a lecionar na instituição, na década de 1960, a mesma estava bem desorganizada e havia problemas com a indisciplina de alunos. Ele contou-nos que, logo que foi designado diretor, não mediu esforços para contribuir para a solução desses problemas. Assim, nos relatou:

Comecei e ela estava bem desorganizada: faltava professor; não existia professores formados; eram improvisados os professores. O colégio crescia e precisava sempre de mais professores. Comecei a lecionar, mas o colégio estava bem abandonado. O diretor da época estava pedindo demissão e não queria continuar. Então o colégio estava bem desorganizado. Comecei a lecionar e pôr ordem na casa. [...] conseguimos organizar e mantive a disciplina; fui intransigente com a disciplina [...] (BACCARIN, 2013).

Basílio Baccarin contou-nos que, quando assumiu novamente o cargo de diretor nos anos de 1970 a 1973, o colégio era constituído por mais de 3000 alunos e a indisciplina era algo que ocorria diariamente. Devido a isso, adotou um livro de ocorrências, no qual eram anotados todos os atos de indisciplina cometidos pelos alunos. Quando havia reincidência, os pais eram chamados e o educando era suspenso das aulas. Além disso, o referido entrevistado cobrava a participação e a ajuda da família para que acompanhassem o comportamento de seus filhos no colégio (BACCARIN, 2013).

Encontramos, nos arquivos da instituição, várias ocorrências assinadas por alunos e pelo professor Basílio Baccarin, o que ratifica o uso desse instrumento, no que tange aos problemas disciplinares que ocorriam diariamente no espaço escolar. As anotações

englobavam mau comportamento, namoro no pátio do colégio, não cumprimento às regras e outras situações. Há vários casos em que eram solicitados aos alunos indisciplinados trabalhos escolares, tais como pesquisas e resumos, como forma de punição pelos seus atos indevidos (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1968-1972).

4.6 FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Ao pesquisar sobre uma instituição de ensino, Nosella e Buffa (2008) nos aconselham o estudo do seu corpo docente, assim como de sua formação acadêmica. Nesse sentido, abordaremos a questão formativa dos professores que atuaram no Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, com o intuito de compreender a qualificação destes para o exercício do magistério.

É fundamental relatar que, no ano em que o mencionado colégio fora criado, não havia, no município, escolas para formação de professores, e os que gostariam de cursar o ensino superior tinham que realizá-lo em outra localidade. Sobre essa questão, Waldemar Allegretti nos explicou que

[...] quando o Norte do Paraná foi colonizado, as famílias vieram com seus filhos em idade escolar. Aqueles que tinham condições financeiras mandavam os filhos para o internato em Jacarezinho ou São Paulo. As crianças que não tinham essas condições terminaram aqui o primário e ficaram sem poder estudar. Então, o Governo do Estado resolveu criar uma série de ginásios no Norte do Paraná. No entanto, só havia nessa época, escolas superiores para professores em Curitiba. Assim, [para dar aula] foi se aproveitando de advogados, contadores, ex-seminaristas... (ALLEGRETTI, 2013).

Desse modo, devido à carência de profissionais especializados na área da educação, ocupou o cargo de docência nessa instituição uma quantidade expressiva de pessoas sem a devida formação acadêmica, o que pode ser verificado, mediante análise do livro ata dos cadastros de seus professores. No ano de 1954, existem dois registros nesse documento, são eles: Ruy Rebello Vieira, formado em Direito, História e Geografia; e Oltino Borba, graduado em Direito (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1954-1969).

No que concerne ao ano de 1955, há dez registros no referido livro ata. Assim, de posse desses dados, foi possível melhor constatar essa situação, apresentada por meio do quadro a seguir:

Professor	Formação
Aniceto Matti	Conservatório Musical
Dalysbor Gomes de Oliveira	Curso de Educação Física
Geraldo Altoé	Ginasial - Clássico
Giampero Monacci	Curso Superior de Inglês e Francês
Idalina Augusta Allegretti	Ginasial
José Hiran Sallée	Colegial Clássico - Seminário
Nadyr Maria Allegretti	Escola Normal Secundária
Oltino Borba	Curso de Direito
Ruy Rebello Vieira	Curso de Direito
Waldemar Allegretti	Curso Técnico de Contabilidade

Quadro 11: Registro dos professores (1955) – (elaborado pela pesquisadora)
Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1954-1969)

Acerca disso, é possível verificar que, dentre esses professores, vários não possuíam a formação adequada para exercer o magistério, como foi o caso de Waldemar Allegretti. Este nos pontuou que: “[...] acabei sendo improvisado professor como a maioria da época. Naquela ocasião tinha advogado, mas a maioria eram pessoas que tinham nível médio, ex-seminaristas, pessoas que sabiam um pouquinho mais que os alunos”. Contudo, para lecionar, as pessoas que não possuíam formação na área da educação precisavam ser aprovadas no exame de suficiência. Sobre esse aspecto, o referido professor complementou:

O Ministério da Educação criou o exame de suficiência. Quem passasse nesse exame recebia um certificado para poder lecionar onde não houvesse faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A maioria de nós [professores da época], com raríssimas exceções, são pessoas oriundas desse meio (ALLEGRETTI, 2013).

É possível compreender, por meio desse relato, que diversas pessoas exerceram o magistério sem qualificação na área de ensino, em virtude da aprovação nos exames de

suficiência. Assim, ao analisarmos os registros no livro ata referentes aos anos de 1956 a 1959, identificamos a mesma condição. Desse modo, apresentamos, no quadro que segue, a quantidade de professores com a devida formação na área da educação e os que não a possuíam.

QUADRO DOCENTE		
Ano	Com formação na área da educação	Sem formação na área da educação
1956	05	04
1957	07	07
1958	09	11
1959	15	12

Quadro 12: Formação do quadro docente no período de 1956 a 1959 (elaborado pela pesquisadora)
Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1954-1969)

Com base nos dados apresentados, é possível verificar o elevado número de docentes sem qualificação para o magistério. Em relação à década de 1960, iremos apresentar as informações referentes aos anos de 1960 a 1964, pois a partir do ano de 1965, identificamos vários cadastros com o campo da formação em branco, os quais impossibilitaram a apuração dos dados.

QUADRO DOCENTE		
Ano	Com formação na área da educação	Sem formação na área da educação
1960	19	09
1961	18	08
1962	13	12
1963	20	08
1964	23	19

Quadro 13: Formação do quadro docente no período de 1960 a 1964 (elaborado pela pesquisadora)
Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1954-1969)

Por meio do quadro 13, constata-se o crescimento no número de profissionais habilitados na área da educação, porém havia a ocorrência de professores que ministraram aulas sem licenciatura. Sobre a contratação de pessoas sem a devida formação para o magistério, também destacamos o caso da professora Maria Sellmann, que assumiu aulas de Francês – por apresentar bom desempenho nessa disciplina – no ano de 1962, enquanto cursava o colegial na própria instituição. Assim nos relatou: “Eu estava no terceiro colegial. Estudava e lecionava ao mesmo tempo. Estudava à noite e ministrava aulas pela manhã. Inicialmente, [...] comecei com a disciplina de Francês” (SELLMANN, 2013). Esse fato não apenas ratifica a falta de profissionais na área de educação, mas também revela uma das maneiras de suprir o quadro de professores do colégio naquela época.

Outro fato que não podemos deixar de mencionar refere-se à contratação de Marli Maciel de Campos, primeira professora formada na área de ensino, vinda de fora, para lecionar na instituição. A mencionada docente possui formação em Letras Clássicas e iniciou as suas atividades no ano de 1964. Por meio de suas palavras, podemos verificar a situação formativa em que se encontrava o corpo docente do colégio:

[...] havia professores de Português, mas não eram formados, como: ex-padres, ex-seminaristas e advogados. Pessoas formadas em Engenharia e Contabilidade davam Matemática. Havia só três ou quatro professores formados que eram da cidade. Eu fui a primeira professora formada, de fora, a lecionar no colégio (CAMPOS, 2013).

Mediante as palavras da referida professora, podemos compreender que vários alunos foram escolarizados por profissionais de diversas áreas. Contudo, é necessário salientar que, entre os anos de 1965 a 1975, não foi possível determinar a condição formativa dos professores, devido à falta desse registro em seus cadastros. No entanto, verificamos, pelos dados colhidos, que diversos profissionais e, até mesmo, estudantes, ministraram aulas na instituição, devido ao número insuficiente de pessoas habilitadas na área da educação.

4.7 FANFARRA

A fanfarra foi outra prática escolar ressaltada nos depoimentos de ex-alunos e ex-professores, e era uma prática comum nesse período em escolas do Brasil. Cabe salientar que a sua gênese remonta

[...] ao período do Brasil Colônia, com as bandas organizadas pelas irmandades religiosas e pelos senhores de engenho. Nas bandas das irmandades, os músicos tocavam em troca do aprendizado de leitura e escrita, e especificamente em busca do aprendizado musical. As bandas organizadas pelos senhores de engenho, conhecidas como bandas de fazenda, eram compostas por músicos-escravos que tocavam em troca de sustento (CAMPOS, 2008, p. 105).

A referida autora complementa que, no século XVIII, os fazendeiros tinham o costume de medirem sua fortuna e seu poder por meio da banda de música. Já em relação ao século XIX, assinala que essa atividade era uma forma de entretenimento e lazer a qual reunia uma expressiva quantidade da população nos coretos das cidades.

Desse modo, podemos verificar que a fanfarra teve origem há anos e, do início do século XX até a década de 1970, esteve atrelada aos princípios cívico-patriotas do país. Fora organizada na instituição em estudo desde os primeiros momentos em que passou a atender os ginásios. O responsável por iniciar os ensaios com os alunos foi o professor Hiran Sallée. Sobre ele, relatou Waldemar Allegretti: “Ele foi o grande incentivador. Arrumava recursos para comprar os equipamentos. A cidade colaborava, pois depois a fanfarra ia desfilar no dia 10 de maio, no dia 7 de setembro, então era ele que ensaiava nos dias de folga”. Contou-nos que todos os alunos, desde que tivessem vontade, poderiam participar dessa atividade e destacou que, para os estudantes, ser membro da fanfarra era motivo de satisfação, era algo a mais.

No entanto, no final da década de 1950, a fanfarra foi desativada. Segundo Silva (2013), presume-se que um dos motivos relaciona-se à falta de condições financeiras para a compra e a manutenção dos instrumentos. Basílio Baccarin, ao assumir a direção do colégio no ano de 1966, iniciou a recuperação dos instrumentos que estavam no depósito da instituição em condições precárias. No entanto, necessitava de alguém para dirigir a fanfarra. Fez um pedido a um dos alunos que era entusiasta por ela, João Roberto Zingra, que aceitou o desafio e começou a reorganizá-la. Contudo, a presença do diretor nos ensaios era constante para manter a disciplina dos estudantes que dela participavam (BACCARIN, 2003).

No início, a fanfarra do colégio era composta por 25 meninos que, de forma modesta, apresentavam-se nos desfiles da cidade. Isso ocorria, em virtude dos instrumentos velhos e da falta de um uniforme adequado para os seus membros (BACCARIN, 2003). No entanto, a partir desse momento, a fanfarra recebeu incentivos de alguns diretores da instituição e evoluiu.

Constatamos, em alguns documentos da instituição, que os integrantes da fanfarra pediam auxílio financeiro à prefeitura municipal. O ofício nº 112/70, dirigido ao prefeito Adriano Valente (1969-1972), solicitava uma verba para a aquisição de novos instrumentos. Ainda foi possível identificar, por meio de outros ofícios, a ajuda da prefeitura, no que concerne à cessão de ônibus para conduzir tais membros a concursos em São Paulo e Ponta Grossa. Cabe dizer, baseado nos documentos, que a fanfarra recebeu vários convites para se apresentar em abertura de jogos e desfiles da cidade. Um deles foi feito pelo Secretário de Educação e Cultura, Luís Gabriel Sampaio, para que a mesma participasse da abertura dos Jogos Abertos de Maringá, no ano de 1970 (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1968-1973).

É fundamental ressaltar que a atividade da fanfarra, durante o regime militar, esteve, de certa forma, atrelada à disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) cuja matéria se tornou obrigatória na matriz curricular das escolas, mediante o Decreto-Lei nº 869/69. Contudo, foi a partir do Decreto-Lei nº 68.065/71, que várias atividades extracurriculares foram incentivadas em decorrência desse estudo, dentre elas, as de natureza cultural, artística e de recreação.

Nesse sentido, Facci e Veronezzi (2013, p. 4) expressam que a disciplina de EMC foi instituída “[...] com objetivos bem definidos e dentre eles estava o civismo. Mas a preocupação da política educacional militar não se voltava somente para os períodos nos quais os alunos ficavam dentro da sala de aula ou da circunscrição da escola”. Desse modo, é possível inferir que a preocupação do governo ia além dos horários de aula, pois sua atenção voltava-se também para o que os estudantes faziam fora do ambiente escolar.

Em relação à fanfarra do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, esta realizava os ensaios e as atividades em horários anteriores ou posteriores às aulas, e a partir do final da década de 1960, esse agrupamento musical servia – apesar de não ser uma obrigação regulamentada em lei – como uma educação moral e cívica extracurricular, a qual foi identificada em vários documentos da escola (FACCI; VERONEZZI, 2013).

Vale destacar, ainda, o empenho do instrutor Zingra, como era chamado pelos colegas, o qual esteve à frente dessa corporação por 12 anos. Ao relembrar esses momentos, relatou:

Fanfarra naquela época era empolgante e todos os garotos queriam participar. Embora a vizinhança reclamasse do barulho, todo mundo, inclusive os vizinhos, reconhecia sua importância para a vida escolar, pois era uma forma de exercitar a disciplina dos garotos, reforçar-lhes o civismo e ainda colocá-los em contato com a música (O DIÁRIO.COM, 2011).

As palavras do referido instrutor demonstram o quão importante era a atividade da fanfarra para a comunidade escolar e para a formação dos estudantes. Acerca disso, vale salientar que a fanfarra do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, ao participar de concursos fora do estado, conseguiu, em vários deles, as primeiras colocações. Isso demonstra o nível que ela atingira. A apresentação contava com um ótimo instrumental e os membros, com um belo uniforme: calça branca e agasalho preto com um detalhe na cor laranja. A foto a seguir mostra a evolução da fanfarra em um concurso realizado na cidade de São Paulo, no ano de 1974, no qual obteve o segundo lugar.



Figura 30: Fanfarra do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal
Fonte: Acervo de Eliel Diniz

Por meio dessa imagem, é possível verificar o grande número de estudantes que faziam parte da corporação. Assim, é fundamental relatar que a fanfarra do Colégio Gastão

Vidigal abrilhantou vários desfiles e várias festividades da cidade por muitos anos. No entanto, no final da década de 1980, a banda foi extinta e os seus instrumentos foram doados ao Colégio Estadual Branca da Mota Fernandes.

4.8 FEIRA DE CIÊNCIAS

A atividade mais evidenciada nos depoimentos dos entrevistados diz respeito à Feira de Ciências. O seu idealizador foi o professor Baccarin que, sob a direção do colégio no ano de 1966, organizou primeiramente uma exposição com os melhores trabalhos desenvolvidos em diferentes disciplinas. Essa motivação se deu em decorrência do fato de que “[...] os trabalhos eram tão bons que surgiu a ideia de fazer uma exposição dos melhores deles fora do colégio” (BACCARIN, 2003, p. 17).

Os trabalhos foram expostos em uma das maiores lojas da Avenida Brasil, a Plenolar Fuganti. O gerente do estabelecimento cedeu uma área da loja para que a exposição fosse realizada. Houve uma intensa visitação e o evento superou as expectativas (BACCARIN, 2013). Essa atividade rendeu elogios à equipe do colégio e foi veiculada no jornal Folha do Norte do Paraná do dia 29 de novembro de 1966. A notícia expressa o sucesso dessa atividade e alega que aproximadamente 10.000 pessoas assinaram o livro de presença. Traz em seu conteúdo que os trabalhos expostos seriam selecionados por uma comissão especializada, de modo que os melhores seriam enviados a Curitiba para fazer parte de uma exposição que estava sendo organizada pelo Centro Estudantil Maringaense, com sede naquela capital (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1966). Na sequência, apresentamos uma imagem desse acontecimento.



Figura 31: Exposição de trabalhos, ano de 1966
Fonte: Acervo do professor Basílio Baccarin

A figura 31 nos permite observar o grande número de projetos desenvolvidos pelos alunos do colégio e expostos no pequeno espaço cedido para a sua divulgação.

Com efeito, é importante expressar que a 1ª Feira de Ciências ocorreu, de fato, no segundo mandato de diretor do professor Baccarin, no ano de 1970. Este recorda que professores e alunos se empenharam demais para a realização da mesma. Assim, nos revelou: “Fizemos lá na Júpiter [loja]. Um lugar grande e enorme. Fizemos uma “senhora” feira de ciências” (BACCARIN, 2013).

Acerca dessa atividade, Góes e Barolli (2010) nos esclarecem que sua gênese no Brasil ocorreria na década de 1960, com o objetivo de desenvolver a formação científica dos cidadãos em consonância com o processo de desenvolvimento industrial, tecnológico e científico em que o país se encontrava pós-Segunda Guerra Mundial. As autoras expressam que o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBCC), na cidade de São Paulo, foi uma das instituições que teve a iniciativa de realizá-la com o intuito de alterar o ensino memorístico e teórico da disciplina de Ciências, imprimindo-lhe um caráter prático e experimental.

Com esse olhar e condizente com o objetivo de tal atividade, o professor Baccarin incentivou a realização de tal prática na escola. Cabe dizer que, devido à repercussão e qualidade dos trabalhos expostos e apresentados nas feiras de ciências, os membros do colégio decidiram organizar uma ainda maior, mas em nível nacional. Assim, foi realizada nos dias 12 a 15 de outubro de 1972 a Feira Nacional de Ciências (FENACI). Essa

atividade procedeu-se de maneira bem elaborada, na qual todos os professores envolveram-se, sendo a mesma constituída por um presidente, o professor Adão Ferreira de Freitas, e uma diretoria, que a organizou. Os alunos do curso clássico, que também queriam participar, auxiliaram na divulgação do evento, assistidos pela professora Marli Maciel de Campos. Houve um grande interesse manifesto pelos estudantes do país em participar do evento. Assim sendo, a FENACI contou com representantes de 16 estados (BACCARIN, 2013). Conforme a professora Marli, a feira ocorreu nas dependências do antigo Ceasa, local em que atualmente funciona o Shopping Avenida Center, e foi marcada pela hospitalidade dos alunos, por acomodarem, em suas residências, os colegas que vinham de outros estados (MACIEL, 2013).

A matéria publicada em O Jornal, do dia 26 de setembro de 1972, noticiava que só de Maringá havia cerca de 1.000 trabalhos a serem expostos, sendo a maioria deles dos alunos do Colégio Gastão Vidigal (O JORNAL, 1972).

Para esse evento, foi criado um hino: “SALVE A FENACI”. A letra foi composta por Ary Pereira Braga e a música por Anicetto Matti e Leny de S. Braga. Eis a composição:

SALVE A FENACI

La ra... la... la... (7 vezes) ...Brasil

A Pátria brasileira majestosa,
De sol dourado, Dom do Eterno Pai,
Juventude altaneira, portentosa, } Bis
Levantai, erguei a voz, cantai!

Do Prata ao misterioso Amazonas,
Do Oeste até o mar territorial,
Eia! CRUZ VIVENTE, marcha triunfal! } Bis
Avante! Mocidade, esperança do Brasil!

La ra... la... la... (7 vezes)

Oh! Salve grande Feira Nacional,

Estandarte promovendo integração,
 Caravana visitante, radiosa, } Bis
 Sois benvinda à “Cidade Canção”!

Do Prata ao misterioso Amazonas,
 Do Oeste até o mar territorial,
 Eia! CRUZ VIVENTE, marcha triunfal! } Bis
 Avante! Mocidade, esperança do Brasil!

La ra... la... la... (7 vezes) ...BRASIL

A comissão central organizadora elaborou um estatuto para a FENACI, o qual estabelecia as normas para a sua realização e organização. Em relação à finalidade da feira, o referido estatuto expressava, em seu art. 2, que essa atividade visava a estabelecer uma competição científico-cultural entre os estudantes de ensino de 1º e 2º graus de todas as instituições do Paraná e de outros estados do país e que seriam concedidos prêmios aos que se sobressaíssem em quaisquer ramos da ciência. Sobre a participação e avaliação dos trabalhos, o art. 18 esclarecia que seria dado maior valor e consideração, para a premiação, aos trabalhos que fossem originais e inéditos; em seu art. 19, determinava que os grupos não poderiam ter mais que cinco participantes; o art. 22 alegava que os prêmios consistiam em viagens científico-culturais, bolsas de estudo, estágios, objetos e utilidades, medalhas e outros mais. Além disso, o estatuto trazia 221 sugestões de trabalhos para os estudantes poderem desenvolver na feira de ciências (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1972).

A ex-aluna Nilza Pegoraro participou de algumas feiras de ciências e nos relatou: “Elas foram maravilhosas. Particpei de uma feira de ciências [...] em que o projeto era para o vinho se transformar em água. Em outra, fazíamos o exame de sangue para identificar o fator Rh. As feiras eram famosas, boas e ajudavam a gente na prática”.

Sobre essa atividade, é fundamental ressaltar que, devido ao enorme sucesso da FENACI, esta foi realizada nos anos subsequentes em outros estados. Segundo Baccarin (2013), a II Feira Nacional de Ciências aconteceu em Joinvile e recebeu outra denominação. Assim, esse evento acabou não retornando mais à cidade de Maringá.

4.9 CURRÍCULO ESCOLAR

O currículo escolar pode ser concebido como uma prática social e cultural desenvolvida pelas instituições de ensino, o qual abarca, além dos conteúdos, diversas atividades e experiências. Conforme Sacristán (2000, p. 15-16),

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos de ensino. É uma prática que se expressa em comportamentos práticos diversos. O currículo, como projeto baseado num plano construído e ordenado, relaciona a conexão entre determinados princípios e uma realização dos mesmos, algo que se há de comprovar e que nessa expressão prática concretiza seu valor. É uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam, etc.

Nesse sentido, é possível expressar que o currículo é um instrumento que reflete o homem a ser formado e engloba não só as propostas internas de uma instituição, mas também os conhecimentos, valores e as práticas disseminadas em um determinado contexto histórico e social, pois várias de suas orientações são prescritas pela política educacional vigente. Acerca disso, Sacristán (2000, p. 17) esclarece que o currículo é “[...] a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através dele se realizam os fins da educação no ensino escolarizado”.

O Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, como parte de um sistema educativo mais amplo, seguiu as diretrizes curriculares definidas em cada momento histórico para escolarizar os estudantes que o frequentaram. Desse modo, iremos apresentar, nesse momento, o currículo do curso ginásial dessa instituição, no intuito de verificar o tipo de formação destinada a essa classe estudantil. Cabe ressaltar que nos dedicaremos somente à análise dessa etapa da educação, em virtude de a mesma ter sido o principal motivo da criação desse estabelecimento de ensino.

Vale explicitar que as disciplinas ofertadas nas instituições educativas compõem o currículo escolar. Assim, o Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal iniciou seus trabalhos com o curso ginásial, primeiro ciclo do ensino secundário, no ano de 1954, com a seguinte matriz curricular:

Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Português	X	X	X	X
Latim	X	X	X	X
Francês	X	X	X	X
Inglês		X	X	X
História	X	X	X	X
Geografia	X	X	X	X
Trabalhos Manuais	X	X		
Desenho	X	X	X	X
Canto Orfeônico	X	X	X	X
Matemática	X	X	X	X
Ciências			X	X

Quadro 14: Disciplinas ofertadas no ano de 1954 (elaborado pela pesquisadora)
Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1954-1959)

Em relação ao quadro 14, cabe dizer que as disciplinas do ginásial estavam em conformidade com a lei que regia o ensino secundário – Lei Orgânica de 1942. Esta foi instituída pelo Ministro Gustavo Capanema durante o Estado Novo (1937-1945), período marcado pela busca do fortalecimento industrial do país, com o intuito de torná-lo uma potência mundial autônoma. Desse modo, a política do Presidente Getúlio Vargas concentrou-se na substituição das importações pela produção interna. Nesse contexto, a educação foi considerada um dos pontos-chaves do governo, pois

[...] tinha como objetivo formar um novo homem para atuar numa nova proposta de sociedade que o governo getulista trazia como possibilidade de desenvolvimento do país. Buscava-se desenvolver o sentimento patriótico de uma forma ordenada e constante [...] (QUADROS, 2012, p. 4-5).

Para tanto, Capanema, além de ter realizado uma reforma no ensino secundário, voltou o seu olhar também para a organização do ensino industrial, pois este formaria o novo homem, ou seja, o futuro operário que atuaria nas indústrias brasileiras. Romanelli (1983) assevera que tais reformas reforçaram o dualismo educacional, pois o ensino profissional seria destinado aos cidadãos que iriam trabalhar nas indústrias, enquanto que o ensino secundário, único acesso ao ensino superior, seria o *locus* principal para formar os futuros dirigentes do país.

Em relação à Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942), esta prescrevia, em seu artigo 1º, as seguintes finalidades para essa etapa da educação:

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.
2. Acentuar a elevar [sic], na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial (BRASIL, 1942).

Desse modo, é possível apreender que a formação humanística se sobressaía sobre a formação científica, mediante disciplinas, tais como: História, Geografia, Francês, Inglês e Latim, pois estas eram consideradas o meio principal para o desenvolvimento intelectual e cultural dos adolescentes, o qual possibilitaria o ingresso no ensino superior e níveis mais elevados de formação. Nesse sentido, o ensino secundário visava proporcionar aos estudantes uma sólida cultura geral. Assim, pregava uma formação elitizada, nos moldes do ensino clássico, cujo objetivo era formar cidadãos cultos, disciplinados, com capacidade de decisão, patriotas, entre outros. De acordo com Romanelli (1983, p. 158), esse ensino “[...] só podia existir como educação de classe. Continuava, pois, constituindo-se no ramo nobre do ensino, aquele realmente voltado para a formação das individualidades condutoras”.

Outro elemento postulado pela referida lei refere-se à prática de Educação Física. Sobre ela, o artigo 19 rezava: “A educação física constituirá, nos estabelecimentos de ensino secundário, uma prática educativa obrigatória para todos os alunos, até a idade de vinte e um anos” (BRASIL, 1942). Ao analisarmos as documentações da instituição em estudo, não encontramos registros dessa disciplina nos primeiros relatórios de notas. Mas devemos ressaltar que a mesma fora ministrada, devido à existência de registro de

professores dessa área em seu quadro docente²⁵ desde o início de seu funcionamento. Os relatos dos alunos entrevistados também indicam que a referida disciplina compunha o currículo dessa escola.

Religião foi outra disciplina indicada pela supracitada lei. Sobre ela, o artigo 21 expressava:

O ensino de religião constitui parte integrante da educação da adolescência, sendo lícito aos estabelecimentos de ensino secundário incluí-lo nos estudos do primeiro e do segundo ciclo. Parágrafo único. Os programas de ensino de religião e o seu regime didático serão fixados pela autoridade eclesiástica (BRASIL, 1942).

Assim, a educação religiosa foi incluída no ensino secundário como uma atividade complementar, a qual tinha o objetivo de desenvolver os preceitos morais, o patriotismo e a consciência humanística por meio da formação espiritual dos adolescentes. Apesar de a referida disciplina ter sido considerada importante para a educação dos adolescentes, ela não foi identificada na documentação analisada nem no rol de disciplinas lecionadas pelos professores do colégio. Um dos fatores relaciona-se à falta de docentes para ministrarem-na, problema este enfrentado pela instituição durante os primeiros anos de seu funcionamento.

A disciplina de Trabalhos Manuais esteve presente na estrutura curricular da instituição. Tinha por finalidade oferecer aos alunos o aprendizado de algumas atividades manuais. No entanto, para as meninas, a referida disciplina tinha por objetivo maior proporcionar a aprendizagem de práticas importantes para a sua atuação dentro do lar. Vale esclarecer que, segundo Graça (2013), homens e mulheres exerciam papéis diferenciados na década de 1950, cabendo ao homem suprir as necessidades da família com o trabalho exterior, e à mulher o cuidado com o lar, o marido e os filhos. Acerca disso, podemos verificar o objetivo para com a educação feminina, mediante o artigo quarto da Lei Orgânica do Ensino Secundário, a qual prescrevia que “[...] a orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar” (BRASIL, 1942).

É fundamental relatar que a matriz curricular ora apresentada (quadro 14) perdurou até o ano de 1961, período em que foram fixadas as diretrizes e bases da educação nacional por meio da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a qual instituiu uma legislação única

²⁵ Estamos nos referindo ao quadro 11 que se encontra na página 99.

para a educação. Implantada durante o governo de Juscelino Kubtschek (1956-1961) – o qual, para alavancar o crescimento industrial brasileiro, permitiu a entrada do capital estrangeiro no país – tinha, dentre as suas finalidades, o fortalecimento da unidade nacional, da solidariedade internacional e o preparo dos cidadãos para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos, elementos estes considerados necessários para o desenvolvimento do Brasil.

Em relação ao curso ginásial, a mencionada lei determinava a quantidade de disciplinas obrigatórias e optativas a serem cursadas por essa classe estudantil. Nesse sentido, pontuava:

Art. 45. No ciclo ginásial serão ministradas nove disciplinas. Parágrafo único. Além das práticas educativas, não poderão ser ministradas menos de 5 nem mais de 7 disciplinas em cada série, das quais uma ou duas devem ser optativas e de livre escolha do estabelecimento para cada curso (BRASIL, 1961).

Desse modo, o Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal seguiu as orientações prescritas pela legislação e, no ano de 1962, a matriz curricular do curso ginásial apresentou-se assim constituída:

Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Português	X	X	X	X
Francês	X	X		
Inglês			X	X
História	X	X	X	X
Geografia	X	X	X	X
Desenho	X	X		
Matemática	X	X	X	X
Ciências	X	X		X
Organização Social e Política do Brasil (O.S.P.B)			X	X

Quadro 15: Disciplinas ofertadas no ginásio, ano de 1962

(elaborado pela pesquisadora)

Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1960-1963)

Mediante as informações, é possível verificar que o número de disciplinas a serem cursadas em cada uma das quatro séries estava em consonância com o especificado pela lei, porém nos documentos pesquisados, não encontramos registros que informassem quais eram as matérias optativas. Em relação às práticas educativas, uma delas era Educação Física cujo caráter era obrigatório, mas as demais não estavam apontadas nos relatórios analisados.

É importante ressaltar que a supracitada lei alterou a estrutura curricular do ensino secundário, devido às novas exigências do setor econômico brasileiro, o qual necessitava de pessoas preparadas para atuar diante das novas tecnologias, já que o país alcançava elevados índices de industrialização e expansão de vários setores da economia. Acerca disso, Pereira (2012, p. 12) explicita:

A partir da Lei nº 4024/61, o Estado redireciona a educação do ensino secundário, neste caso, com objetivos mais sintéticos e menos pretensiosos que os da Lei Orgânica, visto que passa a mesclar um projeto pedagógico humanista clássico fundamentado no aprendizado. Contudo, não altera a essência do princípio educacional tradicional, que é a existência de dois projetos pedagógicos distintos que atendem às necessidades definidas pela divisão técnica e social do trabalho, para, assim, formar trabalhadores instrumentais e trabalhadores intelectuais. Tratava-se, então, de ajustar o Ensino Secundário às novas exigências da política econômica do país e das necessidades sociais.

Diante disso, vale salientar que a estrutura curricular do ensino secundário foi alterada no intuito de atender os objetivos do governo, que previa o fortalecimento do nacionalismo e a formação de mão de obra, de acordo com a divisão nacional do trabalho.

A partir desse momento, passou a ser ofertada a disciplina de Organização Social e Política do Brasil (OSPB), a qual tinha por finalidade “[...] fundamentar a preparação da consciência cívica do jovem brasileiro, promovendo sua introdução na vida política e social do país” (PERUCCHI, 2009, p. 2). Nesse sentido, OSPB era uma forma de desenvolver o civismo nos estudantes e de transmitir a ideologia dominante, tarefa antes cumprida pela disciplina de religião.

Desse modo, o currículo das quatro séries do ginásio, apresentado por meio do quadro 15, fez-se presente até o ano de 1966, pois a partir de 1967, a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) passou a integrá-lo. Esta teve como um de seus docentes o Padre Orivaldo Robles, o qual nos relatou: “[...] foi uma matéria instituída pelo governo revolucionário e não havia uma vigilância a respeito dela. Era mais para ensinar boas

maneiras, patriotismo...” (ROBLES, 2013). Cabe dizer que EMC passou a ser disciplina obrigatória, constituindo-se em prática educativa em todas as escolas brasileiras a partir do Decreto-Lei nº 869/69, pois “[...] era uma estratégia do governo para a promoção do cidadão que vislumbrava como ideal, com princípios morais e patrióticos” (CORDEIRO, 2012, p. 168). Desse modo, os militares acreditavam que essa disciplina poderia contribuir para a formação de cidadãos adequados à sociedade e ao regime instaurado.

É fundamental relatar que, no ano de 1971, foi elaborada a Lei nº 5692, a qual fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Por meio dessa lei, ficou estabelecido que o ensino de 1º grau seria obrigatório e compreenderia a faixa etária dos 7 aos 14 anos; já o segundo grau teria a duração de três ou quatro anos e habilitaria profissionalmente os estudantes. Podemos visualizar o seu objetivo geral, mediante o artigo primeiro, que expressa:

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1971).

Desse modo, a lei deixou explícita a preocupação referente à formação para o trabalho, em decorrência do intenso processo de industrialização pelo qual o país passava. Dessa forma, fazia-se necessário alocar recursos humanos com a devida qualificação para atuar em vários postos de serviços e acreditava-se que isso seria viável por meio da educação. O ensino, por sua vez, estava inspirado nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, elementos importantes para o processo produtivo e para o desenvolvimento do país. Sobre esse aspecto, Saviani (2009, p.13) nos relata que foi delegada à educação a tarefa de “[...] proporcionar um eficiente treinamento para a execução das múltiplas tarefas demandadas continuamente pelo sistema social [...]”, com o intuito de manter o funcionamento eficaz de tal sistema.

No que concerne aos currículos do 1º e 2º graus, a Lei nº 5692 definiu que estes teriam um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender as especificidades locais de cada estabelecimento. Em seu artigo sétimo, pontuava a inclusão obrigatória de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos de 1º e 2º graus (BRASIL, 1971).

Diante disso, a partir do ano de 1972, houve alteração na matriz curricular para o ensino de 5ª a 8ª séries, antigo curso ginasial, mas este último prosseguiu paralelamente ao novo modelo instituído até o encerramento de todas as turmas que haviam sido formadas no colégio. Assim, de posse dos relatórios de notas de algumas turmas de 1972, foi possível verificar as disciplinas cursadas pelos alunos de 5ª, 6ª e 7ª séries. São elas:

Disciplinas	5ª série	6ª série	7ª série
Português	X	X	X
Ed. Moral e Cívica/O.S.P.B	X	X	X
Inglês	X		X
História	X	X	X
Geografia	X	X	X
Cultura Artística	X	X	
Desenho		X	X
Matemática	X	X	X
Ciências	X	X	X

Quadro 16: Disciplinas ofertadas de 5ª a 7ª séries no ano de 1972

(elaborado pela pesquisadora)

Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1972)

Em relação à mencionada matriz curricular, ressaltamos, com base no documento analisado, que as disciplinas de caráter obrigatório eram Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Moral e Cívica, e Educação Física, sendo esta última parte das práticas educativas. As disciplinas complementares eram Inglês e O.S.P.B. As optativas envolviam Desenho, Cultura Artística e Prática de Comércio, sendo estas últimas meio de preparar os estudantes para a vida profissional (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1972).

Vale ressaltar que a disciplina de Cultura Artística passou a fazer parte do currículo do colégio com o objetivo de desenvolver a técnica em detrimento da cultura, já que qualquer manifestação artística capaz de pôr em risco a moral e os bons costumes da população era combatida pelo governo ditatorial por meio da censura. Dessa maneira, a referida matéria estava voltada para o desenvolvimento de técnicas artísticas de forma

descontextualizada, ou seja, o seu objetivo não era desenvolver o conhecimento cultural e a criticidade do aluno, mas a sua preparação para o mercado de trabalho. Desse modo, a sua finalidade era valorizar

[...] o traço, o contorno e a repetição de modelos que vinham principalmente de fora do país. O desenho de ornatos, a cópia e o desenho geométrico visavam à preparação do estudante para a vida profissional e para as atividades que se desenvolviam tanto em fábricas quanto em serviços artesanais (FUSARI; FERRAZ, 1992, p. 30)

No que tange ao modelo curricular do estabelecimento de ensino em estudo referente a 1973 e 1974, verificamos que estava constituído pelas mesmas disciplinas do ano de 1972. No entanto, não foi possível apresentar as informações referentes a 1975, pois não localizamos os respectivos registros nas documentações da instituição.

Assim, com base nas análises desenvolvidas, podemos expressar que o currículo do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal esteve condizente com a política educativa vigente e forneceu a base necessária para a formação do modelo de homem almejado no momento histórico estudado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo reconstituir a história do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, do município de Maringá, no período de 1953 a 1975. A referida instituição, denominada inicialmente Ginásio Municipal de Maringá, foi a primeira escola pública da cidade a ofertar o ensino secundário em nível ginasial.

Por considerar esse estabelecimento de ensino como parte de um contexto maior, julgou-se necessário conhecer o processo de colonização do Paraná e de sua região Norte, bem como a fundação de Maringá, a fim de compreender os fatores que corroboraram a implantação do supracitado colégio. Desse modo, foi possível verificar que sua história está entrelaçada à colonização do município, já que essa instituição veio amenizar o problema relacionado à falta de uma escola pública de ensino secundário, tão reivindicada pelas famílias de menor poder aquisitivo da cidade, as quais se instalaram nesse local em busca de prosperidade, devido, principalmente, ao cultivo do café, produto de maior expressão econômica da época. Elas compreendiam que a escolarização de seus filhos não poderia se limitar somente à escola primária.

Para o desenvolvimento do estudo, elencou-se, como metodologia, a pesquisa documental e bibliográfica, a qual nos forneceu elementos que contribuíram para a reconstrução da história do colégio e para a análise da sua organização pedagógica no período delimitado pela investigação.

Nesse sentido, a literatura produzida sobre o Paraná e a fundação de Maringá nos forneceu subsídios para entender os motivos que estiveram ligados à implantação do colégio, ora estudado. É importante salientar que as obras produzidas por autores sobre as políticas educacionais e as práticas escolares desenvolvidas entre os anos de 1950 e 1970 nos auxiliaram na análise da organização pedagógica da instituição.

Em relação à pesquisa documental, esta exigiu empenho e esforço, devido à parte dos documentos do colégio, sobretudo dos primeiros anos de suas atividades, pois não estavam catalogados e organizados em seu arquivo inativo. Vale destacar que tais documentos encontravam-se empoeirados e dispostos em várias caixas pelo chão e em prateleiras de madeiras em um local úmido e sem ventilação, situação esta que ratifica o problema em relação à falta de preservação das fontes, vivenciada por grande parte das instituições escolares, conforme constatado por Nascimento (2009, p. 3):

[...] temos verificado que a situação de manutenção das fontes pelas escolas públicas não é muito diferente da maioria dos acervos de Instituições Escolares do restante do país, com documentação dispersa, sem qualquer condicionamento, deteriorando-se e sendo perdida. As Instituições Escolares, salvo pouquíssimas exceções, não têm a cultura que leve a uma prática contínua de preservação de fontes. Encontramos com frequência a existência do arquivo morto como um amontoado de papéis, caixas velhas, instalados em cubículos, porões ou banheiros quebrados, onde a poeira, a umidade e as traças se encarregam de executar a deterioração do material.

Outro obstáculo que enfrentamos nessa etapa foi a resistência de alguns funcionários em nos disponibilizar informações e registros pertinentes à pesquisa, mas essa situação foi solucionada com o passar dos meses, por intermédio da professora Neuci Facci, responsável pelo Centro Histórico do colégio, a qual não mediu esforços para nos auxiliar. Durante esse processo, localizamos o livro ata de cadastro de professores, atas de exames de admissão, histórico do estabelecimento de ensino, leis, decretos, provas e outras documentações que nos permitiram reconstruir parte da história do estabelecimento ora investigado.

No entanto, para suprir as lacunas deixadas pela falta de documentos da instituição, recorreremos às fontes orais. Entrevistamos ex-professores e ex-alunos do colégio e, por meio dos depoimentos, foi possível obter o conhecimento das práticas escolares, da formação do corpo docente, das condições do prédio escolar, dentre outros. As falas dos entrevistados eram um misto de alegria e satisfação, pois se sentiram úteis em poder ajudar no andamento da pesquisa, já que alguns deles estão aposentados e com idade próxima a 80 anos. Desse modo, concordamos com Bosi (1994) ao relatar que, por meio da memória dos velhos, podemos conhecer um mundo de riquezas e diversidades, consistindo em uma experiência profunda para quem sabe ouvi-los.

De posse das informações coletadas, passamos a desenvolver a pesquisa, de modo que, na seção “A Colonização do Paraná e a Fundação do Município de Maringá-Pr”, delineamos o contexto histórico paranaense, destacando as principais atividades econômicas que contribuíram para o seu desenvolvimento e, em especial, de sua região Norte, povoada devido à expansão da cafeicultura e por meio da colonização dirigida. A cidade de Maringá, local onde está situado o Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, posicionada na região do Norte Novo, é resultado desse avanço. A sua privilegiada topografia e a fertilidade de suas terras contribuíram para que fosse planejada – pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) – para ser um centro regional,

seguindo um modelo urbanístico moderno. Desse modo, apresentamos as dificuldades enfrentadas pelos primeiros moradores que nela residiram, bem como os aspectos políticos, econômicos e educacionais que estiveram entrelaçados ao seu desenvolvimento.

Na seção “Do Ginásio Municipal de Maringá ao Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal – Ensino de 1º e 2º Graus”, procuramos retomar alguns antecedentes escolares da instituição estudada, no intuito de apresentar os fatores que corroboraram a sua criação e, em seguida, delinear aspectos de sua história, tendo como foco as diversas denominações que recebeu ao longo de suas atividades. Foi possível compreender que a sua implantação, no ano de 1953, como Ginásio Municipal de Maringá, foi resultado da elevada demanda por uma escola pública de ensino secundário até então inexistente no município, já que o quadro populacional, desde o final da década de 1940, apresentava-se em constante crescimento e, conseqüentemente, o número de alunos a cursar essa modalidade de ensino. Desse modo, o supracitado estabelecimento de ensino representou a possibilidade de escolarização da população, em especial, da classe de menor poder aquisitivo da cidade.

Vale ressaltar que várias foram as dificuldades enfrentadas pela administração municipal para manter o ginásio, dentre eles, o pagamento dos professores. Acerca disso, a instituição precisou ser estadualizada, mas, a princípio, continuou a sofrer os mesmos problemas. No entanto, as verbas que posteriormente foi recebendo do estado minimizaram tais aspectos e permitiram a construção de um ambiente mais adequado para os docentes e para a escolarização de seus alunos, de acordo com a formação exigida pela sociedade em pleno processo de transformação industrial.

Ao abordar as mudanças de suas denominações, foi possível constatar que o nome “Dr. Gastão Vidigal” refletiu a influência dessa personalidade na sociedade maringaense, devido ao seu poderio econômico e por ter sido um dos acionistas da CMNP. Contudo, para que a instituição se adequasse à Lei nº 5692/71, a qual instituiu o ensino de 1º e 2º graus, acrescentou, no ano de 1975, os referidos termos à sua nomenclatura.

Na seção intitulada “Organização Pedagógica do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal no Período de 1953 a 1975”, analisamos algumas práticas escolares mais evidenciadas nas falas dos entrevistados, bem como outras identificadas nos documentos da instituição. Desse modo, foi possível constatar que o colégio desenvolveu as suas atividades em conformidade com a legislação educacional vigente, a qual cultuava uma formação cívico-patriótica, em consonância com o desenvolvimento urbano e industrial do país.

Em nosso estudo, verificamos, ainda, a dificuldade do supracitado estabelecimento de ensino em contratar os primeiros docentes e a falta de formação dos mesmos para o magistério, visto que, no período em que o colégio fora criado, havia poucos cursos superiores em nível nacional e estadual para a formação de professores. Conseqüentemente, estes, em sua maioria, eram profissionais liberais que conciliavam os seus trabalhos com a atividade docente.

Outro aspecto que destacamos refere-se aos exames de admissão, um dos obstáculos enfrentados pela classe estudantil, devido ao seu caráter classificatório e rigoroso, o qual selecionava os estudantes com melhor rendimento escolar. Os dados coletados nos permitiram verificar que um elevado número de aspirantes ao ginásio não tiveram acesso ao curso ginásial da instituição, em virtude do criterioso sistema de provas. Assim, é possível inferir que, apesar de o Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal ter sido criado para atender a classe popular, foi uma escola para a elite, já que nela adentraram os alunos mais bem preparados e com condições de dedicar-se somente aos estudos. O aluno trabalhador fora alijado desse processo.

Ao pesquisar sobre a instituição, foi fundamental apresentar o contexto das décadas de 1950 a 1970, período marcado pelo processo de industrialização do país, para compreender a importância da educação escolar para a sociedade, bem como o tipo de homem a ser formado por ela. Por esse caminho, tivemos a intenção de explicitar o movimento entre o universal e o particular, a fim de demonstrar a escola e as práticas escolares por ela realizadas como parte de um sistema mais amplo, já que estas estiveram em conformidade com as diretrizes educacionais do país.

Diante disso, o estudo realizado não teve o objetivo de esgotar o assunto, pois a história do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal está sendo inicialmente conhecida e outros aspectos merecem ser investigados, dentre eles, destacamos: o currículo escolar dos cursos clássico e científico, os quais não foram abordados neste trabalho; as mudanças ocorridas na estrutura curricular nos outros momentos da história da educação; as práticas escolares desenvolvidas posteriormente ao período delimitado por nossa pesquisa e a arquitetura escolar. Essas e outras informações, juntamente com o estudo realizado, poderão fornecer subsídios para o entendimento de sua trajetória educacional, assim como para a construção da história da educação maringaense.

REFERÊNCIAS

- AKSENEN, Elisângela Zarpelon. MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Desvelando os Exames de Admissão ao Ginásio na Educação Paranaense. **In: VII Congresso Brasileiro De História Da Educação**, v.7, 2013, Mato Grosso.
- ANDRADE, Arthur. **Maringá: ontem, hoje e amanhã**. Maringá: [s.n.], 1979.
- ANDRADE, Rodrigo Pinto. **História e Historiografia da Escola Luterana Concórdia de Marechal Cândido Rondon (1955-1969)**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.
- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. 2ª Ed. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BERTONHA, Vitorina Cândida Corrêa. **Da escola isolada ao grupo escolar: o processo de escolarização primária em Sarandi-PR (1953-1981)**. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2010.
- BETTES JUNIOR, Hamilton; ORDOÑEZ, Marlene; SALES, Geraldo. **Paraná: estudos sociais**. São Paulo: Scipione, 1996.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças dos velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia as Letras, 1994.
- BRASIL. Decreto-lei n. 19.890 de 18 de abril de 1931. **Dispõe sobre a organização do ensino secundário**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm>. Acesso em: 05 jul. 2013.
- BRASIL. Decreto n. 19.890 de 18 de abril de 1931. **Dispõe Sobre a Organização do Ensino Secundário**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- BRASIL. Decreto-lei n. 34.330 de 21 de outubro de 1953. **Regulamentação da Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34330-21-outubro-1953-326101-republicacao-60374-pe.html>>. Acesso em: 13 jul. 2013.
- BRASIL. Decreto-lei n. 4.024 de 9 de abril de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Secundário**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%20E1rio.htm>. Acesso em: 20 mar. 2013.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961:** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < <http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971:** Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá Outras Providências. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm>. Acesso em: 26 jun. 2013.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e Educação:** organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas (1893-1971). São Carlos, SP: EDUFSCAR; Brasília: INEP, 2002.

CABRAL, Manoel. **Maringá:** da floresta à selva de pedra. Maringá: Editora Central, 1977.

CAMPOS, Nilceia Protásio. **O Aspecto Pedagógico das Bandas e Fanfarras Escolares:** o aprendizado musical e outros aprendizados. 2008. Disponível em: http://www.abemeducacaomusical.org.br/Masters/revista19/revista19_artigo11.pdf. Acesso em: 28 out. 2013.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafecultura Paranaense - 1900/1970.** Curitiba: Grafipar, 1981.

COLARES, Anselmo Alencar; COLARES, Maria Lília I. S. Fontes para Estudos Históricos da Educação Escolar. In: **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas:** história, sociedade e educação no Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/8.20.pdf> Acesso em: 20 abr. 2013.

COSTA, Célio Juvenal. Fontes Jesuíticas e a Educação Brasileira. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. (orgs). **Fontes e Métodos em História da Educação.** MS: Dourados, Ed. UFGD, 2010. p. 215-242.

ERMEL, Tatiane de Freitas; BASTOS, Maria Helena Camara. Ingresso ao Ginásio: os manuais de preparação ao exame de admissão (1950 - 1970). In: **Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania.** Florianópolis: USC, 2012. p. 1-17.

FACCI, Neuci; VERONEZZI, Thiago Chaves. **Centro Histórico do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal:** fanfarras estudantis no regime militar brasileiro. 2013. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/138_trabalho.pdf>. Acesso em: 04 out. 2013.

FARIA, Thais Bento. **Em traços de Modernidade:** a história e a memória do Grupo Escolar “Hugo Simas” (Londrina-Pr, 1937-1972). 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2010.

FUSARI, Maria Felisminda; FERRAZ, Maria Heloísa C. T. **Arte na Educação Escolar.** São Paulo: Cortez, 1992.

GÓES, Joana; BAROLLI, Elisabeth. **Feira de Ciências: o grupo de professores e a sustentação de uma proposta curricular**. 2010. Disponível em: <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/vienpec/CR2/p871.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.

CORDEIRO, Emanuelle Giamberadino Rochavetz. Educação Moral e Cívica: disciplina e prática educativa no Colégio Estadual do Paraná (1969-1986). In: GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M. F. **Educação na Ditadura Civil-Militar: políticas, ideários e práticas** (Paraná, 1964-1985). Curitiba: UFPR, 2012.

GULLA, Maria Madalena Sorato. **História e Memória da Fundação do Colégio Santa Cruz de Maringá (1952)**. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, MINTER UEM – FAFIJA, 2009.

GRAÇA, Rogério Freire. **A Disciplina Economia Doméstica e sua Relação com a Normalista dos Anos 1950 no Instituto Sagrado Coração de Jesus da Cidade de Estância-Sergipe**. 2013. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/06-%20HISTORIA%20DAS%20CULTURAS%20E%20DISCIPLINAS%20ESCOLARES/A%20DISCIPLINA%20ECONOMIA%20DOMESTICA%20E%20SUA%20RELACAO.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUSS, Silvana Rodrigues Malheiro. **O Processo de Escolarização do Município de Mandaguari (1949-1988)**, 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2011.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná: terra de todas as gentes e de muitas histórias**. 1ª ed. Francisco Beltrão: Grafit, 2003.

LIBÂNIO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

LIMA, Aldivina Américo. **Ginásio Maringá (1952-1963): história da implantação de uma instituição escolar**. 2011. 336 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

LUZ, France. **O Fenômeno Urbano Numa Zona Pioneira: Maringá**. Maringá: A Prefeitura, 1997.

MAGALHÃES, Marion Brepohl. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MARCUSHI, Luiz Antônio. **Da Fala Para a Escrita: atividades de retextualização**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARINGÁ HISTÓRICA. **Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá - Década de 1960**. 2011. Disponível em: <http://maringahistorica.blogspot.com.br/2011/09/faculdade-estadual-de-ciencias.html>. Acesso em: 20 nov. 2012.

MARINGÁ. Prefeitura do Município. Secretaria da Cultura. Gerencia de Patrimônio Histórico. **Inocente Villanova Jr: centenário de nascimento do primeiro Prefeito de Maringá.** Maringá: Clichetec, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (I- Feuerbach).** 5ªed. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1986.

MENEGHETI, Patrícia. A Trajetória do Ensino no Brasil: ensino secundário e exame de admissão. 2012. In: **VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania.** Florianópolis: USC, 2012, p. 1-16.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Do Levantamento de Fontes à Construção da Historiografia: uma tentativa de sistematização. In: LOMBARDI, Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **Fontes, História e Historiografia da Educação.** Ponta Grossa: UEPG, 2004.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. **Articulação entre primário e secundário na era Vargas: crítica do papel do Estado.** Educação e Pesquisa, v.34, n.3, set/dez.2008. p. 449-463.

MIRA, Marília Marques; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Tecnicismo, Neotecnicismo e as Práticas Pedagógicas no Cotidiano Escolar.** 2009. Disponível em: <<http://www.marcelo.sabbatini.com/wp-content/uploads/downloads/neotecnicismo.pdf>>. Acesso: 15 jun. 2013.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Formação de Professores: perspectivas para a pesquisa em educação. In: SCHELBAUER, Anaete Regina; LOMBARDI, José Claudinei; MACHADO, Maria Cristina Gomes (org.). **Educação em Debate: perspectivas, abordagens e historiografia.** Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **As Pesquisas Sobre Instituições Escolares: o método dialético marxista de investigação.** Eccos. Revista Científica, v.7, n.2, p.351-368. jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/eccos/article/viewFile/421/427>> Acesso em: 23 jul. 2013.

PASSINI, Elza Yasuko; MELO, Danilo Caires Tinoco Bisneto; et al. **Atlas Escolar de Maringá: ambiente e educação.** Maringá: EDUEM, 2006.

PEREIRA, Rosimeri da Silva. **As Reformas Educacionais do Século XX e a Disciplina Língua Portuguesa – Entre o Ensino Clássico e o Moderno.** 2012. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../Rosimeri%20Pereira>. Acesso em: 12 dez. 2013.

PERUCCHI, Luciane. **Saberes Sociológicos nas Escolas de Nível Médio Sob a Ditadura Militar: os livros didáticos de OSPB.** 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92825/269705.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 nov. 2013.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges. História da Cultura Escolar Através dos Exames: o caso dos exames de admissão ao ginásio (1939-1971). **Revista do Mestrado em Educação**. Campo Grande, MS, v.8, n.16, p. 4-11, 2002.

PIOLA, Geslaine Cristina Tamião. **A Cultura Escolar: Colégio Paroquial Santo Inácio, suas festas e comemorações (1957-1965)**. 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2013.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PROSSER, Elisabeth Seraphim. **Cem Anos de Sociedade, Arte e Educação em Curitiba: 1853-1953**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

QUADROS, Raquel dos Santos. **Educação Profissional em Tempos de Capanema**. 2012. Disponível em:
http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_04/075.pdf. Acesso em: 06 set. 2013.

REIS, Osvaldo. **Maringá 60 anos: a história em conta-gotas**. Maringá: Gráfica Primavera, 2004.

_____. **Maringá 60 anos: a história em conta-gotas**. 2ª ed. Maringá: Gráfica Primavera, 2007.

REVISTA ACIM. **Economia: 1º Curso Superior de Maringá**. 2011.

REVISTA MARINGÁ – Urbanização e Arborização. **A História da Arborização da Cidade Canção**. 2011.

RITT, Cibele Introvini. **Da escola isolada ao Grupo Escolar Marechal Rondon de Campo Mourão, PR – 1947 a 1971**. 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2009.

RODRIGUES, Adalgisa Silva. **Educação de Jovens e Adultos: memórias do Grupo Escolar Noturno Visconde de Nácar em Maringá (1947-1958)**. 2009. 106 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Mestrado em Educação, 2009.

RODRÍGUES, Margarita Victoria. Pesquisa Histórica: o trabalho com fontes documentais. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. (orgs). **Fontes e Métodos em História da Educação**. MS: Dourados, Ed. UFGD, 2010. p. 35-48.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª ed. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000.

SANCHES, Antenor. **Maringá: sua história e sua gente**. Maringá: Massoni, 2002.

SANFELICE, José Luis. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. cap. 5, p. 75-93.

SANTOS, Carla Adriane Arrieira. **Colégio Regina Mundi: A construção de uma identidade (1967-1970)**. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação: LDB – Trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: São Paulo, 2006.

_____. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba: PUCPR; Palmas, PR: INICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004.

_____. **Escola e Democracia**. 41ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SCHAFFRATT, Marlete dos Anjos Silva. **A Escola Normal em Maringá: o ensino público como projeto político**. 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Marlete_Schaffrath_artigo.pdf>. Acesso em: 15 fev.2013.

_____. **A Gênese de Ensino Normal em Maringá: estrutura e determinações**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2003.

SEED/PR. **Secretaria de Estado da Educação do Paraná**. Disponível em: <<http://www.mgagastaovidigal.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

SILVA, Margarida Montejano; DE SORDI, Mara Regina Lemes. **A Organização do Trabalho Pedagógico: limites e possibilidades do curso de pedagogia**. 2006. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT08-2334--Int.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

STADNIKY, Hilda Pívaro; PINTO, Meyre Eiras de Barros. Contribuição ao Estudo da Presença Nipo-Brasileira no Norte Novo de Maringá. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

STECA, L. C.; FLORES, M. D. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina, PR: UEL, 2002.

THEODORO, Janice. **A Construção da Cidadania e da Escola nas Décadas de 1950 e 1960**. 2013. Disponível em:

<http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/texto_escolas_paulistas.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da região do norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá, PR:EDUEM, 1999. cap. 3, p. 51-85.

TRINDADE, Etelvina M. C; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Câmpus Sede (Maringá)**. 2012.

Disponível em:

<http://www.uem.br/index.php?option=com_content&task=view&id=75&Itemid=256>.

Acesso em 20 nov. 2012.

VALÉRIO, Telma Faltz. Ideologia Política na Ditadura Civil-Militar e o Ensino Secundário de Segundo Grau a Partir da Lei 5.692/71. In: GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M.F (Orgs.). **Educação na Ditadura Civil-Militar: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985)**. Curitiba: Ed.UFPR, 2012.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 7ª ed. Curitiba: Gráfica Venturini, 1995.

FONTES PRIMÁRIAS

BACCARIN, Basílio. **Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal: breve relato histórico** (1966-1967 e 1970-1973). Arquivo Pessoal: Maringá, 2003.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Admissão Primeira e Segunda Época**. 1960-1971. 99 f.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Ata de Exames de Admissão**. 1953-1960.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Ata de Exames de Segunda Época**. 1954-1958. Não paginado.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Cadastros de Professores**. 1954-1969. 100 f.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Correspondências Expedidas e Recebidas**. 1966-1967. Não paginado.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Correspondências Expedidas e Recebidas.** 1968-1973. Não paginado.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Correspondências Expedidas e Recebidas.** 1968-1972. Não paginado.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Histórico do Estabelecimento.** 1953-1975. p.1-18.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **III Feira de Ciências - I de âmbito nacional.** 1972.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Livro Ata de Exames de Adaptação.** 1950-1970. 50 f.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Livro Ata de Exames de Adaptação.** 1955-1970. 50 f.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Relatório Final.** Cópia do Núcleo Regional de Educação de Maringá. 1954-1957. Não paginado.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Relatório Final.** Cópia do Núcleo Regional de Educação de Maringá. 1957-1959. Não paginado.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Relatório Final.** 1954-1959. 107 f.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Relatório Final.** 1960-1963. Não paginado.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Relatório Final.** 1972. Não paginado.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná.** São Paulo: Cia Melhoramentos Norte do Paraná, 1975.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Ata da sessão de 05 jun. de 1954.** Maringá: A Câmara, 1954. Livro 5 de 27 abr. 1954 – 13 jun de 1955. p. 41-51.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Ata da sessão de 06 dez. de 1955.** Maringá: A Câmara, 1955b. Livro 6 de 15 jun 1955 – 14 dez de 1956. p.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Ata da sessão de 20 jan. de 1953.** Maringá: A Câmara, 1953a. Livro 1 de 20 dez 1953 – 6 de maio de 1953. p. 7-9.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Ata da sessão de 28 nov. de 1955.** Maringá: A Câmara, 1955a. Livro 6 de 15 jun 1955 – 14 dez de 1956. p. 71-77.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Ata da sessão de 4 fev. de 1953.** Maringá: A Câmara, 1953b. Livro 1 de 20 dez 1953 – 6 de maio de 1953. p. 12-14.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Lei nº 11/55 de 30 de novembro de 1955.** Maringá: A Câmara, 1955c. Livro 5 Projeto de Leis nº 1 a 19 de 1955.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Lei nº 28/53 de 02 de dezembro de 1953.** Maringá: A Câmara, 1953c. Disponível em:
<http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl_documentos/norma_juridica/1654_texto_integral>. Acesso em: 08 abr. 2013.

MARINGÁ. **Meio Século de História:** edição histórica. 1998.

FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. Maringá, 29 de novembro de 1966.

NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE MARINGÁ. **Vida Legal do Estabelecimento de Ensino.** 2012. 3f.

O DIÁRIO.COM. **Paulo Kenji Ueta, o fotógrafo da cidade.** 2007. Disponível em:
<<http://maringa.odiario.com/maringa/noticia/183680/paulo-kenji-ueta-o-fotografo-da-cidade/>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

O DIÁRIO.COM. **Zingra, de Instrutor da Fanfara do Gastão a Diretor do Sindicato.** 2011. Disponível em: <http://blogs.odiario.com/luizdecarvalho/tag/gastao-vidigal/>>. Acesso em: 19 jul.2013.

O JORNAL. Maringá, 05 de maio de 1956. p.1.

O JORNAL. Maringá, 22 jan de 1955. p.3.

O JORNAL. Maringá, 26 de setembro de 1972. p.5.

REVISTA MARINGÁ ILUSTRADA. **Edição Comemorativa do Décimo Aniversário de Maringá.** 1957.

REVISTA MARINGÁ ILUSTRADA. **Edição Comemorativa do Jubileu de Prata.** 1972.

ENTREVISTAS

ALLEGRETTI, Waldemar. Entrevistadora: Viviane de Oliveira Berloffia Caraçato. Entrevista concedida em 11 de junho de 2013 na cidade de Maringá/PR.

BACCARIN, Basílio. Entrevistadora: Viviane de Oliveira Berloffia Caraçato. Entrevista concedida em 15 de junho de 2013 na cidade de Maringá/PR.

CAMPOS, Marli Maciel de. Entrevistadora: Viviane de Oliveira Berloffia Caraçato. Entrevista concedida em 10 de julho de 2013 na cidade de Maringá/PR.

PEGORARO, Nilza. Entrevistadora: Viviane de Oliveira Berloffia Caraçato. Entrevista concedida em 25 de maio de 2013 na cidade de Maringá/PR.

ROBLES, Padre Orivaldo. Entrevistadora: Viviane de Oliveira Berloffia Caraçato. Entrevista concedida em 29 de maio de 2013 na cidade de Maringá/PR.

SELLMANN, Maria Malta do Nascimento. Entrevistadora: Viviane de Oliveira Berloffia Caraçato. Entrevista concedida em 12 de junho de 2013 na cidade de Maringá/PR.

SILVA, Franklin Vieira da. Entrevistadora: Viviane de Oliveira Berloffia Caraçato. Entrevista concedida em 17 de junho de 2013 na cidade de Maringá/PR.

TANOUE, Tutomo. Entrevistadora: Viviane de Oliveira Berloffia Caraçato. Entrevista concedida em 29 de maio de 2013 na cidade de Maringá/PR.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questões para as entrevistas com os ex-professores que lecionaram na instituição

Nome:

- 1- Qual a sua formação quando iniciou seu trabalho na escola?
- 2- Quais disciplinas você ministrou?
- 3- Em que ano e por que começou a lecionar na escola?
- 4- Trabalhou em outra instituição? Qual?
- 5- Que livros ou materiais didáticos utilizava como referência para preparar as suas aulas?
- 7- Como era a escola no tempo em que atuou? Quais eram as condições de trabalho?
- 8- Como era a relação entre os membros da escola e a comunidade local?
- 9- Como os alunos eram avaliados?
- 10- Havia cursos de formação continuada em serviço?
- 11- Relate um fato que marcou sua trajetória na escola.

APÊNDICE B

Questões para as entrevistas com os ex-alunos da instituição

Nome:

- 1- Qual sua escolaridade?
- 2- Em que ano você estudou no colégio? Residia em Maringá? Qual bairro?
- 3- Como se locomovia até a escola?
- 4- Por que ingressou nessa instituição? Quais séries você cursou?
- 5- Como era o ambiente escolar? (sala de aula, escola, professores, diretores)
- 6- Como era a relação aluno-professor e aluno-aluno?
- 7- A escola oferecia alguma atividades extra-curricular? Quem participava?
- 8- Quais as disciplinas estudadas?
- 9- Como eram realizadas as avaliações do rendimento escolar?
- 10- Quais eram os recursos e materiais didáticos mais utilizados pelos professores?
- 11- Descreva um fato que te marcou quando estudou nesta escola.

ANEXOS

ANEXO A

Ata da solenidade da criação do Ginásio Municipal de Maringá – 1953.

4º 1 - Ata da solenidade comemorativa da criação e instalação do Ginásio Municipal de Maringá.

Cópia extraída do Livro nº 18.

Nos doze dias do mês de dezembro do corrente ano de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, nos salões de cerimônias do Aero Clube de Maringá, onde presentes se encontravam os senhores Ynocente Vilanova Junior, prefeito municipal; Dr. Edmundo Pereira Lauto, Inspetor Federal de Ensino; professor Nicolau Balaz Barros, diretor do Ginásio; Sr. Aristino Flausino de Almeida, Inspetor Federal de Ensino; vereador Joaquim Pereira de Lauto, representante da Câmara Municipal de Maringá; capitão

compuseram significativo número de pessoas da sociedade local. A sessão foi aberta pelo senhor diretor, o qual passou a presidência ao senhor Prefeito Municipal que, nesta oportunidade, sancionou a Lei nº 23, que cria o Ginásio de Maringá, e, em seguida de se haver congratulado com o auspicioso acontecimento, passou a palavra ao senhor diretor Nicolau Balaz Barros, que teve rápido histórico acerca da instituição do Ginásio, referindo-se, ainda, ao corpo docente, capaz de assegurar aos educandos locais, condições hábeis de progresso cultural. O senhor Presidente da sessão, depois, fazendo referência à atuação do Sr. Edmundo Pereira Lauto, em prol do Ginásio local, concedeu a sua senhoria, o uso da palavra, ocasião em que profere eloquente oração, de sancita-

mento às autoridades públicas. Finalmente, concede o uso da palavra ao professor Edgou Sponholz, o qual em nome do corpo docente, aplaude a notável iniciativa. Encerrando a reunião, o senhor Prefeito Municipal levanta tocante hino de fraternidade em prol dos interesses do ensino e do município de Itaririgá. Presente a reunião, esteve o senhor Arlindo de Souza, presidente do Legislativo local. E em, Edgou Sponholz, servindo de secretário, lavrei esta ata, que foi aprovada pelos presentes e subscrita. Seguem a vinte e nove assinaturas constantes na ata original.

ANEXO B

Certificado de Exame de Admissão expedido pelo Colégio Londrinense da cidade de Londrina/PR.

imento da firma

ARQUIVO

COLEGIO ESTADUAL "DR. GASTÃO VIDIGAL" - MARINGÁ - P.R.

Nome do aluno FRANKLIN VIEIRA DA SILVA Mod. 18

Data do nascimento 25 DE JUNHO DE 1.942 Cidade LIMEIRA Estado SÃO PAULO

Nome do Pai JOSE VIEIRA DA SILVA

Nome da Mãe YOLANDA SIMONELLI DA SILVA

EXAME DE ADMISSÃO

COLÉGIO LONDRINENSE

Estabelecimento que expediu o certificado

LONDRINA Cidade PARANÁ Estado

RESULTADOS

Português SETE Aritmética SEIS E CINCO

Geografia NOVE História NOVE E MEIO

Média Geral OITO Data 3. DE DEZEMBRO DE 1.953

ANEXO C

Certidão de criação do Curso de Técnico de Contabilidade e do Curso Científico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO Nº 77/57

CERTIFICO, para todos os fins que se fizerem necessários, que diante do vencido pelo Protocolo nº15007, e revendo os nossos arquivos, constatou-se a existência de um decreto com o seguinte teor:-

DECRETO Nº 19

INOCENTE VILLANOVA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Maringá, Estado do Paraná, usando de atribuições que a Lei lhe confere

R E S O L V E

Ficam criados os Cursos de Técnico de Contabilidade e Científico, ambos do ciclo secundário.

Os referidos cursos funcionarão, a partir de 1.55, anéxos ao Ginásio Municipal de Maringá.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ,
EM 1º DE AGOSTO DE 1.954.

a) INOCENTE VILLANOVA JÚNIOR
Prefeito Municipal
LUDOVICO DEL GUERCIO
Secretário

Éra o continha mencionado documento, pelo que atesto e dou fé.-

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
Maringá, 17 de outubro de 1.957.


GUERINO V. FLORIO

=Secretário=



ANEXO D

Edital de licitação para a construção do novo prédio da instituição, veiculado no Jornal Correio do Paraná em 27 de outubro de 1964.

DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS ESPECIAIS
AVISO N.º 17/64

Levo ao conhecimento das empresas a que interessar, que se acha aberta neste Departamento de Edificações e Obras Especiais e pelo seu Edital n.º 4/64, a CONCORRÊNCIA PÚBLICA a ser aberta no dia 10 de novembro próximo, para a construção do prédio destinado a sede do Colégio Estadual de Maringá.


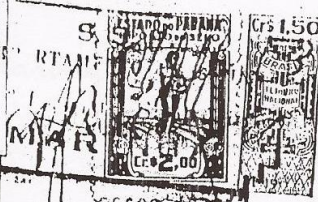
Todos os esclarecimentos alusivos a essa licitação encontram-se no teor do mencionado Edital, publicado às páginas 1 e 2 do Diário Oficial do Estado de n.º 194, exemplar de segunda-feira — 26/10/1964.

GABINETE DA DIRETORIA GERAL D. E. S. E.
em 26 de outubro de 1964
Eng.º JEFERSON WEIGERT WANDERLEY
Diretor Geral
(G — 27 — 28 — 29)

ANEXO E

Atestado de saúde para matrícula na instituição.

Nome *Juliano Carneiro*
 Sexo *M* Idade *17* Anos *9*
 Est. Civil *solteiro* Naturalidade *S. Paulo*
 Natureza do Estabelecimento *Ensino*
 Endereço do Emprego
 Função que exerce *Estudante*
 Residência *Av. Brasil, 2.296*
 Vacinado em *1.952* Revacinado em
 Outras Vacinações *F.P. 9-11-53*
 DR. *[Assinatura]*

Natureza do Estabelecimento
 Endereço do Emprego
 Função que exerce
 Residência
 Examinado em Satisfaz a
 Dr.
 MEDICO

Natureza do Estabelecimento
 Endereço do Emprego
 Função que exerce
 Residência
 Examinado em Satisfaz a
 Dr.
 MEDICO

Natureza do Estabelecimento
 Endereço do Emprego
 Função que exerce
 Residência
 Examinado em Satisfaz a
 Dr.
 MEDICO

ANEXO F

Exames de adaptação das disciplinas de Ciências e Português.

Nota: 9,5 (nove e meio) *dy*

Colégio Estadual "Dr. Gastão Lindigal"
Maringá, 16 de março de 1970.
Nelson Yukio Kasegawa

Prova de Ciências

1º) Cite exemplos da ocorrência da água sob os estados: sólido, líquido e gasoso.
Observando-se água num recipiente e pondo-se no congelador de uma geladeira observa-se que a água em est. líquido transforma-se em estado sólido, isto é transforma-se em gelo.
Retirando da geladeira ele derrete e transforma-se em estado líquido.
O estado gasoso é a água que se transforma em vapor d'água. Notamos isso quando fervemos a água o vapor d'água que sobe como a fumaça é o est. gasoso.

2º) Como se pode produzir a água pura?
Podemos produzir a água pura ajustando-se num bico de uma chaleira um tubo de plástico de meio metro. Arranja um frasco de boca larga e põe dentro de uma lata. O frasco deve ser maior que a lata. Encha a chaleira com água e aqueça com um fogareiro. A água passa ao est. gasoso, em forma de vapor d'água e esse vapor passa através do tubo e se vai até o frasco.

3º) Qual é a densidade da água?
A densidade da água é 1.

4º) Que acontece com um corpo jogado na água sabendo-se que tem densidade menor do que a água?
Um corpo com densidade menor do que a água, isto é, menor que 1, (isto) flutuará na água. flutua na água.

5º) Que se entende por empuxo?
O empuxo é facilmente sentido quando mergulhamos o nosso corpo numa banheira ou na praia, o nosso corpo parece mais leve do

0,5

69) Como se pode decompor a água em hidrogênio e oxigênio?
Podemos verificar que a água é formada de hidrogênio e oxigênio através de um aparelho chamado voltímetro.

79) Como se denomina a passagem do estado sólido para o estado líquido? Exemplifique.

A passagem do estado sólido para o líquido denomina-se fusão. Retirando-se do congelador de uma geladeira um cubinho de gelo, ele derreterá. Essa passagem do sólido para o líquido recebe o nome de fusão.

89) Cite algumas utilidades da água.

A água é muito útil para beber, para as plantas, para as navegações, para os usos corporais.

99) Lançando-se açúcar na água de um copo obtém-se uma solução ou uma suspensão?

Lançando-se o açúcar na água de um copo obtém-se uma solução.

109) O oxigênio é um gás combustível ou um gás comburente?

O oxigênio é um gás comburente.

8,0 Melles.

~~6,5~~ 8,0

«Colégio Octadual "Dr. Gastão Siciliano"»

Maringá, 17 de março de 1970.

Neusa Yukie Kasegawa

Exame de adaptação para a 1ª série

Primeira questão: Redigir sobre o tema: "A cidade onde morei."

Segunda questão:

a) Fazer a divisão silábica das palavras abaixo, seguindo o exemplo: Professor: pro - fer - sor.

manhã: ma - nhã

terço: ter - ça - ço

telha: te - lha

classe: cla - se

2,0

b) Pôr no plural:

país: países

repórter: repórteres

mal: males

túnel: túneis

1,5

c) Dar o superlativo sintético dos seguintes adjetivos

estudioso: estudiosíssimo

rico: riquíssimo

amável: amabilíssimo

fácil: facilíssimo

1,75

Primeira questão:

A cidade onde morei.

É a cidade de Maringá, onde é tudo belo, há fábricas, muitos clubes e há lindas praças onde tem lindas flores e árvores.

As estradas e as avenidas são completamente (as) asfaltadas. Os cinemas são uma espetáculo, há (4) (cinemas) quadros grandes cinemas.

Todos os dias quando passo no centro dessa cidade ou em qualquer parte, sendo a cidade em que moro, sendo admirando, pois é a cidade mais bonita que eu moro e nunca pretenderei mudar-me desta "cidade de canção".